Estratégia Concursos

Aula 03

TJ-SP (Escrevente Judiciário) Direito Constitucional

Autor:
Equipe Direito Constitucional
Estratégia Concursos

14 de Janeiro de 2025

Índice

1) Direitos Sociais (art. 6º, CF/88) Introdução e Aspectos Principiológicos 3

2) Direitos Sociais dos Trabalhadores (art. 7º - art. 11, CF/88) 12

3) Direitos dos Trabalhadores Domésticos 33

4) Questões Comentadas - Direitos Sociais - VUNESP 38

5) Questões Comentadas - Direitos Sociais - MULTIBANCAS 52

6) Lista de Questões - Direitos Sociais - VUNESP 113

7) Lista de Questões - Direitos Sociais - MULTIBANCAS 121

Direitos Sociais

Introdução

Ao estudarmos os direitos de 1ª geração, percebemos que estes buscam restringir a ação do Estado sobre os indivíduos, limitando o poder estatal. São, por isso, direitos que têm como valor-fonte a liberdade, impondo ao Estado uma obrigação de não fazer, de não intervir na órbita privada. Em razão disso, a doutrina denomina-os liberdades negativas.

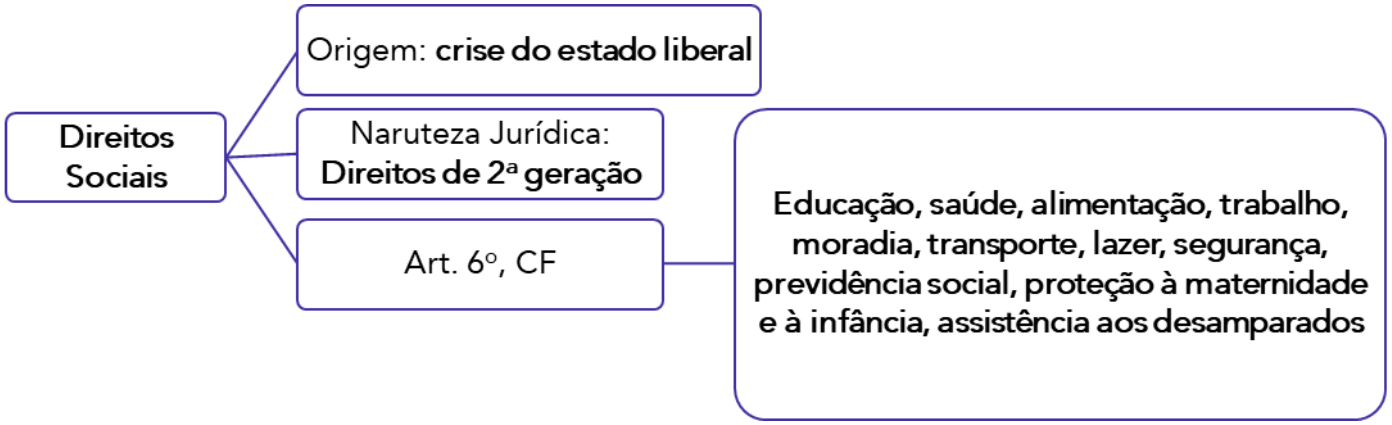
A natureza jurídica dos direitos sociais é diversa. Trata-se de direitos fundamentais de 2ª geração, que impõem ao Estado uma "obrigação de fazer", uma obrigação de ofertar prestações positivas em favor dos indivíduos, visando concretizar a igualdade material. São, portanto, direitos que têm como valor-fonte a igualdade; eles buscam possibilitar melhores condições de vida aos indivíduos e, assim, realizar a justiça social.

Pode-se dizer que os direitos sociais são prestações positivas (ações) realizadas pelo Estado para melhorar a qualidade de vida dos hipossuficientes, ou seja, dos mais necessitados. Em razão disso, o Estado deve garantir que todos tenham acesso à educação, à saúde, à alimentação, ao trabalho, entre outros. Segundo Alexandre de Moraes, os direitos sociais constituem normas de ordem pública, com a característica de serem imperativas.

A origem dos direitos sociais remonta à crise do Estado liberal, ocasionada pelo forte avanço da industrialização. Nas fábricas, os trabalhadores viviam em condições precárias. Movimentos reivindicatórios passaram, então, a exigir uma postura mais ativa do Estado, que não devia se limitar a não intervir, mas também atuar positivamente, garantindo condições mínimas aos trabalhadores.

Os direitos sociais aparecem, portanto, em um contexto histórico marcado por reivindicações trabalhistas e pelo surgimento de doutrinas socialistas. Constatava-se que a mera consagração da igualdade formal não era suficiente para realizar a igualdade material. Como grande marco dos direitos sociais, citamos a Constituição de Weimar de 1919 (Constituição do Império Alemão).

Na Constituição Federal de 1988, os direitos sociais estão relacionados nos art. 6º ao art. 11. Há, também, outros dispositivos do texto constitucional que versam sobre os direitos sociais. É o caso, por exemplo, do art. 194 (que trata da seguridade social), do art. 196 (direito à saúde) e do art. 205 (direito à educação).


Direitos Sociais
Origem: crise do estado liberal
Naruteza Jurídica: Direitos de 2ª geração
Art. 6º, CF
Educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados

Os direitos sociais (art. 6º)

> Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.
>
> Parágrafo único. Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária.

No texto original da Constituição Federal, não se fazia menção à alimentação, à moradia e ao transporte, cuja inserção na Carta Magna foi obra do Poder Constituinte Derivado. A moradia foi inserida pela EC nº 26/2000; a alimentação, pela EC nº 64/2010; e o transporte, pela EC nº 90/2015. Tenham uma especial atenção quanto a esses três direitos sociais! As bancas examinadoras adoram cobrá-los, especialmente pelo fato de eles não fazerem parte do texto original da CF/88.

Segundo o art. 6º, a Constituição consagra como direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados. O STF entende que se trata de rol exemplificativo[1], pois há outros direitos sociais espalhados pelo texto constitucional. Podem ser citados os direitos que constam no Título VIII - Da Ordem Social (Saúde e Assistência Social, por exemplo).

Quanto à eficácia das normas constitucionais atinentes aos direitos sociais, Pedro Lenza[2] defende que possuem aplicação imediata e que podem ser implementados, no caso de omissão legislativa, pelas técnicas de controle (mandado de injunção ou ação direta de inconstitucionalidade por omissão). Os direitos sociais são direitos fundamentais alocados no Título II da CF/88. Assim, nos termos do art. 5º, § 1º, teriam aplicação imediata.

Por outro lado, há quem defenda que os direitos sociais do art. 6º são, todos eles, normas de eficácia limitada e aplicabilidade mediata, dependendo, para sua concretização, da atuação estatal, seja por meio da edição de leis regulamentadoras, seja por meio da oferta de prestações positivas em favor dos indivíduos.

Acerca disso, veja esta questão da banca Cespe/Cebraspe:

> (CESPE - TRE/RJ - 2012) As normas que tratam de direitos sociais são de eficácia limitada, ou seja, de aplicabilidade mediata, já que, para que se efetivem de maneira adequada, se devem cumprir exigências como prestações positivas por parte do Estado, gastos orçamentários e mediação do legislador.
>
> Gabarito oficial: CERTO.

Em que pese a divergência de entendimento apontada, o fato é que a implementação dos direitos sociais depende de prestações positivas a serem implementadas pelo Estado. Para serem

[1] STF. ADI nº 639, Rel. Min. Joaquim Barbosa, 02.06.2005.

[2] LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. São Paulo: Saraiva, 2021, p. 1336.

viabilizadas, muitas dessas prestações dependem da atuação do legislador infraconstitucional, razão pela qual se diz que os direitos sociais teriam eficácia limitada e aplicabilidade mediata.

Uma das discussões mais relevantes sobre os direitos sociais diz respeito, justamente, à sua concretização. Não basta que esses direitos estejam previstos na Constituição; eles precisam, mais do que isso, ser efetivados, colocados em prática. Há necessidade, portanto, da firme atuação estatal por meio de políticas públicas voltadas para a concretização dos direitos sociais. Não se pode considerar, desse modo, que os direitos sociais são normas estritamente programáticas.

O parágrafo único do art. 6º, acrescido pela Emenda Constitucional nº 114/2021, mostra uma preocupação do legislador constituinte com brasileiros em situação de vulnerabilidade social. O dispositivo assegura uma renda básica familiar (programa de renda mínima) àqueles que necessitarem de tal auxílio para terem uma condição de vida um pouco mais digna. Logo, o programa de renda mínima está constitucionalmente alçado como um direito social, possibilitando a redução da vulnerabilidade socioeconômica de famílias em situação de pobreza ou de extrema pobreza.

Para estudarmos a problemática da concretização (efetivação) dos direitos sociais, é necessário conhecermos três importantes princípios: i) o princípio da "*reserva do possível*"; ii) o princípio do "*mínimo existencial*"; e iii) o princípio da vedação do retrocesso. É o que faremos a seguir.

Os direitos sociais e a "reserva do possível"

A efetivação dos direitos sociais depende da execução de políticas públicas nas mais diversas áreas, como em educação e saúde. Assim, é preciso ter em mente que a concretização dos direitos sociais depende, em larga escala, de gastos estatais.

A teoria da reserva do possível consiste na ideia de que cabe ao Estado efetivar os direitos sociais, mas apenas "*na medida do financeiramente possível*". A teoria da reserva do possível serve, portanto, para determinar os limites em que o Estado deixa de ser obrigado a dar efetividade aos direitos sociais.

Não é lícito ao poder público, todavia, simplesmente alegar que não possui recursos orçamentários; é fundamental que demonstre objetivamente a inexistência de recursos públicos e a falta de previsão orçamentária da respectiva despesa. Segundo a teoria da reserva do possível, a efetivação dos direitos sociais encontra, portanto, dois limites: a suficiência de recursos públicos e a previsão orçamentária da respectiva despesa.

Segundo o STF[3], a cláusula da reserva do possível é ordinariamente invocável naquelas hipóteses em que se impõe ao poder público o exercício de verdadeiras "escolhas trágicas", em contexto revelador de situação de antagonismo entre direitos básicos e insuficiências estatais financeiras.

A formulação e a execução de políticas públicas são tarefas que competem, primariamente, ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo. No entanto, segundo o STF, é possível que o Poder Judiciário determine, em bases excepcionais, a implementação, pelos órgãos inadimplentes, de ações destinadas à concretização dos direitos sociais. Pode-se dizer, portanto, que o controle judicial das políticas públicas pode ser realizado a fim de suprir a omissão dos órgãos estatais competentes, bem como para evitar a abusividade governamental. Assim, o Poder Judiciário

[3] STF,. HC 172.136. Rel. Min. Nunes Marques. DJe 01.12.2020.

poderá determinar, por exemplo, que o Estado conceda tratamento de câncer a um indivíduo. Vejamos trecho de julgado do STF:

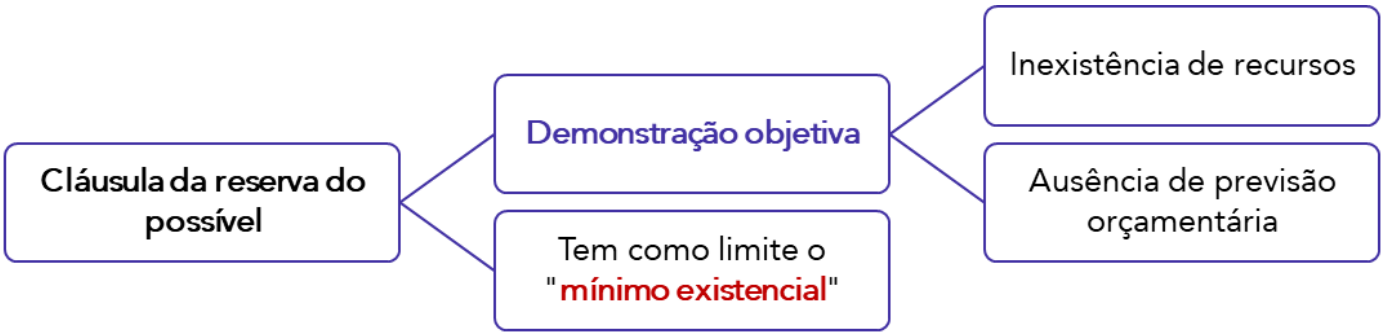
> Embora resida, primariamente, nos Poderes Legislativo e Executivo, a prerrogativa de formular e executar políticas públicas, revela-se possível, no entanto, ao Poder Judiciário, determinar, ainda que em bases excepcionais, especialmente nas hipóteses de políticas públicas definidas pela própria Constituição, sejam estas implementadas pelos órgãos estatais inadimplentes, cuja omissão – por importar em descumprimento dos encargos político-jurídicos que sobre eles incidem em caráter mandatório – mostra-se apta a comprometer a eficácia e a integridade de direitos sociais e culturais impregnados de estatura constitucional.[4]

A atuação do Poder Judiciário na concretização dos direitos sociais não é ilimitada; ao contrário, encontra limites na cláusula da reserva do possível. Assim, a cláusula da reserva do possível afasta a aptidão do Poder Judiciário para intervir na efetivação de direitos sociais. No entanto, para que esse limite à ação do Judiciário seja válido, é necessário que se comprove objetivamente a ausência de recursos orçamentários suficientes para a implementação da ação estatal. Nesse sentido, entende a Corte que:

> [...] a realização dos direitos econômicos, sociais e culturais - além de caracterizar-se pela gradualidade de seu processo de concretização - depende, em grande medida, de um inescapável vínculo financeiro subordinado às possibilidades orçamentárias do Estado, de tal modo que, comprovada, objetivamente, a incapacidade econômico-financeira da pessoa estatal, desta não se poderá razoavelmente exigir, considerada a limitação material referida, a imediata efetivação do comando fundado no texto da Carta Política. Não se mostrará lícito, no entanto, ao Poder Público, em tal hipótese - mediante indevida manipulação de sua atividade financeira e/ou político-administrativa - criar obstáculo artificial que revele o ilegítimo, arbitrário e censurável propósito de fraudar, de frustrar e de inviabilizar o estabelecimento e a preservação, em favor da pessoa e dos cidadãos, de condições materiais mínimas de existência.[5]

Por fim, vale destacar que os direitos sociais, por estarem sujeitos à reserva do possível, possuem uma carga de eficácia menor do que os direitos de primeira geração. Isso porque os direitos sociais somente podem ser concretizados com a execução eficiente de políticas públicas; por outro lado, a concretização dos direitos de defesa (direitos de 1ª geração) depende, essencialmente, de "*obrigações de não fazer*" do Estado.

[4] STF. RE 436.996 – AgR. Rel. Min. Celso de Mello. 22.11.2005.
[5] STF. ADPF 45 MC/DF, Rel. Min. Celso de Mello, j. 29.04.2004, DJ 04.05.2004.


Cláusula da reserva do possível
Demonstração objetiva
Tem como limite o "mínimo existencial"
Inexistência de recursos
Ausência de previsão orçamentária

Os direitos sociais e o mínimo existencial

Os direitos sociais, na condição de direitos fundamentais, são indispensáveis para a realização da dignidade da pessoa humana. O Estado, na sua tarefa de concretização desses direitos, deve garantir o mínimo existencial. Considera-se mínimo existencial o grupo de prestações essenciais que se deve fornecer ao ser humano para que ele tenha uma existência digna.

O princípio do mínimo existencial é compatível e deve conviver com a cláusula da reserva do possível. O Estado, na busca da promoção do bem-estar do homem, deve proteger os direitos individuais e, além disso, garantir condições materiais mínimas de existência aos indivíduos. Assim, os gastos públicos devem ser voltados, prioritariamente, à garantia do mínimo existencial; uma vez garantido o mínimo existencial, o Estado poderá discutir em que outros projetos investir.

Segundo o STF, o mínimo existencial é uma limitação à cláusula da reserva do possível.[6] Isso porque a reserva do possível só poderá ser alegada pelo poder público como argumento para a não concretização de direitos sociais uma vez que tenha sido assegurado o mínimo existencial pelo Estado. Em outras palavras, a reserva do possível somente é invocável após a garantia, pelo Estado, do mínimo existencial. A garantia do mínimo existencial é uma obrigação inafastável do Estado, não sujeita à reserva do possível.

A visão que apresentamos a respeito da concretização dos direitos sociais busca compatibilizar a "*reserva do possível*" com o "*mínimo existencial*". É essa a visão adotada pelo STF.

Porém, há visões mais radicais: uma delas tende a conferir prevalência à reserva do possível; outra defende a primazia do mínimo existencial.

A primeira visão (de caráter liberal) entende que não caberia ao Poder Judiciário, sob pena de violação à separação dos Poderes, intervir na execução de políticas públicas. Nesse sentido, há que se observar integralmente a "reserva do possível".

[6] STF. RE 639.637. AgR. Rel. Min. Celso de Mello. 15.09.2011.

A segunda visão (mais intervencionista) não considera a "reserva do possível" como um limitador para a concretização dos direitos sociais. Sob essa ótica, os direitos sociais não poderiam ser considerados normas de caráter meramente programático.

Essa linha de pensamento defende ferrenhamente a judicialização das políticas públicas, com vistas a promover a máxima efetivação dos direitos sociais. Chega-se até mesmo a argumentar que os direitos sociais, enquanto direitos fundamentais, teriam aplicação imediata, conforme o art. 5º, § 1º, da CF/88.

O Poder Judiciário, com vistas à concretização dos direitos sociais e à garantia do mínimo existencial, tem adotado inúmeras decisões relacionadas ao direito à saúde. Nesse sentido, destacamos o seguinte:

a) Segundo o STF, o direito à saúde (art. 196) é um direito público subjetivo, assegurado à generalidade das pessoas, que conduz o indivíduo e o Estado a uma relação jurídica obrigacional.

Apesar de o art. 196 da CF/88 ser uma norma programática, ele impõe aos entes federativos um dever de atuação positiva. Assim, para que se garanta a força normativa da Constituição, o poder público deve atuar na concretização do direito à saúde. Com base nesse entendimento, são várias as decisões do Poder Judiciário determinando que a Administração Pública forneça medicamentos e tratamento médico a indivíduos portadores de doenças.

No RE 657.718, o STF deixou consignado que o Estado não pode ser obrigado a fornecer medicamentos experimentais. Assim, a ausência de registro na Anvisa impede, como regra geral, o fornecimento de medicamento por decisão judicial.[7]

Em casos excepcionais, havendo mora irrazoável da Anvisa em apreciar o pedido de registro, é possível que decisão judicial determine o fornecimento de medicamento, observados certos parâmetros fixados pelo STF.[8]

As ações que demandem fornecimento de medicamento sem registro na Anvisa devem ser propostas em face da União.

[7] STF. RE 657.718, Rel. Min. Marco Aurélio. Red. p/ o acórdão. Min. Roberto Barroso. 22.05.2019.
[8] Segundo o STF, o fornecimento de medicamento não registrado na Anvisa será possível quando forem preenchidos 3 requisitos: (i) a existência de pedido de registro do medicamento no Brasil (salvo no caso de medicamentos órfãos para doenças raras e ultrarraras); (ii) a existência de registro do medicamento em renomadas agências de regulação no exterior; e (iii) a inexistência de substituto terapêutico com registro no Brasil.

b) O STF decidiu que a Administração Pública pode ser obrigada, por decisão do Poder Judiciário, a manter estoque mínimo de medicamento utilizado no combate a doença grave.[9] A manutenção de estoque mínimo de medicamento é importante para que se possa garantir a continuidade dos tratamentos, evitando prejuízos aos pacientes.

c) O STJ considera que o juiz pode determinar o bloqueio e o sequestro de verbas públicas como forma de garantir o fornecimento de medicamentos pelo poder público.[10] Assim, caso a Administração Pública se negue a cumprir decisão judicial que determinou o fornecimento de medicamentos, o juiz poderá determinar o bloqueio e o sequestro de verbas públicas.

O bloqueio e o sequestro de verbas públicas devem ser encarados, todavia, como uma medida de caráter excepcional, aplicável somente quando ficar configurado que o Estado não está cumprindo sua obrigação de fornecer os medicamentos e que essa demora está trazendo riscos à saúde e à vida do doente.

É notório que a atuação do Poder Judiciário na implementação de políticas públicas com vistas a concretizar direitos fundamentais tem se intensificado nos últimos anos. Essa atuação tem ocorrido até mesmo em matéria de política penitenciária e de segurança pública.

Conforme decidiu o STF, o Poder Judiciário pode determinar à Administração Pública que execute obras emergenciais em estabelecimentos prisionais (presídios) a fim de proteger os direitos fundamentais dos detentos, assegurando-lhes o respeito à sua integridade física e moral. Não se pode invocar, para contestar tal decisão, o princípio da separação de Poderes ou mesmo a cláusula da reserva do possível.[11]

A vedação ao retrocesso

O princípio da vedação ao retrocesso busca evitar que as conquistas sociais já alcançadas pelo cidadão sejam desconstituídas. Segundo Canotilho, com base no princípio do não retrocesso social, os direitos sociais, uma vez tendo sido previstos, passam a constituir tanto uma garantia institucional quanto um direito subjetivo. Isso limita o legislador e exige a realização de uma política condizente com esses direitos, sendo inconstitucionais quaisquer medidas estatais que, sem a criação de outros esquemas alternativos ou compensatórios, anulem, revoguem ou aniquilem o seu núcleo essencial.

O STF considera que a "*cláusula que veda o retrocesso em matéria de direitos a prestações positivas do Estado (como o direito à educação, o direito à saúde ou o direito à segurança pública, v.g.) traduz, no processo de efetivação desses direitos fundamentais individuais ou coletivos, obstáculo a que os níveis de concretização de tais prerrogativas, uma vez atingidos, venham a ser ulteriormente reduzidos ou suprimidos pelo Estado*".[12]

[9] STF. RE 429.903/RJ. Rel. Min. Ricardo Lewandowski. 25.06.2014.
[10] STJ. REsp 1.069.810/RS. Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho. 23.10.2013.
[11] STF. RE 592.581/RS. Rel. Min. Ricardo Lewandowski. 13.08.2015.
[12] STF. RE 436.996 – AgR. Rel. Min. Celso de Mello. 22.11.2005.

(FUB – 2022) Direitos fundamentais como a proteção à maternidade e à infância são direitos sociais tratados como matérias irrevogáveis na CF, conhecidas como cláusulas pétreas, não podendo ser alvo de diminuição ou revogação por emenda constitucional.

Comentários:

As cláusulas pétreas são limitações de aspecto material à possibilidade de reforma constitucional, ou seja, dispositivos que vedam alterações, por meio de emendas, tendentes a abolir as normas constitucionais relativas às matérias por elas definidas, conforme estabelece o art. 60, § 4º, da CF/88, o que inclui os direitos fundamentais. Entre eles, estão os direitos sociais à proteção à maternidade e à infância. Questão correta.

(PGE-RJ – 2022) O lazer é um direito social garantido expressamente na CF.

Comentários:

Os direitos sociais em espécie fazem parte do art. 6º da CF/88, sendo relacionados à educação, à saúde, à alimentação, ao trabalho, à moradia, ao transporte, ao *lazer*, à segurança, à previdência social, à proteção à maternidade e à infância, assim como à assistência aos desamparados. Questão correta.

(FUB – 2015) Os direitos sociais impõem deveres ao Estado que assegurem ao cidadão condições mínimas para uma vida digna, independentemente da existência de recursos públicos para custeio; assim, autoriza-se a livre invasão da atividade administrativa pelo Poder Judiciário para efetivação daqueles direitos, fenômeno conhecido como judicialização de políticas públicas.

Comentários:

A existência de recursos públicos *deve ser levada em consideração* na efetivação dos direitos sociais, apesar de o Estado ter a obrigação de assegurar ao cidadão condições mínimas para uma vida digna. Questão errada.

(PGE-PR – 2015) No que toca à realização dos direitos sociais constitucionalmente garantidos, há que se atentar para a vedação do retrocesso social, que se coloca apenas às políticas públicas executivas, posto que não se pode ferir a liberdade do legislador.

Comentários:

A vedação ao retrocesso social é um princípio que deve ser observado pelo legislador (e não apenas pelas políticas públicas executivas). Questão errada.

(PGE-PR – 2015) A teoria de efetivação dos direitos sociais na dependência de recursos econômicos ("reserva do possível") é a adaptação de entendimento fixado pela jurisprudência constitucional alemã e integralmente aceita pelo Supremo Tribunal Federal.

Comentários:

Não se pode dizer que a "reserva do possível" é integralmente aceita pelo STF. Isso porque, na visão da Corte, há que se observar, também, o "mínimo existencial". Questão errada.

(MPE-BA – 2015) A implementação das prestações materiais e jurídicas exigíveis para a redução das desigualdades no plano fático, por dependerem em grande medida da disponibilidade orçamentária do Estado, faz com que estes direitos tenham o seu campo de efetividade mais dificultado que os direitos de primeira geração.

Comentários:

De fato, a concretização (efetivação) dos direitos sociais é *mais complexa* do que a dos direitos de liberdade (de primeira geração). Isso porque a efetivação dos direitos sociais depende da execução de políticas públicas, as quais, para serem realizadas, exigem recursos econômicos. Questão correta.

(DPE-PE – 2015) De acordo com o entendimento do STF, é inadmissível que o Poder Judiciário disponha sobre políticas públicas de segurança, mesmo em caso de persistente omissão do Estado, haja vista a indevida ingerência em questão, que envolve a discricionariedade do Poder Executivo.

Comentários:

A segurança é um direito social que deve ser garantido mediante políticas públicas do Estado. Porém, havendo persistente omissão do Estado, poderá, sim, o Poder Judiciário intervir. Questão errada.

Direitos Sociais dos Trabalhadores

Os direitos sociais individuais dos trabalhadores (art. 7º)

No art. 7º da Constituição, são enumerados os direitos sociais individuais dos trabalhadores. Leia-o atentamente, pois ele costuma ser cobrado em sua literalidade.

> Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

Note que a Constituição, no *caput* do art. 7º, equipara os direitos do trabalhador rural aos do trabalhador urbano.

> I - relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos;

Esse dispositivo é típica norma de eficácia limitada, exigindo lei complementar que proteja a relação de emprego contra despedida arbitrária ou sem justa causa. Trata-se do direito à segurança no emprego.

Segundo o art. 10 do ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), até a promulgação da mencionada lei complementar, a indenização contra a despedida arbitrária ou sem justa causa ficará restrita a 40% sobre os depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), realizados em favor do empregado.

Cabe destacar que a proteção conferida pela Constituição somente alcança a despedida arbitrária ou sem justa causa. Não haverá indenização, portanto, diante da despedida por justa causa.

A CF/88 extinguiu a antiga "*estabilidade decenal*", que, apesar de estar prevista na CLT, não foi recepcionada pela nova ordem constitucional. Pela regra da estabilidade decenal, o empregado que tivesse mais de 10 anos de empresa não poderia ser demitido, salvo em caso de falta grave ou circunstância de força maior.

Hoje, nem mesmo a despedida arbitrária ou sem justa causa são proibidas. Elas poderão ocorrer, cabendo, todavia, indenização. Destaque-se que o art. 10 do ADCT estabelece 2 (dois) casos de vedação absoluta à dispensa arbitrária ou sem justa causa:

a) do empregado eleito para cargo de direção de comissões internas de prevenção de acidentes (CIPA), desde o registro de sua candidatura até um ano após o final de seu mandato;

b) da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.

JURISPRUDÊNCIA

A intervenção sindical prévia é exigência procedimental imprescindível para a dispensa em massa de trabalhadores, que não se confunde com autorização prévia por parte da entidade sindical ou celebração de convenção ou acordo coletivo (RE 999435, rel. min. Marco Aurélio, j. 05-06-2023, Tema 638)

II - seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário;

Note que o seguro-desemprego só é devido no caso de desemprego involuntário. As bancas examinadoras adoram confundir os candidatos, falando em desemprego "voluntário", o que estará errado.

III - fundo de garantia do tempo de serviço;

O FGTS (Fundo de Garantia) é recolhido pelo empregador à alíquota de 8% sobre a remuneração paga ou devida, no mês anterior, a cada trabalhador. Destaque-se que o FGTS não é direito dos servidores públicos estatutários.

IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;

O salário mínimo deve ser fixado em lei formal: verifica-se, aqui, hipótese de reserva legal. Em torno desse tema, houve relevante controvérsia apreciada pelo STF. A Lei Federal nº 12.382/2011 estabeleceu que o valor do salário mínimo seria de R$ 545,00, mas que decreto presidencial seria responsável pelos reajustes e aumentos salariais, segundo determinados índices.

Segundo o STF, a Lei nº 12.382/2011 é constitucional, não havendo óbice a que um decreto presidencial estabeleça os reajustes, cuja fórmula e índices estão previstos na própria lei. O decreto presidencial não estaria, assim, fixando o valor do salário mínimo; ele seria um mero ato declaratório do valor reajustado segundo a política de valorização prevista na lei.[1]

O salário mínimo é único para todo o território nacional, o que impede a existência de salários mínimos regionais. Destaque-se que existem os chamados "pisos salariais", que não se confundem com salário mínimo, e são resultantes de negociações coletivas de trabalho.

O salário mínimo não pode sofrer vinculação, ou seja, servir como indexador, para qualquer fim. É relevante destacar que esse impedimento à vinculação do salário mínimo tem como objetivo

[1] STF. ADI 4568/DF, Rel. Min. Cármen Lúcia. 03.11.2011.

evitar que aumentos do seu valor se propaguem para toda a economia, prejudicando o poder aquisitivo. Acerca disso, vale transcrever a Súmula Vinculante nº 4:

> Súmula Vinculante nº 04: Salvo nos casos previstos na Constituição, o salário mínimo não pode ser usado como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou de empregado, nem ser substituído por decisão judicial.

No entendimento do STF[2], o texto constitucional não proíbe a utilização de múltiplos do salário-mínimo como mera referência para definição do valor justo e proporcional do piso salarial destinado à remuneração de categorias profissionais especializadas. No entanto, o que se veda são reajustamentos automáticos futuros, destinados à adequação do salário inicialmente contratado aos novos valores vigentes para o salário-mínimo nacional.

No RE 842.157, contrariando essa regra geral, o STF admitiu a fixação de pensão alimentícia com base no salário mínimo.[3]

Já na ADI 4.726, o STF entende ser constitucional a referência ao salário mínimo em normas de benefícios assistenciais para fixar valor unitário na data de edição da lei. O STF veda, como se sabe, a vinculação futura como mecanismo de indexação.[4]

INDO MAIS FUNDO!

> O adicional de insalubridade está previsto no art. 192 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. Esse dispositivo prevê a utilização do salário mínimo como base de cálculo para o adicional de insalubridade, sendo 10% do salário mínimo no grau mínimo, 20% no grau médio e 40% no grau máximo de insalubridade. Em que pese a edição da Súmula Vinculante nº 04, que proíbe a utilização do salário mínimo como indexador de base de cálculo de vantagem, o STF entende que o adicional de insalubridade deve continuar a ser calculado com base no salário mínimo até que seja superada a inconstitucionalidade do art. 192 da CLT por meio de lei ou de convenção coletiva.[5]

É importante que você saiba que o STF permite que os conscritos recebam remuneração inferior ao salário mínimo. Veja o que dispõe a Súmula Vinculante nº 06, que poderá ser cobrada em sua prova:

---

[2] STF. ADPF 53 Ref-MC/PI, ADPF 149 Ref-MC/DF e ADPF 171 Ref-MC/MA, Rel. Min. Rosa Weber, j. 18.02.2022.

[3] STF. ARE 842.157, Rel. Min. Dias Toffoli, 25.11.2015.

[4] STF. ADI 4.726/AP, Rel. Min. Marco Aurélio, 30.11.2020.

[5] STF. Rcl 8436 e Rcl 6266, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, j. 11.04.2018.

> Súmula Vinculante nº 06: Não viola a Constituição o estabelecimento de remuneração inferior ao salário mínimo para as praças prestadoras de serviço militar inicial.

A justificativa para essa exceção é que a Constituição Federal não estendeu aos militares a garantia de remuneração não inferior ao salário mínimo, como fez para outras categorias de trabalhadores. O regime a que se submetem os militares não se confunde com aquele aplicável aos servidores civis, visto que têm direitos, garantias, prerrogativas e impedimentos próprios. Isso porque os cidadãos que prestam serviço militar obrigatório exercem um múnus público relacionado com a defesa da soberania da pátria. Por isso mesmo, a obrigação do Estado quanto aos conscritos limita-se a fornecer-lhes as condições materiais para a adequada prestação do serviço militar obrigatório nas Forças Armadas.

Além disso, os presos também podem receber remuneração inferior a um salário mínimo. O STF considerou constitucional trecho da Lei de Execução Penal que fixa o valor de 3/4 (três quartos) do salário mínimo como remuneração mínima para o trabalho do preso.[6]

Por fim, servidores públicos não podem receber remuneração inferior a um salário mínimo, ainda que trabalhem em jornada reduzida.[7]

> V - piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;

O piso salarial é estabelecido por categoria de trabalhadores e fixado mediante negociação coletiva de trabalho. Na fixação do piso salarial, deve-se levar em consideração a extensão e a complexidade do trabalho.

> VI - irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;

A irredutibilidade do salário guarda estreita relação com o princípio da vedação ao retrocesso. Assim, em regra, o salário não poderá ser reduzido. A redução salarial é hipótese excepcional, que somente ocorrerá mediante negociação coletiva de trabalho (convenção coletiva ou acordo coletivo).

Destaque-se que convenção coletiva e acordo coletivo são espécies do gênero "negociação coletiva de trabalho". Convenção coletiva de trabalho é uma negociação entre o sindicato dos trabalhadores e o sindicato patronal. Já o acordo coletivo de trabalho é uma negociação entre o sindicato dos trabalhadores e uma empresa ou grupo de empresas.

A negociação coletiva de trabalho pode, portanto, flexibilizar a irredutibilidade salarial. Essa flexibilidade deve-se ao fato de que, muitas vezes, é mais benéfico para uma categoria aceitar uma redução salarial (numa crise econômica, por exemplo) do que arcar com um grande aumento do desemprego.

---

[6] STF. ADPF 336, Rel. Min. Luiz Fux, j. 1º.03.2021.

[7] STF. RE 964.659, Rel. Min. Dias Toffoli, j. 08.08.2022, Tema 900 (Repercussão Geral).

(PGE-RR – 2023) A Constituição Federal de 1988 prevê que o salário dos empregados é intangível, não possibilitando redução salarial.

Comentários:

É possível a redução salarial por meio de convenção ou acordo coletivo. Portanto, a irredutibilidade salarial não é absoluta. Questão errada.

> VII - garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável;

Há alguns trabalhadores que possuem remuneração variável. Como exemplo, citamos um funcionário de uma loja que recebe por comissão de suas vendas. Em meses com alto volume de vendas, ele recebe muito bem; porém, em um mês de vendas fracas, ele terá uma remuneração bastante reduzida. A Constituição garante, entretanto, que esse trabalhador nunca receberá uma remuneração inferior ao salário mínimo.

> VIII - décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;

O décimo terceiro salário é o que se conhece por gratificação natalina.

> IX - remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;

Esse dispositivo garante aos trabalhadores a percepção de adicional noturno. Destaque-se que o valor do adicional noturno não é definido pela Constituição Federal, mas sim pela legislação infraconstitucional.

É importante que você saiba que a previsão de remuneração do trabalho noturno superior à do diurno é devida inclusive para os empregados que trabalham em regime de revezamento. É o que dispõe a Súmula nº 213 do STF, segundo a qual:

> Súmula 213 - É devido o adicional de serviço noturno, ainda que sujeito o empregado ao regime de revezamento.

> X - proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa;

A maior parte da população brasileira não possui poupança, dependendo do salário para sobreviver. O salário é, portanto, uma verba de natureza alimentar; em razão disso é que constitui crime sua retenção dolosa por parte do empregador.

> XI - participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei;

Trata-se de norma de eficácia limitada, dependente de lei para produzir todos os seus efeitos. A participação nos lucros é desvinculada da remuneração e é uma forma de estimular a produtividade do trabalhador.

> XII - salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei;

O salário-família é um benefício previdenciário, sendo devido somente ao trabalhador de baixa renda. É pago em cotas, de acordo com o número de dependentes (se o trabalhador possui um dependente, ele recebe uma cota do salário-família; se ele possui dois dependentes, ele recebe duas cotas de salário-família).

Os critérios para o recebimento do salário-família são definidos em lei formal. Mais uma vez, estamos diante de uma norma de eficácia limitada.

(TRT 2ª Região – 2015) O salário-família será pago em virtude do dependente do trabalhador, sem se cogitar da renda por ele auferida, já que se trata de um direito social garantido constitucionalmente.

Comentários:

O salário-família somente é devido ao *trabalhador de baixa renda*. Questão errada.

> XIII - duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho;

A regra é a prestação de trabalho por até 8 horas diárias e 44 horas semanais. Normalmente, isso é feito mediante jornadas de 8 horas de segunda-feira a sexta-feira e de 4 horas no sábado. É possível a compensação de horários: um trabalhador que tenha um contrato de trabalho de 44 horas semanais e 8 horas diárias poderá, por exemplo, trabalhar 2 horas a menos em um determinado dia, compensando-as posteriormente.

Cabe destacar que, excepcionalmente, é possível haver redução da jornada de trabalho, mediante acordo ou convenção coletiva.

> XIV - jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva;

O trabalho prestado em turnos ininterruptos de revezamento é aquele em que há alternância de horários; nesse regime de trabalho, os trabalhadores revezam-se nos postos de trabalho. Em um determinado dia, trabalha à noite; no outro, pela manhã; no outro, à tarde.

Nesse caso, devido ao grande desgaste para a saúde do trabalhador, a Constituição prevê uma jornada de seis horas. Note que esta poderá, excepcionalmente, ser aumentada, em caso de negociação coletiva.

> XV - repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;

Atente para a palavra preferencialmente. Não há obrigação de concessão desse repouso no domingo: ele pode acontecer em qualquer outro dia da semana.

> XVI - remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal;

A remuneração do serviço extraordinário é o que se conhece por hora-extra. Note a expressão "no mínimo"! Uma questão de concurso que disser que essa remuneração é necessariamente 50% superior à do serviço normal estará errada.

> XVII - gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal;

Esse dispositivo trata do adicional de férias. O trabalhador faz jus a férias, recebendo, durante esse período, sua remuneração acrescida de, no mínimo, 1/3 do salário normal. Assim, o trabalhador poderá receber um adicional de férias superior a 1/3 do salário.

Segundo o STF, o adicional de 1/3 deve incidir sobre a remuneração relativa a todo o período de férias (RE 1.400.787/CE, Tema 1.241). Por exemplo, se algum ente federativo instituir férias de 45 dias, o adicional de férias deve corresponder a 45 dias, e não ser limitado a 30 dias.

INDO MAIS FUNDO!

> No exercício da autonomia legislativa municipal, não pode o Município, ao disciplinar o regime jurídico de seus servidores, restringir o direito de férias a servidor em licença saúde de maneira a inviabilizar o gozo de férias anuais previsto no art. 7º, XVII da Constituição Federal de 1988 [RE 593.448/MG, Tema 221, Rel. Min. Edson Fachin, j. 02.12.2022].

Note que a Constituição não dispôs sobre a duração das férias, deixando essa tarefa para a legislação infraconstitucional.

> XVIII - licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;
>
> XIX - licença-paternidade, nos termos fixados em lei;

A licença à gestante tem duração de 120 dias, conforme definido pela Constituição. Durante esse período, a gestante fica licenciada sem que perca seu emprego e sua remuneração. Assim,

ela mantém seu vínculo de emprego com a empresa e continua a receber sua remuneração. Cabe destacar que a licença à gestante é também um direito outorgado às servidoras públicas.

No RE nº 778.889/PE, o STF fixou a tese de que os prazos da licença-gestante não podem ser superiores aos prazos da licença-adotante, inclusive no que diz respeito às prorrogações. Assim, se uma lei concede 120 dias de licença à gestante, deverão ser concedidos também 120 dias de licença à adotante.[8]

A licença-paternidade, por sua vez, é benefício que depende de regulamentação por lei (norma constitucional de eficácia limitada). Segundo o art. 10, § 1º, do ADCT, "*até que lei venha a disciplinar o disposto no art. 7º, XIX da Constituição, o prazo da licença-paternidade a que se refere o inciso é de cinco dias*". A Lei Federal nº 13.257/16, ao alterar a Lei Federal nº 11.770/08, que trata do Programa Empresa Cidadã, concedeu mais 15 dias à licença-paternidade, que agora pode chegar ao total de 20 dias.

INDO MAIS FUNDO!

Segundo o STF, a licença-maternidade, prevista no art. 7º, XVIII, da CF/88 e regulamentada pelo art. 207 da Lei nº 8.112/1990, estende-se ao pai genitor monoparental ("pai solo") [RE 1348854/DF, Rel. Min. Alexandre de Moraes, j. 12.05.2022].

A mesma lei federal que trata do Programa Empresa Cidadã prevê também a prorrogação da licença-maternidade por mais 60 dias, o que viabiliza a possibilidade de que ela tenha duração total de 180 dias. Apesar disso, lembre-se do seguinte: do ponto de vista constitucional, a duração da licença-maternidade é de 120 dias.

> XX - proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei;

A proteção ao mercado de trabalho da mulher tem como objetivo alcançar a igualdade material. Nesse caso, almeja-se estabelecer a igualdade de gêneros. Trata-se de mais uma norma de eficácia limitada.

> XXI - aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei;

O aviso prévio aplica-se aos contratos de trabalho por tempo indeterminado. É um instituto que tem como objetivo permitir que o trabalhador tenha um tempo para buscar um novo emprego após tomar conhecimento da intenção do empregador de demiti-lo.

[8] STF. RE 788.889/PE, Rel. Min. Luiz Roberto Barroso. Julgamento: 10.03.2016. Nesse julgado, o STF considerou que o art. 210 da Lei nº 8.112/90, ao conceder apenas 90 dias de licença à adotante, é inconstitucional.

O aviso prévio deve ser proporcional ao tempo de serviço: quanto maior o tempo de serviço, maior será o prazo do aviso prévio. Deve-se observar, contudo, que o prazo mínimo do aviso prévio é de 30 dias.

> XXII - redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;

A segurança e a saúde no trabalho são consideradas direitos essenciais dos trabalhadores. A redução dos riscos inerentes ao trabalho é, portanto, uma face importante das políticas públicas em matéria trabalhista. Esse dispositivo ampara a edição pelo Ministério do Trabalho e Emprego das chamadas NRs (Normas Regulamentadoras).

> XXIII - adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei;

As atividades penosas, insalubres ou perigosas implicam o pagamento de adicional de remuneração aos trabalhadores. Assim, um trabalhador que exerça atividade perigosa (contato permanente com inflamáveis e explosivos) receberá adicional de periculosidade; por sua vez, um trabalhador que exerça atividade insalubre receberá o adicional de insalubridade.

> XXIV - aposentadoria;

A aposentadoria é um benefício previdenciário assegurado aos trabalhadores. Não é nosso objetivo, nesse momento, discorrer sobre os vários tipos de aposentadoria e os requisitos para sua concessão.

> XXV - assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas;

A assistência gratuita em creches e pré-escolas é devida aos filhos e dependentes do trabalhador, desde o nascimento até 5 (cinco anos) de idade. Atente para esse limite de idade!

> XXVI - reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho;

As negociações coletivas de trabalho podem ser de dois tipos: i) convenções coletivas de trabalho (celebradas entre sindicato patronal e sindicato dos trabalhadores); e ii) acordos coletivos de trabalho (celebrados entre sindicato dos trabalhadores e uma empresa ou grupo de empresas). Destaque-se que as negociações coletivas de trabalho são consideradas fontes do direito do trabalho.

INDO MAIS FUNDO!

São constitucionais os acordos e as convenções coletivos que, ao considerarem a adequação setorial negociada, pactuam limitações ou afastamentos de direitos trabalhistas, independentemente da explicitação especificada de vantagens

compensatórias, desde que respeitados os direitos absolutamente indisponíveis. [ARE 1.121.633/GO, Tema 1046, Rel. Min. Gilmar Mendes, j. 02.06.2022].

XXVII - proteção em face da automação, na forma da lei;

Trata-se de dispositivo que visa evitar que as inovações tecnológicas substituam o papel desempenhado pelos trabalhadores, buscando garantir que não haja diminuição do número de postos de trabalho. É uma típica norma de eficácia limitada, cuja concretização depende de lei regulamentadora.

XXVIII - seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa;

O seguro contra acidentes de trabalho é um encargo do empregador, mas que não o exime de indenizar o empregado quando tiver incorrido em dolo ou culpa. Em outras palavras, mesmo pagando seguro contra acidentes de trabalho, o empregador continua sujeito à indenização caso eles ocorram. Entretanto, é necessário que haja dolo ou culpa.

XXIX - ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho;

Esse inciso precisa ser analisado com atenção. Inicialmente, verifique que, tanto para o trabalhador urbano quanto para o rural, há possibilidade de se requererem créditos relativos aos últimos cinco anos do contrato de trabalho. É a chamada prescrição quinquenal.

Entretanto, desfeito o vínculo laboral, o trabalhador terá apenas dois anos para reclamar tais créditos na Justiça. Nesse caso, entretanto, a cada dia de inércia, perderá um dia de direito. Se entrar com uma ação trabalhista no último dia do prazo de dois anos, só poderá reaver os créditos referentes aos três últimos anos do contrato de trabalho, por exemplo.

XXX - proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil;

XXXI - proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência;

XXXII - proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos;

Esses três dispositivos traduzem obrigações de não discriminação, de isonomia. O inciso XXX proíbe que sejam estabelecidas diferenças de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil. O inciso XXXI impede que haja discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador com deficiência. Por último, o inciso XXXII veda a distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos.

INDO MAIS FUNDO!

Segundo o STF, o pagamento de "salário-esposa" a trabalhadores urbanos e rurais, e a servidores públicos, viola regra expressa da Constituição (art. 7º, XXX e art. 39, § 3º) e os princípios republicanos da igualdade, da moralidade e da razoabilidade [ADPF 860/SP, Rel. Min. Roberto Barroso, j. 06.02.2023].

XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

"Dissecando-se" esse dispositivo, temos que:

a) A idade mínima para se trabalhar é aos dezesseis anos. Há, entretanto, uma exceção a esse limite mínimo de idade: pode-se trabalhar a partir dos quatorze anos de idade na condição de aprendiz;

b) Os menores de dezoito anos jamais poderão exercer trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

Assim, entre 14 e 16 anos, só pode trabalhar o menor aprendiz. Dos 16 aos 18 anos, qualquer um pode trabalhar, desde que não seja um trabalho noturno, perigoso ou insalubre. A partir dos 18 anos, o indivíduo pode exercer qualquer trabalho, inclusive noturno, perigoso ou insalubre.

HORA DE PRATICAR!

(TJ-SP – 2023) A Constituição já assegura a assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas.

Comentários:

O art. 5º, XXV, da CF/88 assegura a assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas. Questão correta.

(FUNPRESP-EXE – 2022) O pagamento, pelo empregador, do seguro de acidente de trabalho exclui a sua responsabilidade civil em face de eventual indenização a que o empregado faça jus em razão de acidente laboral.

Comentários:

Mesmo que o empregador pague o seguro de acidentes de trabalho, isso não exclui sua responsabilidade civil de indenização em caso de acidente de trabalho, nos termos do art. 7º, inciso XXVIII, da CF/88. Questão errada.

(TRT 2ª Região – 2015) O trabalhador faz jus a seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, apenas quando for resultado de dolo ou culpa.

Comentários:

É isso mesmo. O trabalhador faz jus a seguro contra acidentes de trabalho. Ademais, a indenização somente será devida ao trabalhador quando o empregador incorrer em dolo ou culpa. Questão correta.

(FUB – 2015) A realização de trabalho noturno, perigoso ou insalubre por menor de dezoito anos de idade é permitida desde que o empregador pague a esse trabalhador adicional pecuniário.

Comentários:

Os menores de 18 anos não podem, em qualquer situação, realizar trabalho noturno, perigoso ou insalubre. Questão errada.

(TJ-MG – 2015) É prevista ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.

Comentários:

É exatamente o que prevê a literalidade do art. 7º, XXIX, da CF/88. Questão correta.

> XXXIV - igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.

O trabalhador avulso é aquele que presta serviços a várias empresas, mas que é contratado por um órgão gestor de mão de obra (OGMO). É o caso, por exemplo, dos estivadores e carregadores que trabalham nos portos.

A Constituição Federal de 1988 reconhece a igualdade de direitos entre o trabalhador avulso e o trabalhador com vínculo empregatício permanente.

> Parágrafo único. São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VII, VIII, X, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XXI, XXII, XXIV, XXVI, XXX, XXXI e XXXIII e, atendidas as condições estabelecidas em lei e observada a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias, principais e acessórias, decorrentes da relação de trabalho e suas peculiaridades, os previstos nos incisos I, II, III, IX, XII, XXV e XXVIII, bem como a sua integração à previdência social.

O parágrafo único do art. 7º da Constituição sofreu importantes modificações pela Emenda Constitucional nº 72/2013, que assegurou importantes direitos trabalhistas aos empregados domésticos. O objetivo da EC nº 72/2013 foi justamente assegurar igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais. Destaque-se que, mesmo após a referida emenda constitucional, nem todos os direitos trabalhistas foram assegurados aos empregados domésticos.

Como poucos direitos listados nos incisos do art. 7º da Constituição ficaram "de fora", ou seja, poucos não foram atribuídos aos domésticos, acho interessante listá-los abaixo, para que você não caia em eventuais "pegadinhas" de prova:

Direitos que não foram atribuídos pela CF/88 aos domésticos

- Piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;
- Participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei;
- Jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva;
- Proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei;
- Adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei;
- Proteção em face da automação, na forma da lei;
- Ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho;
- Proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos;
- Igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.

Obviamente, alguns desses direitos não foram previstos para o doméstico pelas próprias características do trabalho. Não faria sentido, por exemplo, prever uma "participação nos lucros", já que não trabalham em uma pessoa jurídica.

Apesar dessa aparente falta de isonomia, é importante que você atente para um detalhe: a Constituição Federal prevê, sim, a igualdade de direitos entre domésticos e demais trabalhadores, urbanos e rurais. Nos termos da PEC nº 72/2013, diz-se que esta "*altera a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para estabelecer a* igualdade de direitos trabalhistas *entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais*".

Os direitos sociais coletivos dos trabalhadores

Em seus arts. 8º a 11, a Constituição enumera vários direitos coletivos dos trabalhadores. Que tal lermos esses dispositivos juntos, fazendo os apontamentos necessários para gabaritar as questões de prova a eles referentes?

> Art. 8º É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:
>
> I - a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical;

A fundação de sindicato independe de autorização estatal (nem mesmo a lei poderá fazer tal exigência). Todavia, a fundação de sindicato necessita de registro em órgão competente, ou seja, registro no Ministério do Trabalho e Previdência. Destaque-se que é vedada a interferência do poder público nos sindicatos (princípio da autonomia sindical).

Segundo o STF[9], "*a liberdade de associação sindical, em sua dimensão coletiva, assegura aos trabalhadores em geral o direito à criação de entidades sindicais, bem assim, em sua dimensão individual, consagra a liberdade dos interessados em aderirem ou não ao sindicato ou desfiliar-se conforme suas vontades*".

> II - é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município;

Esse dispositivo consagra o princípio da unicidade da organização sindical, que é um limitador da autonomia sindical. Segundo esse princípio, não pode coexistir mais de um sindicato da mesma categoria profissional (trabalhadores) ou econômica (empregadores) dentro de uma idêntica base territorial, que não poderá ser inferior à área de um município. Como exemplo, só poderá haver um sindicato de professores no município de Belo Horizonte.

E em caso de existir mais dois sindicatos na mesma base territorial?

Nesse caso, estaremos diante de um conflito, a ser resolvido pela anterioridade, ou seja, a categoria será representada pela entidade que primeiro realizou seu registro no órgão competente. Percebe-se, aqui, que o registro do sindicato no Ministério do Trabalho e Previdência é um instrumento essencial para que o Estado realize o controle da unicidade sindical.

(TRT-17 – 2022) Para a fundação de um sindicato, a lei exigirá autorização do Estado, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical, cabendo ao sindicato a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, exceto em questões judiciais ou administrativas.

Comentários:

Diferentemente do que afirma a questão, o art. 8º, inciso I, da CF/88 estipula que a lei não exigirá autorização do Estado para a fundação de sindicato. Questão errada.

[9] STF. ADI 3890. Rel. Min. Rosa Weber. Julgamento em 08.06.2021.

(TCE-PE – 2017) Por imposição de lei, se um órgão estadual for criado, os servidores ocupantes de cargo efetivo desse órgão poderão, desde que com prévia autorização do órgão estatal competente, fundar sindicato.

Comentários:

A criação de sindicato *independe* de autorização do poder público. Segundo o art. 8º, I, da CF/88, "*a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical*". Questão errada.

(Manausprev – 2015) O princípio da unicidade sindical garante a existência de uma única organização sindical representativa de um mesmo grupo de trabalhadores ou de empresários numa mesma base territorial.

Comentários:

De fato, o *princípio da unicidade sindical*, previsto no inciso II do art. 8º da Constituição, determina que *não pode coexistir mais de um sindicato da mesma categoria* profissional (trabalhadores) ou econômica (empregadores) *dentro de uma idêntica base territorial*, que não poderá ser inferior à área de um município. Questão correta.

(Manausprev – 2015) A fundação de sindicato depende de autorização estatal, cabendo ao Poder Público definir a abrangência territorial de determinada organização sindical.

Comentários:

A fundação de sindicato *independe* de autorização estatal. A abrangência territorial da organização sindical é definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados. Questão errada.

> III - ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas;

Destaca-se que o STF, com base no inciso acima, entende que o sindicato pode atuar na defesa de todos os direitos individuais e coletivos dos integrantes da categoria que representa. Exemplo: o Sindicato dos Auditores da Receita Federal poderá atuar na defesa judicial ou administrativa de um único membro acusado de acesso imotivado aos sistemas do órgão.

(TCE-GO – 2022) Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses exclusivamente coletivos da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.

Comentários:

Conforme o art. 8º, III, ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria. Não se trata, portanto, apenas de interesses coletivos. Questão errada.

O STF considera, ainda, que o art. 8º, inciso III, assegura ampla legitimidade ativa aos sindicatos para atuarem como substitutos processuais das categorias que representam, na defesa de direitos e interesses coletivos ou individuais de seus integrantes. Conforme já se sabe, quando se trata de substituição processual, não há necessidade de prévia autorização dos trabalhadores.[10]

> IV - a assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei;

É fundamental sabermos a diferença entre a contribuição confederativa e a contribuição sindical.

A contribuição confederativa tem fundamento no art. 8º, inciso IV, da CF/88. Possui caráter facultativo, sendo cobrada apenas dos filiados do sindicato. Sabe-se que ninguém é obrigado a filiar-se ou manter-se filiado, mas aqueles que o fizerem deverão pagar a contribuição confederativa. Não possui natureza jurídica tributária, sendo seu valor fixado pela assembleia geral.

Sobre a contribuição confederativa, o STF editou a Súmula Vinculante nº 40:

> Súmula Vinculante nº 40: A contribuição confederativa de que trata o art. 8º, IV, da Constituição Federal, só é exigível dos filiados ao sindicato respectivo.

A contribuição sindical, por sua vez, tem fundamento no art. 149, CF/88, sendo seu valor fixado por lei. Até a Reforma Trabalhista, a contribuição sindical tinha que ser obrigatoriamente recolhida, o que fazia com que a doutrina entendesse que possuía natureza jurídica tributária.

Com a Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017), a contribuição sindical passou a ser obrigatoriamente recolhida pelos empregadores apenas daqueles empregados que assim autorizarem.[11] Na prática, portanto, o seu recolhimento passou a ser facultativo, o que nos permite afirmar que a contribuição sindical não possui mais natureza jurídica tributária.

Segundo o STF, a Lei nº 13.467/2017 retirou a natureza tributária da contribuição sindical, não existindo nenhum comando na Constituição Federal que estabeleça a sua compulsoriedade. A Corte entendeu, ainda, que a supressão do caráter compulsório da contribuição sindical não viola a autonomia sindical nem caracteriza retrocesso social e violação aos direitos básicos do trabalhador.[12]

[10] STF. RE nº 193.503/SP, Rel. Min. Joaquim Barbosa. 12.06.2006.
[11] Art. 582, CLT.
[12] STF. ADI 5794/DF. Rel. Min. Edson Fachin. Red. para o acórdão: Min. Luiz Fux. 29.06.2018.

O STF julgou constitucional a instituição, por acordo ou convenção coletivos, de contribuições assistenciais para todos os empregados de uma categoria, ainda que não sejam sindicalizados, desde que assegurado o direito de oposição. (ARE 1018459, Tema 935, Rel. Min. Gilmar Mendes, j. 12/09/2023).

A criação da contribuição assistencial, destinada prioritariamente ao custeio de negociações coletivas, juntamente com a garantia do direito de oposição, assegura a existência do sistema sindicalista e a liberdade de associação.

Como se nota, a contribuição sindical é facultativa, mas a contribuição assistencial pode ser imposta a todos os empregados de uma categoria, desde que seja assegurado o direito de oposição a essa cobrança.

Para melhor fixação das duas possíveis contribuições a serem fixadas por sindicato, veja o quadro abaixo:

Contribuição confederativa	Contribuição sindical
• É facultativa; • Fixada pela assembleia geral; • Natureza jurídica não tributária.	• É obrigatoriamente recolhida pelos empregadores daqueles empregados que assim autorizarem; • Fixada em lei; • Natureza jurídica não tributária.

(DPE-CE – 2022) A contribuição para custeio do sistema confederativo fixada em assembleia geral poderá ser descontada em folha com base em manifestação do filiado.

Comentários:

A contribuição confederativa, fixada em assembleia geral, é exigida apenas dos filiados e tem natureza facultativa. Questão errada.

V - ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato;

Trata-se do princípio da liberdade de inscrição sindical, segundo o qual os trabalhadores são livres para decidirem se filiar ou se manterem filiados a sindicato. Em outras palavras, a

participação em sindicato não é compulsória. Cabe destacar que o art. 8º, V, da CF/88 é corolário (consequência) do princípio da liberdade de associação (5º, XX), segundo o qual "*ninguém poderá ser compelido a associar-se ou manter-se associado*".

> VI - é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho;

Os sindicatos têm atuação importante nas negociações coletivas de trabalho (convenções coletivas e acordos coletivos). Nas convenções coletivas, a negociação dá-se entre sindicato de trabalhadores e sindicato patronal; nos acordos coletivos, entre o sindicato de trabalhadores e uma empresa ou grupo de empresas. Em todos os casos, percebe-se que haverá participação do sindicato.

> VII - o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais;

A CF/88 garante ao aposentado filiado ampla participação no sindicato da categoria, podendo votar e ser votado. Assim, o aposentado poderá ser eleito dirigente sindical.

> VIII - é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

Trata-se da estabilidade sindical, que consiste em proteção especial dispensada aos dirigentes eleitos dos trabalhadores. O empregado que se candidatar a cargo de direção ou representação sindical não poderá ser dispensado a partir do registro de sua candidatura. Se eleito (mesmo suplente), não poderá ser dispensado até um ano depois de findo o mandato, exceto se cometer falta grave, nos termos da lei.

Perceba que, mesmo após ter sido eleito dirigente ou representante sindical, o empregado poderá ser dispensado. No entanto, a dispensa somente poderá ocorrer caso ele cometa falta grave.

A estabilidade sindical é relativa, sendo possível a dispensa do empregado em virtude da extinção da empresa na qual ele exercia suas atividades. Segundo o STF, "*a garantia constitucional assegurada ao empregado enquanto no cumprimento de mandato sindical (CF, art. 8º, VIII) não se destina a ele propriamente dito,* ex intuitu personae*, mas sim à representação sindical de que se investe, que deixa de existir, entretanto, se extinta a empresa empregadora*".[13]

[13] STF. RE 222.334. Rel. Min. Maurício Corrêa. DJ: 08.03.2002.

(INSS – 2022) A participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho pode ser dispensada mediante manifestação da maioria dos filiados.

Comentários:

É obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho, nos termos do art. 8º, inciso VI. Questão errada.

(Manausprev – 2015) A garantia constitucional assegurada ao empregado enquanto no cumprimento de mandato sindical se destina à pessoa do empregado e tem *intuitu personae*.

Comentários:

A jurisprudência do STF é no sentido contrário. Segundo a Corte, a garantia da estabilidade sindical não se destina à pessoa do empregado, mas sim à representação sindical de que ele se investe. Questão errada.

> Parágrafo único. As disposições deste artigo aplicam-se à organização de sindicatos rurais e de colônias de pescadores, atendidas as condições que a lei estabelecer.

A Constituição Federal, para não deixar qualquer margem de dúvida, dispôs que as regras do art. 8º também se aplicam aos sindicatos rurais e de colônias de pescadores.

> Art. 9º É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.
>
> § 1º - A lei definirá os serviços ou atividades essenciais e disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.
>
> § 2º - Os abusos cometidos sujeitam os responsáveis às penas da lei.

O art. 9º da CF assegura aos trabalhadores o direito de greve. Não se trata de direito absoluto, uma vez que as necessidades inadiáveis da comunidade deverão ser atendidas, e aqueles que abusarem do direito ficarão sujeitos a penas fixadas em lei.

A doutrina majoritária considera que o direito de greve dos trabalhadores da iniciativa privada (regidos pela CLT) é norma de eficácia contida, pois poderá ser restringido por lei. Recorde-se de que o direito de greve dos servidores públicos é norma de eficácia limitada, dependendo, para seu exercício, da edição de lei regulamentadora.

Segundo o STF, "*não constitui falta grave a entrada do empregado em greve, desde que não se trate de movimento condenado pela Justiça do Trabalho e desde que o comportamento seja pacífico no pertinente.*"[14] Com efeito, a adesão ao movimento grevista não pode ser considerada falta grave, mas sim um direito do trabalhador.

Observe que, apesar de o direito de greve ser considerado um direito social, ele não envolve qualquer prestação positiva por parte do Estado. Ao contrário, deverá o Estado abster-se de atuar, permitindo que os trabalhadores defendam seus interesses por meio de movimento grevista.

[14] STF. RE nº 51.301. Rel. Min. Cunha Melo.

Os serviços ou atividades essenciais mencionados pelo § 1º do art. 9º estão elencados no art. 10 da Lei Federal nº 7.783/89 (Lei de Greve). A título informativo, veja a lista dessas atividades essenciais:

- Tratamento e abastecimento de água; produção e distribuição de energia elétrica, gás e combustíveis;
- Assistência médica e hospitalar;
- Distribuição e comercialização de medicamentos e alimentos;
- Funerários;
- Transporte coletivo;
- Captação e tratamento de esgoto e lixo.
- Telecomunicações;
- Guarda, uso e controle de substâncias radioativas, equipamentos e materiais nucleares;
- Processamento de dados ligados a serviços essenciais;
- Controle de tráfego aéreo e navegação aérea;
- Compensação bancária;
- Atividades médico-periciais relacionadas com o regime geral de previdência social e a assistência social;
- Atividades médico-periciais relacionadas com a caracterização do impedimento físico, mental, intelectual ou sensorial da pessoa com deficiência, por meio da integração de equipes multiprofissionais e interdisciplinares, para fins de reconhecimento de direitos previstos em lei, em especial na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência);
- Outras prestações médico-periciais da carreira de perito médico federal indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade;
- Atividades portuárias.

A lei assegura ainda o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade vinculadas às atividades essenciais.

(TCE-GO – 2022) É assegurado o direito de greve, competindo aos empregadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e aos trabalhadores sobre os interesses que devam por meio dele defender..

Comentários:

Cabe aos trabalhadores (e não aos empregadores) a decisão sobre a oportunidade de exercer o direito de greve. Questão errada.

> Art. 10. É assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.

Esse dispositivo é, normalmente, cobrado em sua literalidade. Basta saber que os trabalhadores e empregadores têm direito a participar no colegiado de órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação. Apenas para ilustrar com um exemplo, o Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS) é um órgão colegiado do qual participam representantes do governo, dos trabalhadores em atividade, dos empregadores e dos aposentados.

> Art. 11. Nas empresas de mais de duzentos empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.

O objetivo do art. 11 é melhorar a interlocução entre empregadores e empregados naquelas empresas com grande número de trabalhadores. Assim, nas empresas com mais de 200 empregados, é assegurada a eleição de um representante destes. Esse representante terá a tarefa (finalidade exclusiva) de promover o entendimento direto entre os empregados e os empregadores.

(Polícia Rodoviária Federal – 2014) Nas empresas com mais de cem empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover o entendimento direto com os empregadores.

Comentários:

A questão foi no detalhe! Essa regra somente se aplica às empresas com mais de 200 empregados. Questão errada.

Direitos dos Trabalhadores Domésticos

O parágrafo único do art. 7º da Constituição sofreu importantes modificações pela Emenda Constitucional nº 72/2013, que assegurou importantes direitos trabalhistas aos empregados domésticos. O objetivo da EC nº 72/2013 foi justamente assegurar igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais. Destaque-se que, mesmo após a referida emenda constitucional, nem todos os direitos trabalhistas foram assegurados aos empregados domésticos.

> Parágrafo único. São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VII, VIII, X, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XXI, XXII, XXIV, XXVI, XXX, XXXI e XXXIII e, atendidas as condições estabelecidas em lei e observada a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias, principais e acessórias, decorrentes da relação de trabalho e suas peculiaridades, os previstos nos incisos I, II, III, IX, XII, XXV e XXVIII, bem como a sua integração à previdência social.

Na tabela abaixo, relaciono todos os direitos dos domésticos e destaco, em negrito, tudo aquilo que resulta de previsão da EC nº 72/2013:

DIREITOS	Salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim.
	Irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.
	Garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável (direito assegurado após a EC nº 72/2013).
	Proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa (direito assegurado após a EC nº 72/2013).
	Décimo terceiro salário, com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.
	Duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho (direito assegurado após a EC nº 72/2013).
	Repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos.
	Remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal (direito assegurado após a EC nº 72/2013).
	Gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal.
	Licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias.
	Licença-paternidade, nos termos fixados em lei.

DO DOMÉSTICO	Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei.
	Redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança (direito assegurado após a EC nº 72/2013).
	Aposentadoria.
	Reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho (direito assegurado após a EC nº 72/2013).
	Proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil (direito assegurado após a EC nº 72/2013).
	Proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência (direito assegurado após a EC nº 72/2013).
	Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos (direito assegurado após a EC nº 72/2013).
	Integração à previdência social.
	Relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, entre outros direitos (direito assegurado após a EC nº 72/2013).
	Seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário (direito assegurado após a EC nº 72/2013).
	Fundo de garantia do tempo de serviço (direito assegurado após a EC nº 72/2013).
	Remuneração do trabalho noturno superior à do diurno (direito assegurado após a EC nº 72/2013).
	Salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei (direito assegurado após a EC nº 72/2013).
	Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas (direito assegurado após a EC nº 72/2013).
	Seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa (direito assegurado após a EC nº 72/2013).

Outro ponto importante é que alguns dos direitos previstos pela EC nº 72/2013 precisam de regulamentação para que possam ser usufruídos. Em outras palavras, eles não puderam ser usufruídos de imediato, assim que foi promulgada a EC nº 72/2013. Foi necessária a regulamentação, que só ocorreu por meio da Lei Complementar nº 150/ 2015. São eles:

- Relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, entre outros direitos;
- Seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário;
- Fundo de garantia do tempo de serviço;
- Remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;

- Salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei;
- Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas;
- Seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.

Não custa sistematizar tudo isso em outra tabela, para melhor compreensão:

<table>
<tr><th>Direitos assegurados aos domésticos por normas originárias da Constituição</th><th>Direitos assegurados aos domésticos pela PEC nº 72/2013</th></tr>
<tr><td rowspan="2">● Salário-mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim.
● Irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.
● Décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.
● Repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos.
● Gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal.
● Licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias.
● Licença-paternidade, nos termos fixados em lei.</td><td><u>De exercício imediato:</u>
● Garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável.
● Proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa.
● Duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.
● Remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal.
● Redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.
● Reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho.
● Proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.
● Proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência.
● Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.</td></tr>
<tr><td><u>Direitos de exercício condicionado à obediência à regulamentação legal</u>
● Relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, entre outros direitos.
● Seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário.
● Fundo de garantia do tempo de serviço.
● Remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.</td></tr>
</table>

• Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei. • Aposentadoria. • Integração à previdência social.	• Salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei. • Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas. • Seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.

Como poucos direitos listados nos incisos do art. 7º da Constituição ficaram "de fora", ou seja, poucos não foram atribuídos aos domésticos, acho interessante listá-los abaixo, para que você não caia em eventuais "pegadinhas" de prova:

Direitos que não foram atribuídos pela CF/88 aos domésticos	• Piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho. • Participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei. • Jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva. • Proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei. • Adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei. • Proteção em face da automação, na forma da lei. • Ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho. • Proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos. • Igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.

Obviamente, alguns desses direitos não foram previstos para o doméstico pelas próprias características do trabalho. Não faria sentido, por exemplo, prever uma "participação nos lucros", já que não trabalham em uma pessoa jurídica.

Apesar dessa aparente falta de isonomia, é importante que você atente para um detalhe: a Constituição Federal prevê, sim, a igualdade de direitos entre domésticos e demais trabalhadores, urbanos e rurais. Nos termos da PEC nº 72/2013, diz-se que esta "*altera a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para estabelecer a* igualdade de direitos trabalhistas *entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais*".

(TST – 2023) O parágrafo único do Art. 7° da Constituição da República de 1988, com a redação dada pela Emenda Constitucional n° 72/2013, assegura à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos a adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas e a jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento.

Comentários:

Ambos os direitos mencionados (jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva – art. 7°, XIV e o adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas – art. 7°, XXIII) não foram estendidos aos trabalhadores domésticos. Questão errada.

QUESTÕES COMENTADAS

Direitos Sociais

1. (VUNESP/TJ-SP/2023)

O lazer:

a) integra os direitos sociais juntamente com a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho e outros.

b) não está contemplado constitucionalmente entre os direitos e garantias fundamentais, nem entre os direitos sociais.

c) consta expressamente previsto entre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

d) figura expressamente entre os direitos e as garantias fundamentais.

e) apesar de não estar previsto expressamente entre os direitos sociais, é direito garantido pela legislação infraconstitucional.

Comentário Completo:

A Constituição de 1988 trouxe um capítulo próprio para tratar do tema dos Direitos Sociais. (art. 6º ao art. 11).

A questão cobrou o direito ao lazer previsto no art. 6º da CRFB/88, vejamos:

> Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Diante do exposto, o lazer integra os direitos sociais juntamente com a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho e outros.

O nosso gabarito é a LETRA A!

No entanto, vale uma ponderação sobre a letra D. Os direitos fundamentais estão distribuídos pela CRFB/88. Apesar disso, encontramos um Título da Carta Magna assim denominado: "Dos Direitos e Garantias Fundamentais" (Título II). Esse agrupamento (do art. 5º ao art. 17) realizado pelo legislador constituinte é chamado pela doutrina e jurisprudência de "catálogo dos direitos fundamentais" (rol não exaustivo).

Portanto, o lazer (art. 6º) figura expressamente entre os direitos e as garantias fundamentais. No entanto, a banca apontou a alternativa como incorreta. Talvez a ideia do examinador fosse

denominar de "direitos e garantias individuais". Aí sim, teríamos um erro na alternativa. Mas, enfim, fica a observação sobre essa alternativa.

(...)

LETRA A. CORRETA. De cara o nosso gabarito! O lazer é um direito social, de acordo com a nossa Constituição, estando expressamente contido no caput do art. 6º da CRFB/88.

> Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

LETRA B. INCORRETA. A Constituição prevê expressamente que o direito ao lazer é um direito social.

LETRA C. INCORRETA. A alternativa está errada, porque o direito ao lazer não é um objetivo fundamental da República Federativa do Brasil, mas sim um direito social, disposto no caput do art. 6º da CRFB/88.

LETRA D. INCORRETA. Temos um detalhe aqui a ser observado. No título II da CRFB/88 encontramos os "Direitos e Garantias Fundamentais". Esse agrupamento (do art. 5º ao art. 17) é chamado pela doutrina e jurisprudência de "catálogo dos direitos fundamentais". O lazer está previsto no art. 6º da Constituição, que figura expressamente no rol dos direitos sociais, estando também incluído no título II da CRFB/88.

*PS: A banca apontou essa alternativa como incorreta, no entanto penso que o item merece ponderações.

LETRA E. INCORRETA. A Constituição prevê expressamente o lazer como um direito social, de acordo com o caput do art. 6º da CRFB/88

Gabarito: Letra A.

2. (VUNESP/TJ-SP/2023)

É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

a) é facultativa a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.

b) a lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato.

c) o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.

d) lei específica fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva.

e) é legal a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial.

Comentário Completo:

Temos uma questão sobre os Direitos Sociais, em que a banca cobrou especificamente a associação profissional ou sindical.

Portanto, confira o art. 8º, VII da CRFB/88:

> Art. 8º da CRFB/88. É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:
>
> VII - o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.

Nesse sentido, o nosso texto constitucional determina que o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.

O nosso gabarito é a LETRA C!

(...)

LETRA A. INCORRETA. A alternativa está errada, porque a Constituição determina a presença obrigatória dos sindicatos em negociações coletivas de trabalho, de acordo com o art. 8º, inciso VI da CRFB/88.

LETRA B. INCORRETA. Não é necessária a autorização do Estado para fundação de sindicato, conforme disposição do art. 8º, inciso I da CRFB/88, vejamos:

> Art. 8º da CRFB/88. É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:
>
> I - a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical;

LETRA C. CORRETA. É o nosso gabarito! A Carta Magna determina que o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais, conforme art. 8º, inciso VI da CRFB/88, veja:

> Art. 8º da CRFB/88. É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:
>
> VII - o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.

LETRA D. INCORRETA. A alternativa está errada, porque compete a Assembleia geral fixar a contribuição, de acordo com o inciso IV do art. 8º da CRFB/88.

LETRA E. INCORRETA. A Constituição veda expressamente a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica,

na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município, de acordo com o inciso II do art. 8º da CRFB/88.

Gabarito: Letra C.

3. (VUNESP / SEDUC-SP – 2019) São, entre outros, direitos sociais previstos na Constituição Federal:

a) a segurança, a previdência social, a alimentação e a sindicalização.

b) a previdência social, o transporte, a moradia e a reunião.

c) a educação, a saúde, a alimentação e o trabalho.

d) a sindicalização, a greve, a reunião e o trabalho.

e) a greve, a segurança, a saúde e a reunião.

Comentários:

O art. 6º, "caput", da Constituição, determina que são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma da Constituição. O gabarito é a letra C.

4. (VUNESP / TJ-SP – 2018) São assegurados, nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil, (CRFB/88) à categoria dos trabalhadores domésticos os seguintes direitos:

a) jornada de seis horas para trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento.

b) reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho.

c) proteção em face da automação, na forma da lei.

d) piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.

e) participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, conforme definido em lei.

Comentários:

Os trabalhadores domésticos *não fazem jus*, dentre outros sociais, a: i) jornada de seis horas para trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento (letra A); ii) proteção em face da automação, na forma da lei (letra C); iii) piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho (letra D) e; iv) participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, conforme definido em lei (letra E).

É direito social dos trabalhadores domésticos o *reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho*. Esse foi um direito inserido pela EC nº 72/2013).

O gabarito é a letra B.

5. (VUNESP / TJ-SP – 2017) É direito constitucional dos trabalhadores urbanos e rurais:

a) remuneração do serviço extraordinário superior em, no mínimo, trinta por cento à do serviço normal.

b) seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado quando incorrer em dolo ou culpa.

c) assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até os 06 (seis) anos de idade em creches e pré-escolas.

d) licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e oitenta dias.

e) aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, no máximo de trinta dias, nos termos da lei.

Comentários:

Letra A: errada. A remuneração do serviço extraordinário será superior em, no mínimo, *cinquenta por cento* à do serviço normal (art. 7º, XVI, CF/88).

Letra B: correta. É direito social dos trabalhadoras o *seguro contra acidentes de trabalho*, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa (art. 7º, XXVIII, CF/88)

Letra C: errada. A assistência gratuita em creches e pré-escolas vai até os *5 anos de idade* (art. 7º, XXV, CF/88).

Letra D: errada. A licença à gestante tem duração de *120 dias* (art. 7º, XVIII, CF/88).

Letra E: errada. O aviso prévio será de, *no mínimo*, 30 dias (art. 7º, XXI, CF/88).

O gabarito é a letra B.

6. (VUNESP / Prefeitura de São Paulo – 2016) Fulano da Silva tem 16 anos de idade e pretende conseguir um trabalho remunerado com registro em carteira. Considerando o que dispõe o texto constitucional, é correto afirmar que Fulano

a) somente poderá trabalhar, com essa idade, na condição de aprendiz.

b) não poderá trabalhar legalmente, uma vez que a Constituição Federal proíbe o trabalho de menores de dezessete anos.

c) poderá obter um trabalho formal, mas não poderá trabalhar no período noturno nem em trabalho perigoso ou insalubre.

d) poderá trabalhar, normalmente, não havendo qualquer restrição quanto ao tipo ou horário de trabalho.

e) poderá trabalhar formalmente, havendo somente restrição quanto ao trabalho perigoso.

Comentários:

A Constituição Federal admite que o jovem de dezesseis anos trabalhe, mas veda o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos (art. 37, XXXIII, CF). O gabarito é a letra C.

7. (VUNESP / TJ-SP – 2015) É correto afirmar que a Constituição Federal

a) inseriu a propriedade entre os direitos sociais.

b) garantiu aos trabalhadores o seguro¬ desempre¬go, em caso de desemprego voluntário ou involuntário.

c) conferiu direitos sociais diferenciados aos trabalhadores urbanos e rurais, tendo em vista as particularidades do exercício de cada um desses trabalhos.

d) possibilitou o trabalho noturno, perigoso ou insa¬lubre apenas a maiores de 16 anos, proibindo-¬o aos maiores de 14 e menores de 16 anos que trabalham na condição de aprendiz

e) inseriu entre os direitos dos trabalhadores a irredutibilidade do salário, salvo, contudo, o disposto em convenção ou acordo coletivo.

Comentários:

Letra A: errada. Segundo o art. 6° da CF/88, são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma da Constituição. A *propriedade não foi inserida* entre os direitos sociais.

Letra B: errada. O seguro desemprego é assegurado somente em caso de desemprego *involuntário*.

Letra C: errada. A Carta Magna conferiu direitos sociais iguais aos trabalhadores rurais e urbanos (art. 7°, "caput", CF).

Letra D: errada. A Constituição proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Letra E: correta. É o que prevê o art. 7°, VI, CF/88.

O gabarito é a letra E.

8. (VUNESP /TJ-SP – 2013) A Constituição Federal estabelece como direito dos trabalhadores urbanos e rurais:

a) o décimo terceiro salário, com base no vencimento básico ou no valor da aposentadoria.

b) o repouso semanal remunerado aos domingos.

c) o gozo de férias anuais remuneradas com, no máximo, um terço a mais do que o salário normal.

d) a irredutibilidade do salário, salvo o disposto em contrato de trabalho.

e) a assistência gratuita aos filhos e dependentes, desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade, em creches e pré-escolas.

Comentários:

Letra A: errada. A CF/88 garante o direito ao décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.

Letra B: errada. De acordo com a Constituição, o repouso semanal dar-se-á preferencialmente aos domingos. Não há obrigação de que seja nesse dia.

Letra C: errada. É o contrário. Garante-se o gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal.

Letra D: errada. A regra é a irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo, não em contrato de trabalho.

Letra E: correta. Fundamento: art. 7º, XXV, CF.

9. (VUNESP / PC-SP - 2013) É um direito do trabalhador urbano e rural a remuneração do serviço extraordinário superior à do normal, no mínimo, em:

a) cem por cento.

b) setenta por cento.

c) trinta por cento.

d) vinte por cento.

e) cinquenta por cento.

Comentários:

A CF garante a remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal (art. 7º, XVI). O gabarito é a letra E.

10. (VUNESP / TJ-SP – 2014) Assinale a alternativa em plena harmonia com a Constituição Federal no que tange a direito dos trabalhadores urbanos e rurais:

a) irredutibilidade do salário, nunca admitida sua diminuição.

b) remuneração pelo serviço extraordinário, que deve ser pelo menos um terço superior à do normal.

c) assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até cinco anos de idade em creches e pré-escolas.

d) seguro-desemprego em qualquer hipótese.

Comentários:

Letra A: errada. Admite-se a redução do salário mediante convenção coletiva (art. 7º, VI, CF).

Letra B: errada. A remuneração pelo serviço extraordinário deve ser de pelo menos cinquenta por cento superior à do normal (art. 7º, XVI, CF).

Letra C: correta. É o que assegura o art. 7º, IV, da Constituição Federal.

Letra D: errada. O seguro-desemprego só é devido no caso de desemprego involuntário (art. 7º, II, CF).

O gabarito é a letra C.

11. (VUNESP / DESENVOLVESP – 2014) Visando a proteção da mulher nas relações de trabalho, a Constituição Federal, no que diz respeito aos direitos sociais, prescreve que

a) a concessão de licença à gestante será de noventa dias, sem prejuízo do salário e do emprego.

b) é facultativa a dispensa da trabalhadora gestante, durante a gravidez.

c) não há possibilidade de permanência dos filhos da trabalhadora no local de trabalho, durante o período de amamentação.

d) deve haver a proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei.

e) é facultativa a diferença de salário, de critérios de admissão e de exercício de funções por motivo de sexo.

Comentários:

Letra A: errada. A duração da licença à gestante é de cento e vinte dias (art. 7º, XVIII, CF).

Letra B: errada. O art. 10 do ADCT assegura que até que seja promulgada a lei complementar a que se refere o art. 7º, I, da Constituição, fica vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.

Letra C: errada. Não há tal previsão na Constituição.

Letra D: correta. É o que prevê o art. 7º, XX, da CF/88.

Letra E: errada. A Carta Magna (art. 7º, XXX) proíbe a diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.

O gabarito é a letra D.

12. (VUNESP / TJ-SP – 2012) Himeneu Silva tem 17 anos de idade, casado e pai de dois filhos menores de cinco anos, e acabou de ser contratado para trabalhar na Empresa ABC Ltda. Com base nos dados fornecidos, assinale a alternativa que contempla corretamente um direito de Himeneu previsto na Constituição Federal.

a) Se for trabalhar no período noturno, deverá perceber remuneração superior à do diurno em, no mínimo, cinquenta por cento.

b) Participação nos lucros, ou resultados, vinculada à sua remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei.

c) Seguro contra acidentes de trabalho, a ser custeado em igual proporção entre Himeneu e a empresa ABC Ltda.

d) Garantia de que não poderá exercer trabalho perigoso ou insalubre.

e) Salário família, independentemente da renda que irá auferir como empregado.

Comentários:

Letra A: errada. A CF/88 apenas exige remuneração do trabalho noturno superior à do diurno, não fixa um percentual mínimo.

Letra B: errada. A participação nos lucros ou resultados deverá ser desvinculada da remuneração.

Letra C: errada. O seguro contra acidentes de trabalho é devido pelo empregador somente.

Letra D: correta. A Carta Magna proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Letra E: errada. O salário família é devido apenas no caso de a renda do trabalhador ser baixa, nos termos da lei.

O gabarito é a letra D.

13. (VUNESP / PC-SP – 2014) Assinale a alternativa que está de acordo com as disposições constitucionais sobre os direitos do trabalhador brasileiro.

a) É proibido o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos.

b) É direito do trabalhador jornada de doze horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento.

c) O trabalhador tem o direito de gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, duas vezes mais do que o salário normal.

d) O trabalhador tem direito a receber, anualmente, o décimo terceiro e o décimo quarto salários.

e) É proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de doze anos.

Comentários:

Letra A correta e letra E errada. A Constituição (art. 7°, XXXIII) proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Letra B: errada. A Carta Magna (art. 7°, XIV) assegura jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.

Letra C: errada. A CF/88 garante o gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal (art. 7°, XVII, CF).

Letra D: errada. A Constituição não assegura o décimo quarto salário (art. 7°, VIII).

O gabarito é a letra A.

14. (VUNESP / DPE-MS – 2012) Tendo em vista o disposto na Carta Magna brasileira, assinale a alternativa que contempla corretamente os direitos sociais garantidos aos trabalhadores.

a) Participação nos lucros, ou resultados, vinculada à remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei; seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.

b) Duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro horas semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho; proteção em face da automação, na forma da lei.

c) Jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva; remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em sessenta por cento à do normal.

d) Proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa; salário-família pago em razão do dependente de todo trabalhador, nos termos da lei.

Comentários:

Letra A: errada. A participação nos lucros ou resultados é *desvinculada da remuneração* (art. 7°, XI, CF).

Letra B: correta. A alternativa reproduz os incisos XIII e XXVII do art. 7° da Constituição.

Letra C: errada. A remuneração do serviço extraordinário é superior, no mínimo, em *cinquenta por cento* à do normal (art. 7°, XVI, CF).

Letra E: errada. O salário-família é devido apenas ao dependente do trabalhador de baixa renda, nos termos da lei (art. 7°, XII, CF).

A letra B é o gabarito.

15. (VUNESP / Fundação CASA – 2010) O salário-mínimo deverá ser fixado em lei, sendo:

a) regionalizado, por pisos de categorias, havendo diferença de salários, para exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.

b) proteção contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, servindo, outrossim, de indenização compensatória.

c) demais, a remuneração do serviço extraordinário, no mínimo, sessenta por cento superior à do normal para jornadas de seis horas de trabalho.

d) que nele se incluirá o repouso semanal remunerado, preferencialmente aos sábados.

e) nacionalmente unificado, capaz de atender às necessidades vitais básicas do trabalhador e às de sua família, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo.

Comentários:

Letra A: errada. O salário mínimo é nacional, não regional. Além disso, a Constituição proíbe diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.

Letra B: errada. A CF/88 veda a vinculação do salário mínimo para qualquer fim, o que impede que ele sirva de parâmetro para indenização compensatória. A indenização compensatória de que trata a Constituição em seu art. 7°, inciso I, será fixada em lei complementar.

Letra C: errada. A remuneração do serviço extraordinário deverá ser superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal.

Letra D: errada. O repouso semanal remunerado dar-se-á preferencialmente aos domingos.

A letra E é o gabarito da questão. Fundamento: art. 7°, IV, CF.

16. (VUNESP / CEAGESP – 2010) É um direito constitucional dos trabalhadores urbanos e rurais:

a) irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.

b) garantia de salário, nunca superior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável.

c) participação nos lucros e resultados, vinculada à remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei.

d) salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de qualquer renda, nos termos da lei.

e) remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em quarenta por cento à do normal.

Comentários:

Letra B: errada. O salário dos que percebem remuneração variável não pode ser inferior ao mínimo.

Letra C: errada. A participação nos lucros e resultados é desvinculada da remuneração.

Letra D: errada. O salário-família é pago somente em razão do dependente do trabalhador de baixa renda, nos termos da lei.

Letra E: errada. A remuneração do serviço extraordinário deve ser superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal.

O gabarito é a letra A. Fundamento: art. 7º, VI, CF.

17. (VUNESP / OAB-AM) Dentre os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais acolhidos pela Constituição Federal, encontra-se a irredutibilidade de salário, não podendo ser excepcionada nem por convenção ou acordo coletivo.

Comentários:

A Constituição permite, sim, a redução de salário mediante convenção ou acordo coletivo. Questão errada.

18. (VUNESP / Unesp - 2012) A Constituição da República garante, expressamente, aos trabalhadores, urbanos e rurais, além de outros direitos, a duração do trabalho normal:

a) não inferior a oito horas diárias e não superior a quarenta e quatro horas semanais.

b) superior a seis horas diárias e não inferior a quarenta horas semanais.

c) não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro horas semanais.

d) não inferior a oito horas diárias e quarenta e quatro horas semanais.

e) não superior a seis horas diárias e não inferior a quarenta horas semanais.

Comentários:

A Constituição prevê a duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais (art. 7º, XIII, CF). A letra C é o gabarito.

19. (VUNESP / OAB-AM - 2002) Dentre os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais acolhidos pela Constituição Federal, encontra-se o repouso semanal remunerado sempre aos domingos, salvo previsão em convenção ou acordo coletivo.

Comentários:

O repouso semanal remunerado é assegurado preferencialmente (e não sempre!) aos domingos. Questão errada.

20. (VUNESP / DPE-MS - 2008) É direito fundamental do trabalhador assistência gratuita aos filhos e dependentes, desde o nascimento até sete anos de idade em creches e pré-escolas.

Comentários:

A CF/88 assegura esse direito até que a criança tenha 5 (cinco) anos de idade. Questão errada.

21. (VUNESP / DPE-MS - 2008) A lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, inclusive o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público, porém, a interferência e a intervenção na organização sindical.

Comentários:

Pelo contrário! Versa o inciso I do art. 8º da Constituição que a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato. A segunda parte do enunciado está perfeita: veda-se ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical. Questão errada.

22. (VUNESP / DPE-MS - 2008) Nas empresas com mais de cem empregados é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.

Comentários:

Esse direito é assegurado nas empresas com mais de duzentos empregados, não cem. Questão errada.

23. (FGV / TJ-AM – 2013) Com relação aos direitos dos trabalhadores, segundo o art. 7º da Constituição Federal/88, analise as afirmativas a seguir.

I. Garantia de salário-mínimo, fixado em lei, definido por regiões geoeconômicas, capaz de atender suas necessidades vitais básicas.

II. Garantia de remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal.

III. Garantia de salários e de critérios de admissão iguais, sendo vedada a discriminação por sexo, cor ou estado civil.

Assinale:

a) se somente a afirmativa I estiver correta.

b) se somente a afirmativa II estiver correta.

c) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.

d) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

e) se todas as afirmativas estiverem corretas.

Comentários:

Item I: errado. O inciso IV do art. 7º da Constituição prevê como direitos dos trabalhadores o "salário mínimo, fixado em lei, *nacionalmente unificado*, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim".

Item II: correto. É o que prevê o inciso XVI do art. 7º da CF/88.

Item III: correto. O inciso XXX do art. 7º da Constituição garante aos trabalhadores a "proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil".

O gabarito é a letra D.

24. (FGV / TJ-AM – 2013) Dentre os direitos sociais dos trabalhadores, previstos na Constituição, não se inclui:

a) a participação nos lucros ou resultados, desvinculada da remuneração.

b) duração do trabalho não superior a 40 horas semanais.

c) a proibição de diferença de salários por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.

d) a proibição de trabalho noturno a menores de 18 anos.

e) a extensão do fundo de garantia do tempo de serviço ao empregado rural.

Comentários:

Letra A: correta. É direito dos trabalhadores participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei (art. 7°, XI, CF).

Letra B: errada. A Carta Magna prevê que a duração do trabalho *normal* não será a oito horas diárias e *quarenta e quatro* semanais, *facultada a compensação de horários e a redução da jornada*, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho (art. 7°, XIII, CF).

Letra C: correta. É direito dos trabalhadores a proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil (art. 7°, XXX, CF).

Letra D: correta. No inciso XXXIII do art. 7° da Constituição, esta proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Letra E: correta. O fundo de garantia do tempo de serviço é direito dos trabalhadores urbanos e rurais (art. 7°, III, CF).

O gabarito é a letra B.

25. (FGV / TJ-AM – 2013) Em relação ao disposto na Constituição da República Federativa do Brasil acerca dos direitos sociais dos trabalhadores, assinale a afirmativa incorreta.

a) É vedada a dispensa do empregado sindicalizado eleito para cargo de representação ou direção sindical, ainda que como suplente, até um ano após o final do mandato, salvo nos casos de redução justificada do número de empregados.

b) A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.

c) É obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.

d) É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam, por meio dele, defender.

e) Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria.

Comentários:

Letra A: errada. Segundo o art. 8°, VIII, CF/88, é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, *salvo se cometer falta grave nos termos da lei*.

Letra B: correta. É isso mesmo! A lei não pode exigir autorização estatal para que seja fundado o sindicato, ressalvado o registro no órgão competente. O Poder Público não pode interferir/intervir na organização sindical.

Letra C: correta. De fato, *é obrigatória a participação dos sindicatos* nas negociações coletivas de trabalho (art.8º, VI).

Letra D: correta. A CF/88 garante o *direito de greve aos trabalhadores*, atribuindo-lhes o poder de decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam, por meio dele, defender.

Letra E: correta. Segundo o art. 8º, III, ao sindicato cabe a *defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais* da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.

O gabarito é a letra A.

QUESTÕES COMENTADAS

Direitos Sociais

1. CEBRASPE/CAPES/2024

No que diz respeito às disposições constitucionais acerca da educação, julgue o item seguinte.

O salário mínimo, direito do trabalhador urbano, rural e doméstico, deve ser capaz de atender suas necessidades vitais básicas e às de sua família, inclusive com educação.

Comentário Completo:

A questão versa sobre os Direitos e Garantias Fundamentais, mais precisamente sobre o Direito Social previsto no art. 7°, IV, da CRFB/88. Olha só:

> Art. 7° São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:
>
> IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim.

Inclusive, o parágrafo único do mesmo dispositivo estabelece que são assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VII, VIII, X, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XXI, XXII, XXIV, XXVI, XXX, XXXI e XXXIII e, atendidas as condições estabelecidas em lei e observada a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias, principais e acessórias, decorrentes da relação de trabalho e suas peculiaridades, os previstos nos incisos I, II, III, IX, XII, XXV e XXVIII, bem como a sua integração à previdência social.

De fato, o salário-mínimo, direito do trabalhador urbano, rural e doméstico, deve ser capaz de atender suas necessidades vitais básicas e às de sua família, inclusive com educação. Com base na fundamentação exposta, o item está correto.

Gabarito: CERTO.

2. CEBRASPE/CBM-PA/2024

Assinale a opção que apresenta corretamente exemplos de direitos sociais previstos na CF.

a) direito à liberdade de crença religiosa e de locomoção

b) direito ao contraditório e ao devido processo legal

c) direito à saúde, ao transporte e ao lazer

d) direito à liberdade e à propriedade

e) direito de herança e de livre associação

Comentário Completo:

A questão trata sobre os Direitos Sociais. Com relação aos direitos da 2ª geração há uma atuação positiva do Estado, tendo em vista que representa uma obrigação de fazer por parte do Poder Público.

São os denominados direitos sociais. Através destes, fica evidente o dever do Estado no cumprimento das prestações sociais, concretizando a chamada igualdade material.

A Constituição de 1988 trouxe um capítulo próprio para tratar do tema dos direitos sociais, (art. 6º ao art. 11). Vejamos o que diz o art. 6º da CRFB/88:

> Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.
>
> Parágrafo único. Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária.

O direito à saúde, o transporte e o lazer são espécies de direitos sociais, cabendo ao Poder Público garantir à população o exercício desses direitos fundamentais.

Logo, podemos identificar que o nosso gabarito é a LETRA C!

(...)

LETRA A. INCORRETA. A alternativa está errada, porque a liberdade de crença e de locomoção não são direitos sociais, são individuais.

LETRA B. INCORRETA. O direito ao contraditório e ao devido processo legal são direitos da 1ª geração, dispostos no art. 5º da CRFB/88.

LETRA C. CORRETA. Conforme o art. 6º da CRFB/88, são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a

proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

LETRA D. INCORRETA. O direito à liberdade e propriedade são direitos individuais, não sociais.

LETRA E. INCORRETA. A alternativa está errada, porque o direito de herança e da livre associação são direitos individuais (direitos da 1ª geração).

Gabarito: Letra C.

3. CEBRASPE/CNPq/2024

Acerca dos direitos constitucionais dos trabalhadores previstos na Constituição Federal de 1988, julgue o item seguinte.

É garantido o seguro-desemprego, cuja finalidade é assegurar assistência financeira temporária ao trabalhador dispensado voluntariamente.

C) Certo.

E) Errado.

Comentário Completo:

A questão versa sobre os Direitos dos Trabalhadores. Com relação aos trabalhadores, a Constituição estabeleceu o direito ao seguro-desemprego, no caso de desemprego involuntário, vejamos:

> Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:
>
> II - seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário.

Perceba que aquele empregado que voluntariamente se demite, não tem direito de receber o seguro-desemprego. Este, por exemplo, será devido quando há uma despedida sem justa causa. Ou seja, o trabalhador não deu causa à rescisão do contrato de trabalho.

Portanto, o desemprego será involuntário, sem interesse do trabalhador.

Gabarito: ERRADO.

4. CEBRASPE/CNPq/2024

Acerca dos direitos constitucionais dos trabalhadores previstos na Constituição Federal de 1988, julgue o item seguinte.

Diante do princípio constitucional da igualdade, a remuneração do trabalho noturno não poderá ser superior à do diurno.

C) Certo.

E) Errado.

Comentário Completo:

Para responder à questão, precisamos ter conhecimento do disposto no art. 7º, inciso IX da CRFB/88. Ou seja, temos uma questão sobre os Direitos dos Trabalhadores.

Segundo o referido dispositivo, o trabalhador tem direito à remuneração do trabalho noturno superior à do diurno. Olha só:

> Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

IX - remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.

Tal benefício foi instituído a esses trabalhadores, porque todo profissional que labora em período noturno é submetido a um desgaste maior do que aquele que labora em período diurno.

Logo, tal determinação não fere o princípio da igualdade. Em verdade, ratifica o Princípio da Isonomia, já que visa tratar com igualdade os iguais e com desigualdade os desiguais, na medida de suas desigualdades.

Gabarito: ERRADO.

5. CEBRASPE/CNPq/2024

Acerca dos direitos constitucionais dos trabalhadores previstos na Constituição Federal de 1988, julgue o item seguinte.

O texto constitucional garante o emprego da gestante mediante licença com a duração de cento e vinte dias, mas sem direito a salário nesse período.

C) Certo.

E) Errado.

Comentário Completo:

Olha que questão interessante sobre os Direitos da Trabalhadora Gestante.

A nossa Constituição buscou instituir direitos aos trabalhadores. Dentre eles, podemos encontrar os direitos relativos à gestante. O Constituinte assegurou a elas o direito à licença maternidade

de 120 dias. É importante destacar que tal licença é remunerada, uma vez que é assegurado o salário, bem como é garantido o emprego.

Vejamos o que diz a CRFB/88:

> Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:
>
> (...)
>
> XVIII - licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias.

A questão erra ao afirmar que não é garantido o salário no período da licença à gestante. Pelo contrário, trata-se de direito fundamental da gestante o gozo da licença remunerada.

Gabarito: ERRADO.

6. CEBRASPE/CNPq/2024

Acerca dos direitos constitucionais dos trabalhadores previstos na Constituição Federal de 1988, julgue o item seguinte.

É permitido ao menor, entre dezesseis a dezoito anos de idade, realizar trabalho noturno.

C) Certo.

E) Errado.

Comentário Completo:

Aqui, vamos precisar de conhecimento sobre o Trabalho do Menor.

No tocante aos menores de dezoito anos, a Constituição proíbe o trabalho noturno, insalubre ou perigoso. Além disso, não é permitido aos menores de 16 anos o exercício de trabalho nenhum, salvo na condição de menor aprendiz, vejamos:

> Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:
>
> (...)
>
> XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Perceba que o item está incorreto, tendo em vista que é PROIBIDO o menor, entre dezesseis e dezoito anos de idade, realizar qualquer trabalho noturno.

Gabarito: ERRADO.

7. CEBRASPE/CNPq/2024

Acerca dos direitos constitucionais dos trabalhadores previstos na Constituição Federal de 1988, julgue o item seguinte.

A assistência gratuita aos filhos em creches e pré-escolas é garantida pelo constituinte desde o nascimento até sete anos de idade.

C) Certo.

E) Errado.

Comentário Completo:

Vamos testar os conhecimentos sobre os Direitos Sociais, em especial, os Direitos dos Trabalhadores.

A Constituição assegurou aos trabalhadores a assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas. Confira o dispositivo constitucional:

> Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:
>
> (...)
>
> XXV - assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas.

Perceba que o disposto no enunciado está errado, uma vez que é assegurada tal assistência até os 5 anos de idade, não até os 7 anos.

Gabarito: ERRADO.

8. CEBRASPE/CNPq/2024

Acerca dos direitos constitucionais dos trabalhadores previstos na Constituição Federal de 1988, julgue o item seguinte.

O texto constitucional prevê expressamente a possibilidade de redução do salário mediante acordo coletivo de trabalho.

C) Certo.

E) Errado.

Comentário Completo:

A questão aborda os Direitos dos Trabalhadores, especificamente sobre a Irredutibilidade do Salário.

Com relação à possibilidade de redução salarial, a Constituição vedou a minoração do salário, sendo apenas permitido, de forma excepcional, se for aprovado em convenção ou acordo coletivo.

Veja o dispositivo constitucional:

> Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:
>
> (...)
>
> VI - irredutibilidade do salário, SALVO o disposto em convenção ou acordo coletivo.

Portanto, o item está correto.

Gabarito: CERTO.

9. CEBRASPE/CNPq/2024

Acerca dos direitos e deveres individuais e coletivos e dos direitos sociais, julgue o item que se segue, com base na Constituição Federal de 1988.

Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses tanto coletivos quanto individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.

Comentário Completo:

Os direitos sociais estão contidos nos direitos da 2ª geração. Tais direitos representam uma obrigação de fazer por parte do Poder Público. Através destes, fica evidente o dever do Estado no cumprimento das prestações sociais, concretizando a chamada igualdade material.

Dentre esses direitos, podemos encontrar a permissão da livre associação profissional e sindical, cabendo aos sindicatos a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, tanto em âmbito judicial como administrativo.

Vale à leitura dispositivo Constitucional:

> Art. 8º É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:
>
> (...)

> III - ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.

Portanto, é possível afirmar que o item disposto no enunciado está correto.

Gabarito: CERTO.

10. FCC/TRT 18ª Região/ 2023

Francisca, trabalhadora rural, foi demitida de seu emprego, sem nunca ter recebido remuneração superior à do seu serviço normal, pela realização de serviço extraordinário. Nesse caso, de acordo com a Constituição Federal, conforme apenas as informações fornecidas, Francisca, para obter o que lhe é devido e que o empregador se recusa a lhe pagar,

A) terá direito de ajuizar ação, com prazo prescricional de cinco anos, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.

B) não terá direito de ajuizar ação, por se tratar de trabalhadora rural.

C) terá direito de ajuizar ação a qualquer tempo, pois os créditos resultantes das relações de trabalho são imprescritíveis.

D) não terá direito de ajuizar ação, pois recebeu remuneração pelo serviço extraordinário exercido.

E) terá direito de ajuizar ação, com prazo prescricional de dois anos, até o limite de cinco anos após a extinção do contrato de trabalho.

Comentário Completo:

A questão exigiu o conhecimento sobre o direito dos trabalhadores urbanos e rurais. Vamos mergulhar no tema dos Direitos Sociais! O legislador constitucional estabeleceu na CRFB/88 o prazo prescricional relativo aos créditos resultantes das relações de trabalho.

O trabalhador urbano ou rural, possui o prazo de 2 (dois) anos, contados a partir do momento em que se encerra o contrato de trabalho, para ingressar com processo judicial referente aos últimos 5 (cinco) anos trabalhados. Para responder corretamente à questão, atenção ao seguinte dispositivo constitucional:

> Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: (...)
>
> XXIX - ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.

Logo, o gabarito é a LETRA A.

A seguir, disponibilizo um comentário para cada alternativa.

(...)

Letra A. CORRETA. É o nosso gabarito! O prazo para Francisca ajuizar ação é de 2 (dois) anos, após a extinção do seu contrato de trabalho, podendo reclamar judicialmente pelos últimos 5 (cinco) anos trabalhados, ou seja, um prazo prescricional de 5 anos. Vejamos o dispositivo constitucional:

> Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: (...)
>
> XXIX - ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.

Letra B. INCORRETA. Temos um erro, visto que de acordo com o disposto no art. 7º, da CRFB/88, os direitos trabalhistas se aplicam aos trabalhadores urbanos e também aos trabalhadores rurais. Portanto, Francisca possui o direito de ajuizar a ação.

Letra C. INCORRETA. Os créditos resultantes das relações de trabalho são prescritíveis. Conforme determinado constitucionalmente, temos um prazo de 5 (cinco) anos até o limite de 2 (dois) anos, após a extinção do contrato, com fulcro no art. 7º, XXIX, da CRFB/88.

Letra D. INCORRETA. Francisca terá o direito de ajuizar ação, já que de acordo com o enunciado nunca recebeu remuneração referente ao serviço extraordinário que foi realizado.

Letra E. INCORRETA. Pegadinha! A alternativa trocou os prazos. Atenção especial aqui rs. Na verdade, o prazo é de 5 (cinco) anos, até o limite de 2 (dois) anos, após a extinção do contrato.

Gabarito: Letra A.

11. (IBFC / Prefeitura de Divinópolis – 2018) Apresenta-se como direito dos trabalhadores urbanos e rurais, constitucionalmente assegurado:

a) ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho

b) participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, vedada a participação na gestão da empresa

c) relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei ordinária, que deve prever ressarcimento e reintegração, dentre outros direitos

d) seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário

Comentários:

Letra A: correta. É o que determina o inciso XXIX do art. 7° da Carta Magna.

Letra B: errada. A Carta Magna prevê que é direito dos trabalhadores urbanos e rurais a participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, *excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei* (art. 7°, XI, CF).

Letra C: errada. É direito dos trabalhadores urbanos e rurais a relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, *nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos* (art. 7°, I, CF).

Letra D: errada. O seguro-desemprego é assegurado aos trabalhadores em caso de desemprego *involuntário* (art. 7°, II, CF).

O gabarito é a letra A.

12. (IADES / CAU-RO – 2018) O Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao analisar o tema 982 dos recursos repetitivos, entendeu que, quando comprovada a necessidade de assistência permanente de terceiro, é devido o acréscimo de 25%, previsto no artigo 45 da Lei n° 8.213/1991, a todas as modalidades de aposentadoria pagas pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) (STJ – 1ª Seção, REsp: 1.720.805-RJ e 1648305-RS, Rel. para acórdão: Min. Regina Helena Costa, julgados em 23/8/2018).

A referida decisão aborda, de forma aplicada, a previdência social. A esse respeito, nos termos constitucionais, a previdência social é um

a) direito social.

b) dos fundamentos da República Federativa do Brasil.

c) dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

d) remédio constitucional.

e) direito de nacionalidade.

Comentários:

A previdência social é um direito social, com previsão no art. 6° da Carta Magna. O gabarito é a letra A.

13. (IADES / Correios – 2017) O artigo 7° da Constituição da República Federativa do Brasil prevê que são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais a (o)

a) distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual.

b) irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.

c) seguro-desemprego, em caso de demissão voluntária.

d) repouso semanal remunerado, obrigatoriamente aos sábados e aos domingos.

e) remuneração do trabalho noturno equivalente à do diurno.

Comentários:

Letra A: errada. O inciso XXXII do art. 7° da CF/88 *proíbe a distinção* entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos.

Letra B: correta. É o que prevê o inciso VI do art. 7° da CF/88.

Letra C: errada. A Carta Magna assegura o direito ao seguro-desemprego apenas em caso de desemprego *involuntário* (art. 7°, II, CF).

Letra D: errada. O repouso semanal remunerado deve ocorrer *preferencialmente aos domingos* (art. 7°, XV, CF).

Letra E: errada. A remuneração do trabalho noturno deve ser superior à do diurno (art. 7°, IX, CF).

O gabarito é a letra B.

14. (IADES / PM-DF – 2017) A Constituição Federal prevê, como direitos sociais,

a) educação, transporte e lazer.

b) água, saúde e trabalho.

c) energia elétrica, segurança e previdência social.

d) assistência aos desamparados e proteção à maternidade e à juventude.

e) proteção à paternidade e à infância.

Comentários:

Segundo o art. 6°, CF/88, são direitos sociais "a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados". O gabarito é a letra A.

15. (IBFC / Polícia Científica-PR – 2017) Considerando as normas da Constituição Federal, assinale a alternativa correta sobre o prazo nela prevista para a licença gestante.

a) 150 dias para todas as trabalhadoras

b) 180 dias para todas as trabalhadoras

c) 120 dias para todas as trabalhadoras

d) 120 dias apenas para trabalhadoras do setor privado

e) 180 dias apenas para trabalhadoras do setor público

Comentários:

A Carta Magna assegura o direito à licença à gestante de 120 dias para todas as trabalhadoras urbanas e rurais, inclusive para as domésticas e servidoras públicas (art. 7°, XVIII, c/c art. 7°, parágrafo único e art. 39, § 3°, CF). O gabarito é a letra C.

16. (IBFC / Polícia Científica-PR – 2017) Considerando as normas da Constituição Federal, assinale a alternativa correta sobre a liberdade de associação profissional ou sindical.

a) É obrigatória a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um estado ou território

b) É vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município

c) Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos da categoria, exclusivamente em questões judiciais

d) Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses individuais da categoria, exclusivamente em questões administrativas

e) Todo trabalhador será obrigado a filiar-se a sindicato

Comentários:

Letra A: errada. A Carta Magna veda a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional, na mesma base territorial (art. 8º, II, CF).

Letra B: correta. É o que determina o art. 8º, II, da Constituição.

Letras C e D: erradas. Cabe ao sindicato a defesa dos direitos e interesses da categoria tanto em questões judiciais quanto em administrativas (art. 8º, III, CF).

O gabarito é a letra B.

17. (IBFC / EBSERH – 2017) Considere as disposições da Constituição Federal de 1988 sobre os Direitos e Garantias Fundamentais e Direitos Sociais e assinale a alternativa INCORRETA.

a) São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos.

b) São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.

c) São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa.

d) São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.

e) São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, vedada qualquer disposição em contrário.

Comentários:

A questão cobra vários direitos sociais dos trabalhadores, previstos no art. 7º da Constituição.

A letra E é a única alternativa errada. O inciso XV do referido dispositivo permite que a jornada de trabalho seja aumentada no trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, por meio de *negociação coletiva*.

18. (IBFC / EBSERH – 2017) A Constituição Federal estabelece que é livre a associação profissional ou sindical, observadas certas regras. Com base nisso, assinale a alternativa correta.

a) A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, garantida ao Poder Público a interferência na organização sindical.

b) É vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Estado.

c) Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais e vedada no âmbito administrativo.

d) A assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva em equiparação de valores da contribuição prevista em lei;

e) É vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

Comentários:

Letra A: errada. A Carta Magna veda que o Poder Público interfira na organização sindical (art. 8º, I, CF).

Letra B: errada. A base territorial do sindicato não pode ser inferior à área de um *Município* (art. 8º, II, CF).

Letra C: errada. Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses *coletivos ou individuais da categoria*, *inclusive* em questões judiciais ou administrativas (art. 8º, III, CF).

Letra D: errada. A assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, *independentemente da contribuição prevista em lei* (art. 8º, IV, CF).

Letra E: correta. É o que determina o inciso VIII do art. 8º da CF/88.

O gabarito é a letra E.

19. (IBFC / TJ-PE – 2017) Assinale a alternativa que não indica Direitos Sociais dispostos no texto constitucional.

a) Repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos

b) Relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa

c) Irredutibilidade do salário, mesmo na existência de convenção ou acordo coletivo

d) Licença-paternidade

e) Participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa.

Comentários:

Letra A: correta. Esse direito está previsto no art. 7º, XV, da Constituição.

Letra B: correta. O art. 7º, I, da Carta Magna, determina que é direito dos trabalhadores urbanos e rurais a "relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos".

Letra C: errada. É direito dos trabalhadores urbanos e rurais a "irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo" (art. 7º, VI, CF).

Letra D: correta. A licença-paternidade está garantida no art. 7°, XIX, da Constituição.

Letra E: correta. O inciso XI do art. 7° da CF/88 assegura aos trabalhadores urbanos e rurais a "participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei".

O gabarito é a letra C.

20. (IESES / ALGÁS – 2017) Sobre os direitos sociais dispostos na Constituição Federal de 1988, podemos afirmar:

a) É permitida a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

b) É facultativa a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.

c) Não é obrigatória e nem assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.

d) É livre a associação profissional ou sindical, observado que a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.

Comentários:

Letra A: errada. É o contrário! A Carta Magna veda a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei (art. 8º, VIII, CF).

Letra B: errada. A participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho é obrigatória (art. 8º, VI, CF).

Letra C: errada. É assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação (art. 10, CF).

Letra D: correta. É o que determina o art. 8º, I, da CF/88.

O gabarito é a letra D.

21. (IESES / CRMV-SC – 2017) São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, previstos na Constituição Federal:

a) A jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, não podendo ser aceito quaisquer negociações para sua majoração.

b) Duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta semanais, facultada a compensação de horários e o aumento da jornada, mediante somente tratado em dissídio coletivo de trabalho.

c) Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 7 (sete) anos de idade em creches e pré-escolas.

d) Relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos e o seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário.

Comentários:

Letra A: errada. A Carta Magna admite que haja majoração dessa jornada por meio de negociação coletiva (art. 7°, XIV, CF).

Letra B: errada. É direito dos trabalhadores a duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e *quarenta e quatro semanais*, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, *mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho* (art. 7°, XIII, CF).

Letra C: errada. É direito dos trabalhadores a assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento *até 5 (cinco) anos de idade* em creches e pré-escolas (art. 7°, XXV, CF).

Letra D: correta. É o que determinam os incisos I e II do art. 7° da Constituição.

O gabarito é a letra D.

22. (IESES / TJ-PA -2016) Quanto aos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais é correto afirmar que a:

a) Remuneração do trabalho diurno superior à do noturno.

b) Remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal.

c) Gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um quarto a mais do que o salário normal.

d) Jornada de oito horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento.

Comentários:

Letra A: errada. É o contrário. A remuneração do trabalho noturno é maior que a do diurno (art. 7°, IX, CF).

Letra B: correta. É o que prevê o inciso XVI do art. 7° da Constituição.

Letra C: errada. É direito dos trabalhadores o gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, *um terço* a mais do que o salário normal (art. 7°, XVII, CF).

Letra D: errada. A Carta Magna garante a jornada de *seis* horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva (art. 7°, XIV, CF).

O gabarito é a letra B.

23. (IBEG / Prefeitura Teixeira de Freitas/BA – 2016) Os direitos sociais são aqueles que têm por objetivo garantir aos indivíduos condições materiais tidas como imprescindíveis para o pleno gozo dos seus direitos, por isso tendem a exigir do Estado uma intervenção na ordem social que assegure os critérios de justiça distributiva. Assim, diferentemente dos direitos a liberdade, os direitos sociais se realizam por meio de atuação estatal com a finalidade de diminuir as desigualdades sociais, por isso tendem a possuir um custo excessivamente alto e a se realizar em longo prazo.

São direitos sociais previstos expressamente como tais na Constituição Federal:

a) A educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.

b) A educação, a saúde, o trabalho, a liberdade, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância.

c) A educação, a saúde, o trabalho, a inviolabilidade do direito à vida e à liberdade e a proteção à maternidade e à infância.

d) A inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade privada.

e) A educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a inviolabilidade do direito à vida e à liberdade e a proteção à maternidade e à infância.

Comentários:

Segundo o art. 6º, CF/88, são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados. O gabarito é a letra A.

24. (IBFC / SAEB-BA – 2015) Assinale a alternativa INCORRETA com base nas regras da Constituição Federal brasileira de 1988 sobre os direitos sociais.

a) A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.

b) É vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Estado da federação.

c) Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.

d) Ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato e o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.

e) É vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

Comentários:

Letra A: correta. Segundo o art. 8º, I, CF/88, a lei não pode exigir autorização estatal para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente. Além disso, cabe destacar que é vedada a interferência e a intervenção estatal na organização sindical.

Letra B: errada. Segundo o art. 8º, II, CF/88, *"é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município*". É o princípio da unicidade sindical.

Letra C: correta. O sindicato tem competência para a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais e administrativas (art. 8º, III, CF/88).

Letra D: correta. Segundo o art. 8º, V, CF/88, *"ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado"*. Por sua vez, o art. 8º, VII, CF/88, prevê que *"o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais*".

Letra E: correta. O art. 8º, VII, CF/88, prevê a estabilidade sindical. Segundo esse dispositivo, "*é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei*".

O gabarito é a letra B.

25. (IADES / CRC-MG – 2015) A Constituição Federal dispõe acerca dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, como o direito social. A esse respeito, assinale a alternativa que indica um direito social.

a) Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de 33 dias.

b) Licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de 180 dias.

c) Participação nos lucros, ou resultados, vinculada à remuneração.

d) Repouso semanal remunerado, preferencialmente aos sábados.

e) Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até cinco anos de idade em creches e pré-escolas.

Comentários:

Letra A: errada. O tempo mínimo de aviso prévio é de *trinta* dias, e não trinta e três (art. 7º, XXI, CF).

Letra B: errada. A licença à gestante tem duração prevista na Constituição de *120* dias (art. 7º, XVIII, CF).

Letra C: errada. A participação nos lucros ou resultados é *desvinculada* da remuneração (art. 7º, XI, CF).

Letra D: errada. O repouso semanal remunerado se dá preferencialmente aos *domingos* (art. 7º, XV, CF).

Letra E: correta. É o que prevê o art. 7º, XXV, da Constituição.

O gabarito é a letra E.

26. (IBFC / SAEB-BA – 2015) Considere as regras da Constituição Federal brasileira de 1988 sobre os direitos sociais e assinale a alternativa correta.

a) O trabalhador tem proteção do salário na forma da lei, constituindo ilícito civil sua retenção intencional.

b) O trabalhador tem direito e proteção da duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e oito semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, apenas mediante acordo individual de trabalho.

c) O trabalhador tem direito a aviso prévio proporcional ao tempo de serviço até o máximo de trinta dias.

d) É prevista a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezesseis e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de doze anos.

e) O trabalhador tem direito a jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.

Comentários:

Letra A: errada. A retenção dolosa do salário é considerada *crime* (ilícito penal).

Letra B: errada. A duração do trabalho normal não será superior a 8 horas diárias e *44 horas semanais*, sendo facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante *acordo ou convenção coletiva de trabalho*.

Letra C: errada. O aviso prévia tem o *período mínimo* de 30 dias.

Letra D: errada. A CF/88 *proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos*. Aos menores de 16 anos, é vedado o exercício de qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, *a partir de 14 anos*.

Letra E: correta. Segundo o art. 7°, XIV, CF/88, é direito dos trabalhadores a *"jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva*".

O gabarito é a letra E.

27. (IESES / TRE-MA – 2015) Nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

I. Fundo de garantia do tempo de serviço; salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim; e piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho e irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.

II. Décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria; remuneração do trabalho noturno superior à do diurno; proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa; e participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei.

III. Duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho; repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos; gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal; e licença-paternidade, nos termos fixados em lei.

IV. Duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho; repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos; gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal;

licença-paternidade, nos termos fixados em lei; seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário.

V. Piso salarial proporcional à extensão, duração e à complexidade do trabalho.

Estão corretas apenas as afirmações:

a) Todas as afirmativas estão corretas.

b) II, III e IV estão corretas.

c) I, II e III estão corretas.

d) I, III, IV e V estão corretas.

Comentários:

A *primeira assertiva* está correta. É o que dispõem os incisos III, IV e V do art. 7º da Constituição.

A *segunda assertiva* está correta. É o que determinam os incisos VIII, IX, X e XI do art. 7º da CF/88.

A *terceira assertiva* está correta. É o que preveem os incisos XIII, XV, XVII e XIX do art. 7º da Constituição.

A *quarta assertiva* está errada. O seguro-desemprego é devido apenas no caso de *desemprego involuntário* (art. 7º, II, CF).

A *quinta assertiva* está errada. O piso salarial não tem relação com a duração do trabalho (art. 7o, V, CF).

O gabarito é a letra C.

28. (IESES / TRT 14ª Região – 2014) No tocante à associação sindical, considere:

I – A lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.

II – É vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.

III – O aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.

IV – Para empresas com cento e cinquenta empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.

De acordo com a Constituição Federal, está correto o que se afirma APENAS em:

a) I, II e IV.

b) I e III.

c) II, III e IV.

d) II e III.

e) I, III e IV.

Comentários:

A *primeira assertiva* está errada. De acordo com o art. 8º, I, da CF/88, a lei *não poderá exigir autorização do Estado* para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.

A *segunda assertiva* está correta. É o que prevê o inciso II do art. 8º da Constituição, que trata do *princípio da unicidade da organização sindical*.

A *terceira assertiva* está correta. Tem-se a literalidade do inciso VII do art. 8o da CF/88.

A *quarta assertiva* está errada. Segundo o art. 11 da Constituição, nas empresas de *mais de duzentos empregados*, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.

O gabarito é a letra D.

29. (IBFC / SEDS-MG – 2014) NÃO é direito social expressamente previsto na Constituição Federal:

a) Saúde.

b) Previdência social.

c) Moradia.

d) Proteção à juventude.

Comentários:

Segundo o art. 6º, CF/88, são direitos sociais *"a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados"*.

A proteção é juventude não é um direito social expresso na CF/88. O gabarito é a letra D.

30. (IBFC / SEDS-MG – 2014) No que se refere aos direitos sociais, indique a alternativa CORRETA:

a) Somente através de lei alguém poderá ser obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato.

b) É facultativa a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.

c) O aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.

d) É vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir da posse no cargo de direção ou representação sindical e, ainda que suplente, até seis meses após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

Comentários:

Letra A: errada. Segundo o art. 8º, V, CF/88, "*ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato*".

Letra B: errada. É *obrigatória* a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho (art. 8º, VI, CF/88).

Letra C: correta. De fato, o aposentado filiado tem *direito a votar e ser votado* nas organizações sindicais (art. 8º, VII, CF/88).

Letra D: errada. Segundo o art. 8º, VIII, CF/88, *"é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei".*

O gabarito é a letra C.

31. (IADES /EBSERH – 2014) No que se refere à efetividade na aplicação dos direitos sociais, conforme previsão do art. 6o da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

a) É assegurado ao trabalhador o gozo de férias anuais remuneradas com, no mínimo, um terço a mais do que o salário normal.

b) A localização dos direitos sociais no título constitucional destinado aos direitos e às garantias fundamentais não acarreta, por consequência, a subordinação à regra da autoaplicabilidade das normas definidoras dos direitos e das garantias fundamentais.

c) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político recém criado, organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.

d) A Constituição Federal estabelece como direito dos trabalhadores urbanos e rurais o repouso semanal, remunerado aos domingos.

e) É um direito do trabalhador urbano e rural a remuneração do serviço extraordinário superior à do normal, no mínimo, em 70%.

Comentários:

Letra A: correta. É o que determina o art. 7°, XVII, da CF/88.

Letra B: errada. Os direitos sociais, assim como os demais direitos fundamentais, sujeita-se à regra da *autoaplicabilidade* das normas definidoras dos direitos e das garantias fundamentais (art. 5°, § 1°, CF).

Letra C: errada. Somente partidos políticos com *representação no Congresso Nacional* podem impetrar mandado de segurança coletivo (art. 5°, LXX, "a", CF).

Letra D: errada. O repouso semanal remunerado é garantido *preferencialmente* (e não necessariamente!) aos domingos (art. 7°, XV, CF).

Letra E: errada. A remuneração do serviço extraordinário é, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) superior à normal (art. 7°, XVI, CF).

O gabarito é a letra A.

32. (IADES / CONAB – 2014) Entre os direitos sociais elencados na Constituição Federal, consta o da eleição de um representante dos empregados com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores. Esse direito social é previsto expressamente na Constituição Federal para o âmbito das empresas com mais de

a) 30 empregados.

b) 50 empregados.

c) 100 empregados.

d) 200 empregados.

e) 500 empregados.

Comentários:

A questão cobra o conhecimento do art. 11 da Constituição, segundo o qual "nas empresas de mais de *duzentos* empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores". O gabarito é a letra D.

33. (FEPESE / Prefeitura de Rio das Antas – 2018) São direitos sociais expressamente previstos na Constituição Federal de 1988:

a) o trabalho, a assistência social e a proteção ao idoso.

b) o transporte, o lazer e a ressocialização do apenado.

c) a educação, a saúde e a previdência social.

d) a segurança, a assistência aos desamparados e o direito de petição.

e) a proteção à maternidade e à infância, a moradia e a presunção de inocência.

Comentários:

Os direitos sociais estão expressamente previstos no art. 6º da Carta Magna, segundo a qual "são direitos sociais a *educação*, a *saúde*, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a *previdência social*, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição". O gabarito é a letra C.

34. (FUNRIO / AL-RR – 2018) NÃO se trata de um direito social, consagrado constitucionalmente, a/o

a) alimentação.

b) lazer.

c) propriedade.

d) proteção à maternidade e à infância.

Comentários:

Os direitos sociais estão expressamente previstos no art. 6º da Carta Magna: educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados. A propriedade é um direito individual previsto no art. 5º da Constituição. O gabarito é a letra C.

35. (FUNRIO / CGE-RO – 2018) São inúmeros os projetos pertinentes à mudança dos direitos sociais quer utilizando a lei ordinária ou valendo-se da emenda constitucional. Dentre os direitos sociais previstos na Constituição encontra-se o:

a) fundo de desemprego.

b) fundo de propagação social.

c) fundo de preservação social.

d) fundo de trabalhadores.

e) fundo de garantia do tempo de serviço.

Comentários:

O *fundo de garantia do tempo de serviço* é direito social previsto no art. 7°, III, da Constituição.
O gabarito é a letra E.

36. (FAFIPA / Fundação Araucária-PR – 2017) De acordo com o disposto expressamente no artigo 7° da Constituição Federal, são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

a) Relação de emprego protegida contra despedida por justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos.

b) Seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário.

c) Garantia de salário, podendo ser inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável.

d) Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré- escolas.

Comentários:

Letra A: errada. O art. 7°, I, da Carta Magna, assegura aos trabalhadores urbanos e rurais o direito à "relação de emprego protegida *contra despedida arbitrária ou sem justa causa*, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos".

Letra B: errada. É direito dos trabalhadores o seguro-desemprego, em caso de desemprego *involuntário* (art. 7°, II, CF).

Letra C: errada. A Carta Magna garante salário *nunca inferior ao mínimo* para os trabalhadores que percebam remuneração variável (art. 7°, VII, CF).

Letra D: correta. Trata-se de direito dos trabalhadores assegurado no art. 7°, XXV, CF.

O gabarito é a letra D.

37. (FUNDATEC / Prefeitura de Viamão – 2016) Fábio trabalha na iniciativa privada como vendedor em uma loja de automóveis e recebe sua remuneração mensal somente com base nas vendas que realiza. No entanto, em decorrência da crise que também atingiu o setor automobilístico, Fábio tem recebido como remuneração, em média, o valor correspondente a quinhentos reais por mês. De acordo com a Constituição Federal, são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais:

I. Piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.

II. Garantia de salário nunca inferior ao mínimo para os que percebem remuneração variável.

III. Redução do salário nos casos em que ficar comprovado a incapacidade da empresa em manter a média salarial dos efetivos, em decorrência de crises econômicas generalizadas.

Quais estão INCORRETOS?

a) Apenas I.

b) Apenas II.

c) Apenas III.

d) Apenas I e II.

e) I, II e III.

Comentários:

A *primeira assertiva* está correta. Trata-se de direito previsto no art. 7º, V, da CF/88.

A *segunda assertiva* está correta. Esse direito está previsto no inciso VII do art. 7º da Constituição.

A *terceira assertiva* está errada. Os trabalhadores urbanos e rurais têm direito à *irredutibilidade do salário*, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo (art. 7º, VI, CF).

O gabarito é a letra C.

38. (FEPESE / SJC-SC – 2016) Assinale a alternativa correta sobre os direitos sociais previstos na Constituição Federal.

a) É proibida a prática de qualquer espécie de trabalho a menores de dezoito anos.

b) É vedada a diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.

c) A distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos deverá ser aferida por meio de critérios objetivos e previamente estabelecidos.

d) O prêmio do seguro contra acidentes do trabalho contratado pelo empregador exclui a sua responsabilidade civil, mesmo quando incorrer em dolo ou culpa.

e) O empregador poderá descontar até o limite de dez por cento da remuneração do trabalhador em razão da restrição decorrente de sua deficiência, física ou motora.

Comentários:

Letra A: errada. A Carta Magna veda, aos menores de dezoito anos, apenas os trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres (art. 7º, XXXIII, CF).

Letra B: correta. É o que dispõe o inciso XXX do art. 7º da CF/88.

Letra C: errada. A Constituição Federal proíbe a distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos (art. 7º, XXXII, CF).

Letra D: errada. O seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, não excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa (art. 7º, XXVIII, CF).

Letra E: errada. A Constituição proíbe qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência (art. 7º, XXXI, CF).

O gabarito é a letra B.

39. (FUNCAB / PC-PA - 2016) Acerca dos direitos sociais, previstos na Constituição Federal, é correto afirmar:

a) É vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até o final do mandato.

b) É vedada à categoria dos trabalhadores domésticos o direito à remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.

c) O limite de idade para a inscrição em concurso público só se legitima em face da vedação constitucional de diferença de critério de admissão por motivo de idade, quando possa ser justificado pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido.

d) Admite-se a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um município.

e) A lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.

Comentários:

Letra A: errada. A estabilidade sindical se estende *até 1 (um) ano* após o final do mandato (art. 8º, VIII, CF).

Letra B: errada. A remuneração do trabalho noturno superior à do diurno é direito dos domésticos (art. 7º, parágrafo único, CF).

Letra C: correta. Trata-se da redação da súmula nº 683 do STF, abordada na aula de Administração Pública.

Letra D: errada. A Constituição *veda* a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional, na mesma base territorial (art. 8º, II, CF).

Letra E: errada. A lei *não poderá exigir* autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical (art. 8º, I, CF).

O gabarito é a letra C.

40. (FUNRIO / IFPA – 2016) Constituem direitos sociais conforme Constituição Federal de 1988, dentre outros, os seguintes:

a) a religião, o lazer e a segurança.

b) o voto, a cultura e a integração nacional.

c) o trabalho, a moradia e a segurança.

d) a igualdade tributária, a cultura e a segurança.

e) a cultura, a religião e o transporte.

Comentários:

Letra A: errada. A religião não é um direito social.

Letra B: errada. O voto é um direito político. A cultura e a integração nacional não são direitos sociais.

Letra C: correta. Segundo o art. 6º, CF/88, "são direitos sociais *a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados".*

Letra D: errada. A igualdade tributário é um direito individual. A cultura não é um direito social.

Letra E: errada. A cultura e a religião não são direitos sociais.

O gabarito é a letra C.

41. (FUNDATEC / Prefeitura de Nova Bassano – 2015) São direitos assegurados aos trabalhadores urbanos e rurais, de acordo com o Art. 7°, da Constituição Federal, EXCETO:

a) Licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias.

b) Irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.

c) Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 6 (seis) anos de idade em creches e pré-escolas.

d) Remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.

e) Gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal.

Comentários:

Letra A: correta. De fato, a gestante tem direito a licença, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias (art. 7°, XVIII, CF).

Letra B: correta. Trata-se de direito previsto no inciso VI do art. 7° da Constituição.

Letra C: errada. Os tratalhadores urbanos e rurais têm direito à assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até *5 (cinco) anos de idade* em creches e pré-escolas (art. 7°, XXV, CF).

Letra D: correta. Esse direito está previsto no inciso IX do art. 7° da CF/88.

Letra E: errada. O direito às férias anuais remuneradas está garantido no inciso XVII do art. 7° da Carta Magna.

O gabarito é a letra C.

42. (FUNCAB / MPOG – 2015) Entre as alternativas a seguir, assinale aquela que corresponde a um direito social constitucionalmente previsto.

a) Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de quarenta e cinco dias, nos termos da lei.

b) Igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.

c) Proibição de qualquer trabalho a menores de dezoito anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos doze anos.

d) Irredutibilidade de salário, mesmo em face de convenção ou acordo coletivo.

e) Seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário ou involuntário.

Comentários:

Letra A: errada. É direito social previsto no art. 7°, XXI, da CF/88, o aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de *trinta dias*, nos termos da lei.

Letra B: correta. É o que dispõe o art. 7°, XXXIV, da Constituição.

Letra C: errada. A Carta Magna prevê a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de *qualquer trabalho a menores de dezesseis anos*, salvo na condição de *aprendiz, a partir de quatorze anos* (art. 7°, XXXIII, CF).

Letra D: errada. A Constituição prevê como direito social a irredutibilidade do salário, *salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo* (art. 7°, VI, CF).

Letra E: errada. O seguro-desemprego só é garantido em caso de desemprego involuntário (art. 7°, II, CF).

O gabarito é a letra B.

43. (FUNCAB / PC-AC – 2015) A alternativa que enumera corretamente quatro direitos sociais previstos expressamente na Constituição Federal vigente é:

a) vida, felicidade, educação e segurança.

b) paz, alimentação, propriedade e lazer.

c) alimentação, trabalho, moradia e lazer.

d) educação, saúde, seguridade social e felicidade.

e) alimentação, trabalho, moradia e propriedade.

Comentários:

O art. 6° da Constituição, após a Emenda Constitucional n° 90, de 2015, prevê que são direitos sociais a educação, a saúde, a *alimentação*, o *trabalho*, a *moradia*, o transporte, o *lazer*, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma da Constituição. A EC n° 90/2015 incorporou o transporte ao rol de direitos sociais garantidos no art. 6° da CF/88. O gabarito é a letra C.

44. (FEPESE / Prefeitura de Balneário Camboriú – 2015) Assinale a alternativa que indica corretamente um dos instrumentos por meio do qual é exercida a soberania popular.

a) aprovação

b) referendo

c) ratificação

d) medida provisória

e) decreto autônomo

Comentário:

De acordo com a previsão expressa da Constituição Federal, "a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: i) plebiscito; ii) *referendo*; iii) iniciativa popular" (art. 14, II, CF). O gabarito é a letra B.

45. (FUNRIO / IFBA – 2015) Constitui direito dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social,

a) o seguro desemprego, em caso de desemprego voluntário.

b) a garantia de salário, podendo ser inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável.

c) o décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.

d) a remuneração do trabalho noturno igual à do diurno.

e) a remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em trinta por cento à do normal.

Comentários:

Letra A: errada. O seguro desemprego é devido em caso de desemprego *involuntário*.

Letra B: errada. A CF/88 prevê que aqueles que percebem remuneração variável *não podem* receber salário inferior ao mínimo.

Letra C: correta. O décimo terceiro salário é determinado com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria (art. 7°, VIII, CF/88).

Letra D: errada. A remuneração do trabalho noturno é superior à do diurno.

Letra E: errada. A remuneração do serviço extraordinário é superior, no mínimo, a 50% do normal.

O gabarito é a letra C.

46. (FUNRIO / IFBA – 2015) Quanto aos sindicatos e à associação sindical, a Constituição Federal de 1988 estabelece que

a) a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente.

b) a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho é facultativa.

c) todo trabalhador é obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato.

d) ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos da categoria, exceto em questões judiciais.

e) o aposentado filiado tem direito a votar, mas não pode ser votado nas organizações sindicais.

Comentários:

Letra A: correta. Segundo o art. 8°, I, CF/88, *"a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical"*.

Letra B: errada. É obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho (art. 8°, VI, CF/88).

Letra C: errada. Ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato (art. 8°, V, CF/88).

Letra D: errada. Cabe ao sindicato a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.

Letra E: errada. O aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais (art. 8°, VII, CF/88).

O gabarito é a letra A.

47. (FUNRIO / UFRB – 2015) Com relação aos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, nos termos da Constituição Federal de 1988, assinale a opção correta.

a) Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de quarenta dias, nos termos da lei.

b) Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 6 (seis) anos de idade em creches e pré-escolas.

c) Participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa.

d) Ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de três anos após a extinção do contrato de trabalho.

e) Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de doze anos.

Comentários:

Letra A: errada. O aviso prévio terá, no mínimo, *30 dias*.

Letra B: errada. A assistência gratuita aos filhos e dependentes em creches e pré-escolas se dará desde o nascimento *até 5 anos de idade*.

Letra C: correta. É direito dos trabalhadores a "*participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei*" (art. 7°, XI, CF/88).

Letra D: errada. É direito dos trabalhadores a ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com *prazo prescricional de cinco anos* para os trabalhadores urbanos e rurais, *até o limite de dois anos* após a extinção do contrato de trabalho.

Letra E: errada. A CF/88 estabelece uma proibição de qualquer trabalho *aos menores de 16 anos*, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.

O gabarito é a letra C.

48. (FUNRIO / UFRB – 2015) É livre a associação profissional ou sindical, nos termos da Constituição Federal, sendo correto afirmar que

I) a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical;

II) é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município;

III) ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas;

IV) a assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei;

V) ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato.

a) todas as opções estão corretas.

b) somente as opções I, II e III estão corretas.

c) somente as opções III, IV e V estão corretas.

d) somente as opções II, III e IV estão corretas.

e) somente as opções I, III e V estão corretas.

Comentários:

A *primeira assertiva* está correta. É o que está previsto no art. 8°, I, CF/88. A criação de sindicato independe de autorização estatal, ressalvado o registro no órgão competente. Além disso, é vedado ao Poder Público a interferência e intervenção na organização sindical.

A *segunda assertiva* está correta. Segundo o art. 8°, II, *CF/88, "é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município".* Esse é o princípio da *unicidade sindical*.

A *terceira assertiva* está correta. O sindicato tem a função de defender os direitos e interesses coletivos e individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.

A *quarta assertiva* está correta. É exatamente o que está previsto no art. 8°, IV, CF/88. A assembleia geral do sindicato irá fixar a contribuição confederativa, que tem natureza não-tributária.

A *quinta assertiva* está correta. Pelo princípio da liberdade sindical, ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato.

O gabarito é a letra A.

49. (FUNRIO / IFBA – 2014) Considerando o que prevê a Constituição Federal, um dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais está indicado na seguinte alternativa:

a) o aviso prévio, com antecedência de no mínimo de trinta dias, proporcional ao tempo de serviço, nos termos da lei.

b) a assistência gratuita aos filhos e dependentes, desde o nascimento até os sete anos de idade, em creches e pré-escolas.

c) a jornada de sete horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.

d) a irredutibilidade do salário, salvo o disposto em contrato de trabalho.

e) o repouso semanal remunerado, aos domingos.

Comentários:

Letra A: correta. O aviso prévio será proporcional ao tempo de serviço, tendo, no mínimo, 30 dias.

Letra B: errada. A assistência gratuita em creches e pré-escolas é devida desde o nascimento *até os 5 anos de idade*.

Letra C: errada. É direito dos trabalhadores a *jornada de 6 horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento*, salvo negociação coletiva.

Letra D: errada. A *negociação coletiva de trabalho* é que pode flexibilizar a irredutibilidade do salário. O contrato de trabalho não pode fazer isso.

Letra E: errada. O repouso semanal remunerado será *preferencialmente* aos domingos.

O gabarito é a letra A.

50. (FEPESE / MPE-SC – 2014) Assinale a alternativa correta.

a) São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.

b) São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, participação nos lucros, ou resultados, vinculada à remuneração percebida na empresa e repouso semanal remunerado aos domingos.

c) Todas as gestantes têm direito à licença remunerada, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e oitenta dias.

d) É proibido o trabalho noturno, perigoso ou insalubre, a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 12 anos.

e) É livre a associação profissional ou sindical, observando-se que a lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, vedadas ao Poder Público, porém, a interferência e a intervenção na organização sindical.

Comentários:

Letra A: correta. É exatamente o que dispõe o art. 6º, CF/88.

Letra B: errada. Segundo o art. 7º, XI, CF/88, é direito social dos trabalhadores a *participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração*, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei.

Letra C: errada. A duração da licença à gestante é de *120 dias*.

Letra D: errada. O menor poderá trabalhar como aprendiz *a partir dos 14 anos*.

Letra E: errada. Segundo o art. 8º, I, CF/88, *"a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical".*

O gabarito é a letra A.

51. (FEPESE / TCE-SC – 2014) Analise as afirmativas abaixo acerca dos direitos e das garantias fundamentais dos trabalhadores urbanos e rurais.

1. É vedada a distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos.

2. É assegurado o pagamento de seguro-desemprego, em caso de despedida por justa causa.

3. É assegurado o direito a ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de dois anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de cinco anos após a extinção do contrato de trabalho.

4. O repouso semanal remunerado deverá ocorrer preferencialmente aos sábados e domingos.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.

a) É correta apenas a afirmativa 1.

b) São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.

c) São corretas apenas as afirmativas 1 e 4.

d) São corretas apenas as afirmativas 2 e 4.

e) São corretas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

Comentários:

A *primeira assertiva* está correta. É o que reza o art. 7°, XXXII, da CF.

A *segunda assertiva* está errada. A Carta Magna garante o direito ao seguro-desemprego nos casos de *dispensa involuntária* (art. 7°, II, CF). Não há qualquer disposição no sentido de assegurar este direito em caso de demissão por justa causa.

A *terceira assertiva* está errada. O examinador inverteu os prazos contidos no art. 7°, XXIX, da Constituição. Não confunda: o prazo para a prescrição é de *cinco anos* (quinquenal), enquanto *dois anos* é o prazo para que o trabalhador ajuíze a ação trabalhista.

A *quarta assertiva* está errada. O repouso semanal remunerado deve acontecer, *preferencialmente, aos domingos* (art. 7°, XV, CF).

O gabarito é a letra A.

52. (FUNDATEC / Prefeitura de Vacaria – 2014) De acordo com Art. 6° da Constituição Federal de 1988, são direitos sociais, EXCETO:

a) Educação.

b) Saúde.

c) Alimentação.

d) Inviolabilidade da vida privada.

e) Moradia.

Comentários:

O art. 6° da Carta Magna dispõe que são direitos sociais a *educação*, a *saúde*, a *alimentação*, o trabalho, a *moradia*, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma da Constituição. O gabarito é a letra D.

53. (FUNCAB / SEDS-TO – 2014) Entre os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais garantidos expressamente no artigo 7° da Constituição Federal de 1988 estão:

a) o fundo de garantia do tempo de serviço e a licença-paternidade.

b) o décimo terceiro salário e a igualdade na remuneração dos trabalhos noturno e diurno.

c) o seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário, e o aviso-prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias.

d) a garantia do salário mínimo, exceto para os que recebem remuneração variável, e a aposentadoria.

Comentários:

Letra A: correta. Ambos os direitos são assegurados aos trabalhadores urbanos e rurais no art. 7º da Constituição.

Letra B: errada. A Carta Magna assegura que a remuneração do trabalho noturno será superior à do diurno (art. 7º, IX, CF).

Letra C: errada. O seguro-desemprego só é garantido em caso de desemprego involuntário (art. 7º, II, CF).

Letra D: errada. A Constituição Federal assegura que aqueles que percebem remuneração variável nunca terão salário inferior ao mínimo (art. 7º, VII, CF).

O gabarito é a letra A.

54. (FUNCAB / PC-ES – 2013 - Adaptada) São direitos sociais preceituados na Constituição de 1988:

a) a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.

b) a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.

c) a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.

d) o direito de herança, a intimidade, a privacidade, a informação dos órgãos públicos.

e) a livre locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer, ou dele sair com seus bens.

Comentários:

Segundo o art. 6º, CF/88, *são direitos sociais* a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados. A resposta, portanto, é a letra A.

55. (FUNCAB / ANS – 2013) Acerca dos direitos sociais, é correto afirmar que:

a) a localização dos direitos sociais no título constitucional destinado aos direitos e garantias fundamentais não acarreta, por consequência, a subordinação à regra da autoaplicabilidade das normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais.

b) não cabe o ajuizamento do Mandado de Injunção, quando houver a omissão do Poder Público na regulamentação de alguma norma que preveja um direito social e, consequentemente, inviabilize seu exercício.

c) a Constituição Federal proclama serem direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.

d) os róis dos direitos sociais enumerados taxativamente no capítulo II do título II do texto constitucional esgotam os direitos constitucionais dos trabalhadores.

e) o direito de greve dos servidores públicos civis entra em vigor imediatamente, não dependendo seu exercício de lei ordinária específica.

Comentários:

Letra A: errada. Essa era uma questão difícil! O art. 5º, § 1º, CF/88 determina que as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm *aplicação imediata*. A pergunta que se faz, então, é a seguinte: o art. 5, § 1º, é aplicável também aos direitos sociais? A resposta é positiva. Os direitos sociais estão subordinados a essa regra de autoaplicabilidade dos direitos e garantias fundamentais.

Letra B: errada. O mandado de injunção é cabível diante de *omissão do Poder Público* que impeça o exercício de direito previsto na Constituição. Assim, se o Poder Público deixar de regulamentar norma que preveja um direito social, será cabível mandado de injunção.

Letra C: correta. É exatamente o que prevê o art. 6º, CF/88. São *direitos sociais* a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.

Letra D: errada. Há outros direitos dos trabalhadores espalhados pelo texto constitucional. O art. 201, CF/88, por exemplo, trata da previdência social, que é um importante direito dos trabalhadores.

Letra E: errada. O direito de greve dos servidores públicos é uma norma constitucional de *eficácia limitada*. Ele *depende de regulamentação* para que possa ser usufruído.

56. (FUMARC/ PC-MG – 2013) A Constituição Federal de 1988 traz previsão expressa no sentido de que são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados. Logo depois, relaciona como direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, EXCETO:

a) Piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.

b) Repouso semanal remunerado, preferencialmente aos sábados e domingos.

c) Décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.

d) Licença paternidade, nos termos fixados em lei.

Comentários:

O repouso semanal remunerado dar-se-á *preferencialmente aos domingos*, nos termos do art. 7º, XV, da Constituição. O gabarito é a letra B.

57. (FADESP / MPE-PA – 2012) São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais:

a) a relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, sem previsão de indenização compensatória.

b) a duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta semanais.

c) a proteção em face da automação, na forma da lei.

d) o repouso semanal remunerado, exclusivamente aos domingos.

Comentários:

Letra A: errada. Caso ocorra despedida arbitrária ou sem justa causa, haverá direito à indenização compensatória, nos termos da lei complementar (art. 7º, I, CF).

Letra B: errada. A duração do trabalho normal não pode superior a quarenta e quatro horas semanais (art. 7°, XIII, CF).

Letra C: correta. É o que determina o art. 7°, XXVII, da CF/88.

Letra E: errada. O repouso semanal remunerado deve se dar *preferencialmente* aos domingos (art. 7°, XV, CF).

O gabarito é a letra C.

58. (FUNDATEC / CEEERS – 2010) Assinale a alternativa que não está de acordo com os Direitos Sociais.

a) Seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.

b) Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas.

c) Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezesseis anos, e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz.

d) Licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário.

e) Salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei.

Comentários:

A questão cobra o conhecimento dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais previstos na Constituição.

Letra A: correta. É o que prevê o inciso XXVIII do art. 7° da Carta Magna.

Letra B: correta. Trata-se da literalidade do inciso XXV do art. 7° da Constituição, após redação dada pela EC nº 53/06.

Letra C: errada. A CF/88 proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos (art. 7°, XXXIII, CF).

Letra D: correta. A Constituição assegura (art. 7°, XVIII) a licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias.

Letra E: correta. Tem-se a literalidade do art. 7°, XII, da Constituição.

O gabarito é a letra C.

59. (FEPESE / Prefeitura Balneário Camboriú – 2010) Com base nas disposições constitucionais, constitui direito dos trabalhadores urbanos e rurais:

a) Irredutibilidade do salário, sem ressalva.

b) Seguro contra os acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.

c) Relação de emprego protegida contra a despedida, com ou sem justa causa, mediante previsão de indenização compensatória.

d) Licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e oitenta dias.

e) Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz.

Comentários:

Letra A: errada. É possível a redução salarial, desde que por negociação coletiva.

Letra B: correta. O seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, não exclui a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.

Letra C: errada. A relação de emprego é protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa. Não se protege a relação de emprego contra despedida por justa causa.

Letra D; errada. A duração da licença à gestante é de 120 dias.

Letra E: errada. É proibido qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.

60. (FADESP / Pref. Castanhal-PA – 2012) A respeito de associação profissional ou sindical, assinale a resposta correta.

a) É vedada a criação de mais de duas organizações sindicais, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um distrito Municipal.

b) É vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.

c) É vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Estado.

d) É vedada a criação de mais de duas organizações sindicais, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.

Comentários:

A Carta Magna determina que "é vedada a criação de *mais de uma* organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, *não podendo ser inferior à área de um Município*" (art. 8º, II, CF). A letra B é o gabarito.

61. (FUNDATEC / Câmara de Porto Alegre – 2012) Considerando as regras da Constituição da República Federativa do Brasil sobre os Direitos Sociais, analise as seguintes afirmativas:

I. É vedada a redução de salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.

II. A duração do trabalho normal não deverá ser superior a oito horas diárias e quarenta horas semanais.

III. As férias serão remuneradas com pelo menos um terço a mais que o salário normal.

Quais estão corretas?

a) Apenas I.

b) Apenas II.

c) Apenas III.

d) Apenas I e III.

e) Apenas II e III.

Comentários:

A *primeira assertiva* está correta. De fato, a Carta Magna assegura aos trabalhadores urbanos e rurais a irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo (art. 7°, VI, CF).

A *segunda assertiva* está errada. A Carta Magna prevê a duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e *quarenta e quatro semanais*, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho (art. 7°, XIII, CF).

A *terceira assertiva* está correta. Trata-se de direito previsto no art. 7°, XVII, da CF/88.

O gabarito é a letra D.

62. (FUNDATEC / Advogado Pref. Sapucaia do Sul – 2012) – As chamadas 'ações afirmativas' ou 'discriminações positivas' são colocadas no Direito Constitucional como relacionadas ao princípio da:

a) legalidade.

b) igualdade ou isonomia.

c) proporcionalidade.

d) liberdade de expressão e de pensamento.

e) liberdade de iniciativa econômica.

Comentários:

As ações afirmativas buscam realizar a igualdade material, ao tratar desigualmente aqueles que estão, em termos concretos, em situação desigual. A resposta é a letra B.

63. (FUNDATEC / PROCERGS – 2012) Com a Constituição da República de 1988, o serviço extraordinário passou a ser remunerado com adicional de, no mínimo,

a) 30% (trinta por cento).

b) 35% (trinta e cinco por cento).

c) 40% (quarenta por cento).

d) 45% (quarenta e cinco por cento).

e) 50% (cinquenta por cento).

Comentários:

A CF/88 assegura remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal (art. 7°, XVI). A letra E é o gabarito.

64. (FUNIVERSA / Seplag DF – 2010) É considerado direito social previsto na Constituição Federal de 1988:

a) a liberdade de associação e de religião.

b) a proteção do meio ambiente.

c) a proteção da saúde e da educação.

d) a proteção da paz mundial.

e) o mandado de segurança.

Comentários:

Cobra-se o conhecimento do art. 6º da Constituição, segundo o qual são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados. A letra C é o gabarito.

65. (FUNIVERSA / PC-GO – 2010 - Adaptada) Caracterizam-se os direitos e as garantias fundamentais como uma árdua conquista dos cidadãos no decorrer dos tempos, mas que, nem pelo fato de sua previsão, têm garantida sua efetividade no âmbito social, sendo este o maior problema vigente no que diz respeito à matéria posta. Acerca desse tema, assinale a alternativa correta.

a) Constam, exaustivamente, como direitos sociais expressos do texto constitucional vigente a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.

b) O salário-família é concedido aos dependentes de todos os trabalhadores, públicos ou privados, desde que estes tenham vínculo formal de emprego.

c) É pleno o exercício do direito de greve dos servidores públicos.

d) É proibido o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Comentários:

Letra A: errada. O rol de direitos sociais previsto na Constituição não é exaustivo, mas exemplificativo.

Letra B: errada. O salário-família é concedido aos dependentes apenas dos trabalhadores de baixa renda.

Letra C: errada. O direito de greve dos servidores públicos é norma de eficácia limitada, dependendo, para seu exercício, da edição de lei regulamentadora.

Letra D: correta. É o que prevê o inciso XXXIII do art. 7º da CF/88.

O gabarito é a letra D.

66. (Instituto AOCP / UFPB – 2019) Considerando os direitos sociais expressamente previstos na Constituição Federal vigente, assinale a alternativa correta.

a) O aposentado filiado não tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.

b) São proibidos o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezesseis anos e qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz.

c) É direito do trabalhador a proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa.

d) É direito do trabalhador o repouso semanal remunerado, sem qualquer preferência quanto ao dia da sua concessão.

e) É livre a associação profissional ou sindical, cabendo ao sindicato a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, exclusivamente em questões administrativas.

Comentários:

Letra A: errada. O aposentado filiado *tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais* (art. 8°, VII, CF).

Letra B: errada. São proibidos o *trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e qualquer trabalho a menores de dezesseis anos*, salvo na condição de *aprendiz, a partir de quatorze* (art. 7°, XXXIII, CF).

Letra C: correta. Trata-se de direito garantido no art. 7°, X, da Carta Magna.

Letra D: errada. É direito do trabalhador o repouso semanal remunerado, *preferencialmente aos domingos* (art. 7°, XV, CF).

Letra E: errada. Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, *inclusive em questões judiciais ou administrativas* (art. 8°, III, CF).

O gabarito é a letra C.

67. (Instituto AOCP / PC-ES – 2019) Em relação aos Sindicatos, observada a legislação nacional a respeito da matéria, é correto afirmar que

a) é possível a criação de mais de um sindicato da mesma categoria em uma mesma base territorial.

b) os sindicatos não devem participar das negociações coletivas de trabalho da categoria que representam.

c) não há vedação à sindicalização dos militares.

d) é vedada, ao servidor público civil, a associação sindical.

e) segundo a Constituição da República Federativa do Brasil, é livre a associação profissional ou sindical, observados os termos constitucionais.

Comentários:

Letra A: errada. O art. 8°, II, da Carta Magna, *veda a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial*, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.

Letra B: errada. É *obrigatória* a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho (art. 8°, VI, CF).

Letra C: errada. Ao militar são proibidas a sindicalização e a greve (art. 142, § 3°, IV, CF).

Letra D: errada. É *garantido* ao servidor público civil o direito à *livre associação sindical* (art. 37, VI, CF).

Letra E: correta. De fato, é livre a associação profissional ou sindical, observado o disposto na Constituição (art. 8º, CF).

O gabarito é a letra E.

68. (Instituto AOCP / PC-ES – 2019) A Constituição Federal determina que é livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

a) a lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, sendo admitidas, ao Poder Público, a interferência e a intervenção na organização sindical nos casos previstos em lei.

b) é facultativa a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.

c) o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.

d) é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até dois anos após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

e) a assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, caso em que será dispensada a contribuição prevista em lei.

Comentários:

Letra A: errada. A lei *não poderá exigir* autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, *vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical* (art. 8º, I, CF).

Letra B: errada. É *obrigatória* a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho (art. 8º, VI, CF).

Letra C: correta. Trata-se de direito assegurado no art. 8º, VII, da Carta Magna.

Letra D: errada. É vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, *até um ano após o final do mandato*, salvo se cometer falta grave nos termos da lei (art. 8º, VIII, CF).

Letra E: errada. A assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, *independentemente da contribuição prevista em lei* (art. 8º, IV, CF).

O gabarito é a letra C.

69. (Instituto AOCP / IPM-SP – 2018) Em concordância com a Constituição Federal, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, é direito do trabalhador urbano e rural

a) jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, ainda que haja negociação coletiva em sentido diverso.

b) ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de dois anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de cinco anos após a extinção do contrato de trabalho.

c) igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.

d) assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 6 (seis) anos de idade em creches e pré-escolas.

e) seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer somente com dolo.

Comentários:

Letra A: errada. É direito dos trabalhadores a jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, *salvo negociação coletiva* (art. 7°, XIV, CF).

Letra B: errada. Os trabalhadores têm direito a ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com *prazo prescricional de cinco anos* para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de *dois anos após a extinção do contrato de trabalho* (art. 7°, XXIX, CF).

Letra C: correta. Trata-se de direito garantido no art. 7°, XXXIV, da Carta Magna.

Letra D: errada. Os trabalhadores têm direito à assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até *5 (cinco) anos de idade* em creches e pré-escolas (art. 7°, XXV, CF).

Letra E: errada. É direito dos trabalhadores o seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, *quando incorrer em dolo ou culpa* (art. 7°, XXVIII, CF).

O gabarito é a letra C.

70. (Instituto AOCP / TRT 1ª Região – 2018) Tício, Analista Judiciário – Área Administrativa no TRT, trabalha no setor de recursos humanos do tribunal e conhece as previsões constitucionais acerca dos direitos sociais. Sobre esse assunto, assinale a alternativa correta.

a) É permitido no texto constitucional, ainda que excepcionalmente, o trabalho para menores de dezesseis anos.

b) Em que pese ser proibida a diferença de critério de admissão por motivo de sexo, cor ou estado civil, é possível, na forma da lei, a diferença de critério de admissão por idade.

c) A Constituição Federal, apesar de prever a licença-maternidade como direito social, não garante, de forma expressa, o mesmo direito aos trabalhadores do sexo masculino.

d) É garantido o direito ao aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo de, no mínimo, oito dias, se o pagamento for efetuado por semana ou tempo inferior.

e) A Constituição Federal garante o direito à indenização por acidente de trabalho, a ser paga pelo empregador que incorrer em dolo ou culpa, salvo se este arcar com o seguro contra acidentes de trabalho.

Comentários:

Letra A: correta. A Carta Magna admite o trabalho a menores de dezesseis anos na *condição de aprendiz*, a partir de quatorze anos (art. 7°, XXXIII, CF).

Letra B: errada. A Constituição *proíbe a diferença* de salários, de exercício de funções e *de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil* (art. 7°, XXX, CF).

Letra C: errada. É assegurado aos trabalhadores o direito à licença-paternidade, nos termos fixados em lei (art. 7°, XIX, CF).

Letra D: errada. Aos trabalhadores é garantido o direito ao aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no *mínimo de trinta dias*, nos termos da lei (art. 7°, XXI, CF).

Letra E: errada. É direito dos trabalhadores o seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, *sem excluir a indenização a que este está obrigado*, quando incorrer em dolo ou culpa (art. 7°, XXVIII, CF).

O gabarito é a letra A.

71. (AOCP / CODEM-PA – 2017) Considerados essenciais para a efetivação dos direitos mínimos de existência, os direitos sociais são elevados a nível constitucional, de forma a auxiliar na garantia da efetivação da dignidade da pessoa humana. Considerando os direitos sociais expressos na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta sobre o direito dos trabalhadores urbanos e rurais.

a) Os trabalhadores têm direito à remuneração superior quando do serviço extraordinário, bem como a possibilidade de participação nos lucros, ou resultados da empregadora, sendo esta desvinculada da remuneração.

b) O piso salarial deve ser proporcional à extensão e à complexidade do trabalho. Além disso, a remuneração do trabalho diurno deve ser superior à do noturno.

c) Os trabalhadores têm direito ao repouso semanal remunerado, dando-se preferência aos sábados e domingos, bem como a proteção contra a despedida por justa causa, à qual implicará indenização compensatória.

d) Os trabalhadores têm direito ao seguro contra acidentes de trabalho, cujo recolhimento fica a cargo do empregado, mas não afasta a responsabilização por dolo ou culpa, a qual recai sobre o empregador.

e) É proibido o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, desde que sejam realizados atos que reduzam os riscos inerentes à atividade desenvolvida, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.

Comentários:

Letra A: correta. É o que determina os incisos XI e XVI do art. 7° da CF/88.

Letra B: errada. É o contrário: a remuneração do trabalho noturno é superior à do diurno (art. 7°, IX, CF).

Letra C: errada. Os trabalhadores têm direito ao repouso semanal remunerado, dando-se preferência *domingos* (art. 7°, XV, CF). Além disso, os trabalhadores têm direito à proteção contra a despedida *arbitrária ou sem* justa causa, à qual implicará indenização compensatória (art. 7°, I, CF).

Letra D: errada. Os trabalhadores têm direito ao seguro contra acidentes de trabalho, cujo recolhimento fica a cargo do *empregador* (art. 7°, XXVIII, CF), sem excluir a indenização a que o empregador está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.

Letra E: errada. É proibido o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de *dezoito* e *de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos* (art. 7°, XXXIII, CF).

O gabarito é a letra A.

72. (AOCP / Agepen-CE – 2017) É/são direito(s) dos trabalhadores urbanos e rurais, previsto(s) expressamente na Constituição Federal:

a) salário mínimo, fixado em lei complementar, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes semestrais que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim.

b) proteção em face da automação, na forma da lei.

c) salário mínimo, fixado em norma infralegal, regionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes anuais que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim.

d) licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e oitenta dias.

Comentários:

Letra A: errada. É direito dos trabalhadores o salário mínimo, fixado em *lei*, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes *periódicos* que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim (art. 7º, IV, CF).

Letra B: correta. É o que dispõe o inciso XXVII do art. 7º da Constituição.

Letra C: errada. O examinador tem uma certa paixão pelo direito ao salário mínimo (risos). Segundo a CF/88, é direito dos trabalhadores o salário mínimo, fixado em *lei*, *nacionalmente* unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes *periódicos* que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim (art. 7º, IV, CF).

Letra D: errada. A Carta Magna assegura a licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias (art. 7º, XVIII, CF).

O gabarito é a letra B.

73. (AOCP / Prefeitura de Juazeiro – 2016) De acordo com a Constituição Federal de 1988, são exemplos de direitos sociais:

a) a educação, o trabalho, a greve.

b) o transporte, a segurança e o ir e vir.

c) a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.

d) a moradia, a família, a alimentação.

e) a educação, a segurança, a reunião.

Comentários:

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, *a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados*, na forma da Constituição (art. 6º, CF). O gabarito é a letra C.

74. (AOCP / EBSERH – 2016) São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, previstos expressamente na Constituição Federal, EXCETO

a) fundo de garantia do tempo de serviço.

b) remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.

c) aposentadoria.

d) remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em vinte por cento à do normal.

e) proteção em face da automação, na forma da lei.

Comentários:

Letra A: correta. Trata-se de direito dos trabalhadores previsto no art. 7º, III, da Constituição.

Letra B: correta. A remuneração do trabalho noturno superior à do diurno está assegurada no inciso IX do art. 7º da CF/88.

Letra C: correta. Os trabalhadores têm seu direito à aposentadoria assegurado no inciso XXIV do art. 7º da CF/88.

Letra D: errada. A Carta Magna assegura a remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em *cinquenta* por cento à do normal (art. 7º, XVI, CF).

Letra E: correta. Esse direito está expresso no inciso XXVII do art. 7º da Constituição.

O gabarito é a letra D.

75. (AOCP / IF-BA – 2016) Assinale a alternativa que apresenta um Direito Social garantido pela Constituição Federal.

a) Proteção em face da automação, na forma da lei.

b) Licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e oitenta dias.

c) Gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, dois terços a mais do que o salário normal.

d) Participação nos lucros, ou resultados, vinculada à remuneração e participação na gestão da empresa.

e) Seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário.

Comentários:

Letra A: correta. Trata-se de direito assegurado no art. 7º, XXVII, da CF/88.

Letra B: errada. A Carta Magna assegura o direito à licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de *cento e vinte dias* (art. 7º, XVIII, CF).

Letra C: errada. É direito dos trabalhadores o gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, *um terço a mais* do que o salário normal (art. 7º, XVII, CF).

Letra D: errada. A Constituição Federal prevê o direito à participação nos lucros, ou resultados, *desvinculada da remuneração*, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei (art. 7°, XI, CF).

Letra E: errada. Os trabalhadores têm direito ao seguro-desemprego, no caso de desemprego *involuntário* (art. 7°, II, CF).

O gabarito é a letra A.

76. (AOCP / IF-BA – 2016) É Direito Social previsto na Constituição Federal

a) a remuneração do serviço extraordinário em valor equivalente à remuneração do serviço em horário normal.

b) a licença-paternidade sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias.

c) o seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregado, o qual excluirá a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.

d) o repouso semanal não remunerado, preferencialmente aos sábados.

e) a redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança

Comentários:

Letra A: errada. A Carta Magna prevê que a remuneração do serviço extraordinário deve ser superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal (art. 7°, XVI, CF).

Letra B: errada. A Constituição não fixa a duração da licença-paternidade. É a licença à gestante que tem garantia de duração de cento e vinte dias (art. 7°, XVIII, CF).

Letra C: errada. A CF/88 assegura ao trabalhador o direito ao seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do *empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa* (art. 7°, XXVIII, CF).

Letra D: errada. É assegurado aos trabalhadores o repouso semanal não remunerado, preferencialmente aos *domingos* (art. 7°, XV, CF).

Letra E: correta. Trata-se de direito social previsto no art. 7°, XXII, CF.

O gabarito é a letra E.

77. (AOCP / Pref. Vitória da Conquista/BA – 2013) De acordo com o que descreve a Constituição Federal, é proibido qualquer trabalho

a) a menores de dezoito anos.

b) a menores de dezoito anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos dezesseis anos.

c) a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

d) a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de doze anos.

e) a menores de quinze anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos dez anos.

Comentários:

A Constituição Federal proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos (art. 7°, XXXIII, CF). O gabarito é a letra C.

78. (AOCP / BRDE – 2012) Constituem-se direitos sociais previstos pela atual Constituição Federal:

a) educação e proteção quanto à demissão arbitrária.

b) proteção à maternidade e irredutibilidade salarial.

c) remuneração não inferior ao salário mínimo e saúde.

d) trabalho e respeito à integridade física e moral.

e) previdência social e moradia.

Comentários:

A questão cobra o conhecimento do art. 6° da CF/88, segundo o qual são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a *moradia*, o lazer, a segurança, a *previdência social*, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma da Constituição. O gabarito é a letra E.

79. (AOCP / TCE-PA – 2012) Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas. De acordo com a Constituição Federal, a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

I. Plebiscito.

II. Referendo.

III. Iniciativa Popular.

IV. Audiência Pública.

a) Apenas I, II e III.

b) Apenas II e III.

c) Apenas I e II.

d) Apenas II, III e IV.

e) I, II, III e IV.

Comentários:

A questão cobra o conhecimento do art. 14 da CF/88, segundo o qual a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: i) plebiscito; ii) referendo; iii) iniciativa popular. O gabarito é a letra A.

80. (CONSULPLAN / Câmara Municipal de Belo Horizonte – 2018) De acordo com a Constituição Federal de 1988 no Título II, Capítulo II, são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, EXCETO:

a) Fundo de garantia do tempo de serviço.

b) Seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário.

c) Relação de emprego protegida contra despedida arbitrária, exceto sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos.

d) Salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim.

Comentários:

As letras A, B e D reproduzem incisos do art. 7º da Constituição, que expressam direitos dos trabalhadores urbanos e rurais:

> Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:
>
> (...)
>
> II - seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário;
>
> III - fundo de garantia do tempo de serviço;
>
> IV - salário mínimo , fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;

A letra C está errada. A relação de emprego é protegida também no caso de despedida sem justa causa. A ressalva feita na assertiva não encontra amparo no texto constitucional:

> Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:
>
> I - relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos (...).

O gabarito é a letra C.

81. (CONSULPLAN / TRE-RJ – 2017) Considere que Clécio, empregado de uma fábrica de automóveis, candidatou-se ao cargo de representante sindical de sua categoria profissional, vindo a ser eleito ao final do pleito." No que se refere às garantias sociais constitucionais, é correto afirmar que Clécio

a) pode ser dispensado até a divulgação oficial de sua eleição, adquirindo a estabilidade no emprego a partir daquela data, até um ano após o retorno ao trabalho.

b) pode gozar da estabilidade sindical, instituto que se assemelha com a estabilidade dos servidores públicos, já que se adquire após três anos de efetivo exercício do cargo ou emprego.

c) tem direito de não ser dispensado do emprego, desde o registro da candidatura até um ano após encerrado o mandato de representante sindical, a não ser que cometa falta grave.

d) tem direito à estabilidade sindical porque trabalha em fábrica de automóveis, já que o direito restringe-se ao trabalho urbano e não abrange, por exemplo, a atividade junto a um sindicato de colônia de pescadores.

Comentários:

A questão cobra o conhecimento da *estabilidade do dirigente sindical*, constante do art. 8º, VIII, da Constituição:

> Art. 8º, VIII – é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

Clécio não poderá ser dispensado do emprego, a não ser que cometa falta grave, desde o registro da candidatura até um ano após encerrado o mandato de representante sindical.

O gabarito é a letra C.

82. (CONSULPLAN / Prefeitura de Cascavel – 2016) No que tange aos direitos sociais na Constituição Federal de 1988, são considerados direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, EXCETO:

a) Não redução do salário em hipótese alguma.

b) Remuneração superior do trabalho noturno em relação ao diurno.

c) Proteção do salário na forma da lei, sendo considerado crime sua retenção dolosa.

d) Duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais.

e) Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo, no mínimo, de trinta dias de acordo com a lei.

Comentários:

Letra A: errada. A irredutibilidade do salário *não é um direito absoluto*. É possível que o salário seja reduzido em virtude de negociação coletiva de trabalho.

Letra B: correta. É direito social dos trabalhadores a remuneração do trabalho noturno superior à do diurno (art. 7º, IX, CF/88).

Letra C: correta. É direito social dos trabalhadores a proteção do salário na forma da lei, sendo considerado crime sua retenção dolosa (art. 7º, X, CF/88).

Letra D: correta. É direito social dos trabalhadores a duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais (art. 7º, XIII, CF/88).

Letra E: correta. É direito social dos trabalhadores o aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo, no mínimo, de trinta dias de acordo com a lei (art. 7º, XXI, CF/88).

O gabarito é a letra A.

83. (CONSULPLAN / CODERN – 2014) Segundo José Afonso da Silva, os direitos sociais "disciplinam situações subjetivas pessoais ou grupais de caráter concreto". Sobre tais direitos, assinale a alternativa INCORRETA.

a) Estão consagrados como fundamentos da República Federativa do Brasil.

b) Os direitos sociais são considerados direitos humanos de terceira geração.

c) São exemplos de direitos sociais, a educação, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.

d) Têm aplicação imediata e podem ser implementados, no caso de omissão legislativa, pelas técnicas de controle, quais sejam: o mandado de injunção ou a ação direta de inconstitucionalidade por omissão.

e) Apresentam-se como prestações positivas a serem implementadas pelo Estado (Social de Direito) e tendem a concretizar a perspectiva de uma isonomia substancial e social na busca de melhores e adequadas condições de vida.

Comentários:

Letra A: foi considerada correta pela banca examinadora. Essa assertiva é bastante polêmica! Os *fundamentos* da República Federativa do Brasil são: i) soberania; ii) cidadania; iii) dignidade da pessoa humana; iv) valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e; v) pluralismo político. Muito provavelmente, a CONSULPLAN considerou a assertiva correta por fazer uma relação entre os direitos sociais e o princípio da dignidade da pessoa humana.

Letra B: errada. Os direitos sociais são direitos humanos de *segunda geração*.

Letra C: correta. Segundo o art. 6º, CF/88, são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.

Letra D: foi considerada correta pela banca examinadora! Também é uma assertiva muito polêmica, já que os direitos sociais, para serem implementados, *dependem da execução de políticas públicas* pelo governo. Ou seja, a banca pegou pesado demais ao dizer que eles são de aplicação imediata.

Letra E: correta. Os direitos sociais são liberdades positivas e consistem em *prestações positivas* do Estado em favor dos indivíduos. Destaque-se, ainda, que os direitos sociais têm como valor-fonte a igualdade.

O gabarito é a letra B.

84. (CONSULPLAN / TRT 13ª Região – 2013) Luzia, empregada doméstica, procura na Constituição Federal seus direitos. Assinale a alternativa que apresenta direito a que Luzia faz jus, conforme a CF/88.

a) Luzia será obrigada a aposentar-se aos 70 anos.

b) Luzia terá todos os direitos derivados de convenções de trabalho.

c) Luzia terá direito a 14º salário.

d) Luzia, desejando rescindir seu contrato de trabalho, terá que cumprir sempre 30 dias de aviso prévio.

e) A cada ano trabalhado, Luzia terá direito a férias remuneradas.

Comentários:

Letra A: errada. A CF/88 estabelece que a aposentadoria é um direito dos trabalhadores domésticos. Todavia, *não prevê* que os trabalhadores domésticos são obrigados a se aposentar aos 70 anos de idade.

Letra B: errada. A CF/88 não diz que o trabalhador doméstico terá *todos* os direitos derivados de convenções. Apenas diz que haverá o reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho.

Letra C: errada. Assegura-se o *13º salário* aos trabalhadores domésticos.

Letra D: errada. O aviso prévio é de, *no mínimo*, 30 dias.

Letra E: correta. De fato, os trabalhadores domésticos farão jus a *férias remuneradas*.

O gabarito é a letra E.

85. (CONSULPLAN / TRT 13ª Região – 2013) Anderson, empregado de uma empresa particular de alimentos que possui 600 empregados, resolve criar um sindicato para representar esses trabalhadores. Diante do exposto, é correto afirmar que

a) para que Anderson funde o sindicato será necessário que haja lei autorizando sua constituição.

b) o sindicato formado por Anderson e demais companheiros poderá defender os interesses coletivos e individuais da categoria.

c) a negociação coletiva de trabalho entre empregador e os empregados da empresa de alimentos não necessitará da intervenção do sindicato constituído.

d) o empregado aposentado e filiado ao sindicato fundado por Anderson não pode ser votado para síndico nas eleições sindicais.

e) mesmo Anderson sendo síndico, poderá ser dispensado pela empresa a qualquer momento sem justa causa.

Comentários:

Letra A: errada. A criação de sindicato *independe de lei*.

Letra B: correta. A CF/88 prevê que cabe ao sindicato a *defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria*, inclusive em questões judiciais ou administrativas.

Letra C: errada. É *obrigatória* a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.

Letra D: errada. O aposentado filiado tem *direito a votar e a ser votado* nas organizações sindicais.

Letra E: errada. Caso Anderson ocupe cargo de direção ou representação sindical, ele só poderá ser dispensado *um ano após o final do mandato*, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

O gabarito é a letra B.

86. (CONSULPLAN / TRT 13ª Região – 2013) Descreve o Art. 7º da CF/88 que "são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição". Sobre tais direitos, assinale a alternativa correta.

a) É direito do trabalhador urbano e rural o seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário.

b) É direito do trabalhador urbano e rural proteção do salário na forma da lei, constituindo contravenção penal sua retenção dolosa.

c) É direito do trabalhador urbano e rural o salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei.

d) É direito do trabalhador urbano e rural a licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de noventa dias.

e) Nem a todos os trabalhadores urbanos e rurais é garantido o direito de aposentadoria.

Comentários:

Letra A: errada. O seguro desemprego é devido em caso de *desemprego involuntário*.

Letra B: errada. A retenção dolosa do salário constitui *crime*.

Letra C: correta. É direito dos trabalhadores urbanos e rurais o *salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda* nos termos da lei.

Letra D: errada. A licença à gestante tem a duração de *120 dias*.

Letra E: errada. A aposentadoria é garantida aos trabalhadores urbanos e rurais.

O gabarito é a letra C.

87. (UPENET / IAUPE-UPE – 2019) São direitos sociais dos trabalhadores urbanos e rurais, EXCETO

a) salário mínimo regionalizado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhes preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim.

b) piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.

c) irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.

d) garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável.

e) remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.

Comentários:

Letra A: errada. É direito dos trabalhadores urbanos e rurais o salário mínimo, fixado em lei, *nacionalmente unificado*, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim (art. 7°, IV, CF).

Letra B: correta. Trata-se de direito previsto no art. 7°, V, da Constituição.

Letra C: correta. A garantia de irredutibilidade do salário está prevista no art. 7°, VI, da CF/88.

Letra D: correta. Esse direito está previsto no art. 7°, VII, da Carta Magna.

Letra E: correta. A remuneração do trabalho noturno superior à do diurno está garantida no art. 7º, IX, da Constituição.

O gabarito é a letra A.

88. (UERR / SETRABES – 2018) É assegurada a eleição de um representante dos empregados com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores, nas empresas que possuam:

a) mais de duzentos empregados.

b) mais de cinquenta empregados.

c) mais de cem empregados.

d) ao menos dez mulheres e cem homens, empregados.

e) empregados laborando no exterior.

Comentários:

O art. 11 da Constituição determina que nas empresas de *mais de duzentos empregados*, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores. O gabarito é a letra A.

89. (NC-UFPR / UFPR – 2017) Assinale a alternativa que indica apenas direitos sociais na Constituição Federal.

a) Educação, lazer e previdência social.

b) Trabalho, propriedade e inviolabilidade de domicílio.

c) Educação, moradia e acesso à jurisdição.

d) Trabalho, liberdade de expressão e lazer.

e) Acesso à jurisdição, propriedade e saúde.

Comentários:

O art. 6º da Carta Magna prevê um rol exemplificativo de direitos sociais: *educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma da Constituição.* O gabarito é a letra A.

90. (UFG / TJ-GO - 2017) Nos termos do artigo 6º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, são direitos sociais:

a) a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, o meio ambiente, a previdência social, a proteção a maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.

b) a educação, a saúde, o meio ambiente, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.

c) a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer e o meio ambiente e os direitos humanos.

d) a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social e os direitos humanos.

e) a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.

Comentários:

O art. 6º da Constituição determina que "são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma da Constituição". O gabarito é a letra E.

91. (UFG / TJ-GO - 2017) O artigo 7º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 prescreve a melhoria dos direitos sociais dos trabalhadores. Dessa forma, de acordo com o mencionado artigo, são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais:

a) participação nos lucros ou resultados, vinculada à remuneração e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa.

b) piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho, além, da remuneração do trabalho diurno superior à do noturno.

c) duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, proibida a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.

d) jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.

e) assistência gratuita em creches e pré-escolas aos filhos e dependentes desde seu nascimento até os 6 (seis) anos de idade.

Comentários:

Letra A: errada. A participação nos lucros ou resultados é *desvinculada* da remuneração (art. 7º, XI, CF).

Letra B: errada. É o contrário. A remuneração do trabalho noturno é superior à do diurno (art. 7º, IX, CF).

Letra C: errada. A Carta Magna admite a jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho (art. 7º, XIII, CF).

Letra D: correta. É o que determina o art. 7º, V, da CF/88.

Letra E: errada. A assistência gratuita em creches e pré-escolas é garantida aos filhos e dependentes desde seu nascimento até os 5 (cinco) anos de idade (art. 7º, XXV, CF).

O gabarito é a letra D.

92. (COMPERVE-UFRN / Câmara de Natal – 2016) Os direitos sociais fundamentais, também apelidados pelos juristas como direitos de segunda dimensão ou de segunda geração, têm, em sua ontologia, a intenção de reduzir desigualdades para fins de concretização da igualdade material, substancial ou isonômica. Uma das ideias que os permeia é a de tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na proporção de suas desigualdades. O constituinte brasileiro, visualizando a importância desses direitos, tratou de expressamente tutelá-los. Nesse sentido, a Constituição Federal prevê direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, tais como

a) a ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de sete anos.

b) o reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho e a proteção em face da automação, na forma da lei.

c) o gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, dois terços a mais que o salário normal.

d) a remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em quarenta por cento relativamente à do normal.

Comentários:

Letra A: errada. A ação trabalhista tem prazo prescricional de *cinco anos* para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho (art. 7°, XXIX, CF).

Letra B: correta. Ambos são direitos dos trabalhadores previstos pela Constituição (art. 7°, XXVI e XXVII, CF).

Letra C: errada. É direito dos trabalhadores urbanos e rurais o gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, *um terço a mais* que o salário normal (art. 7°, XVII, CF).

Letra D: errada. A Carta Magna garante aos trabalhadores a remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em *cinquenta por cento* relativamente à do normal (art. 7°, XVI, CF).

O gabarito é a letra B.

93. (COMPERVE-UFRN / Câmara de Natal – 2016) A liberdade do indivíduo, direito fundamental tradicionalmente caracterizado como de primeira dimensão ou geração, possui desdobramentos e se expressa em variadas espécies no âmbito do atual Estado Constitucional Democrático, sendo possível falar em liberdade de ir e vir, liberdade religiosa, liberdade profissional, dentre outras. No que diz respeito especificamente à liberdade de associação sindical, de acordo com as diretrizes constitucionais, é possível observar que no Brasil é livre a associação sindical, cabendo aos sindicatos a defesa dos

a) direitos individuais da categoria em questões judiciais, excluídas as questões administrativas e de ordem internacional.

b) interesses individuais da categoria, excluídos os coletivos, inclusive em questões judiciais ou administrativas.

c) direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.

d) interesses coletivos da categoria em questões judiciais, excluídos os interesses individuais e as questões administrativas e incluídas as questões internacionais.

Comentários:

Segundo a Constituição, cabe aos sindicatos a *defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas* (art. 8°, III, CF). O gabarito é a letra C.

94. (UPENET / PM-PE – 2016) Acerca dos direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1988, analise as seguintes afirmativas:

I. O direito à irredutibilidade do salário do trabalhador não é absoluto, podendo ocorrer a redução salarial, desde que ela seja aprovada em convenção ou acordo coletivo.

II. A assistência aos desamparados não integra os direitos sociais previstos na CF/88.

III. É assegurado o direito a piso salarial proporcional à extensão e complexidade do trabalho.

IV. É obrigatória a autorização estatal para a fundação de sindicato.

Estão CORRETAS somente

a) I e IV.

b) II e IV.

c) I, II e III.

d) III e IV.

e) I e III.

Comentários:

A *primeira assertiva* está correta. De fato, o art. 7º, VI, da Carta Magna, assegura aos trabalhadores urbanos e rurais a irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo. Não se trata, portanto, de um direito absoluto.

A *segunda assertiva* está errada. A assistência aos desamparados é direito social previsto no "caput" do art. 6º da Constituição.

A *terceira assertiva* está correta. Trata-se de direito previsto no art. 7º, V, da Carta Magna.

A *quarta assertiva* está errada. O art. 8º, I, da CF/88, determina que "*a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato*, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical".

O gabarito é a letra E.

95. (UPENET / PM-PE – 2016) Considerando os Direitos Sociais expressamente assegurados na Constituição Federal de 1988, analise as afirmativas abaixo:

I. A remuneração do serviço extraordinário deve ser superior em, no mínimo, cem por cento da remuneração normal.

II. É assegurada a igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.

III. É assegurado o direito de repouso semanal remunerado, preferencialmente aos sábados e domingos.

IV. Constitui-se como um dos direitos sociais previstos na CF/88 a proteção à maternidade e à infância.

Estão CORRETAS

a) I e II, somente.

b) I e III, somente.

c) II e IV, somente.

d) III e IV, somente.

e) I, II, III e IV.

Comentários:

A *primeira assertiva* está errada. A remuneração do serviço extraordinário deve ser superior em, no mínimo, *cinquenta por cento* à da remuneração normal (art. 7°, XVI, CF).

A *segunda assertiva* está correta. É o que determina o inciso XXXIV do art. 7° da Carta Magna.

A *terceira assertiva* está errada. É assegurado o direito de repouso semanal remunerado, preferencialmente aos *domingos* (art. 7°, XV, CF).

A *quarta assertiva* está correta. A proteção à maternidade e à infância é direito social previsto no art. 6° da CF/88.

O gabarito é a letra C.

96. (UPENET / PM-PE – 2016) Ainda sobre os direitos sociais, assinale a alternativa CORRETA.

a) A filiação ao sindicato é obrigatória, conforme a respectiva categoria profissional.

b) Não é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.

c) A aposentadoria não extingue o direito à filiação das organizações sindicais.

d) O sindicato não pode defender interesse coletivo da categoria em questões administrativas.

e) O sindicato não pode defender interesse individual da categoria em questões judiciais.

Comentários:

Letra A: errada. A filiação ao sindicato é *facultativa*. O art. 8°, V, da Constituição, prevê que "ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato".

Letra B: errada. É *obrigatória* a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho (art. 8°, VI, CF).

Letra C: correta. De fato, mesmo após a aposentadoria, permanece o direito à filiação.

Letras D e E: erradas. O art. 8°, III, da Carta Magna, prevê que "ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses *coletivos ou individuais* da categoria, inclusive em questões *judiciais ou administrativas*".

O gabarito é a letra C.

97. (UFMT / TJ-MT – 2016) Considerando o disposto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em relação aos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, marque V para os itens verdadeiros e F para os falsos.

( ) Piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.

( ) Remuneração do trabalho noturno igual à do diurno.

( ) Proteção em face da automação.

( ) Permissão de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual.

Assinale a sequência correta.

a) F, V, F, V

b) V, F, F, V

c) F, V, V, F

d) V, F, V, F

Comentários:

A *primeira assertiva* está correta. Trata-se de direito assegurado no art. 7º, V, da Constituição.

A *segunda assertiva* está errada. A Carta Magna assegura aos trabalhadores urbanos e rurais a remuneração do trabalho noturno *superior* à do diurno (art. 7º, IX, CF).

A *terceira assertiva* está correta. O art. 7º, XXVII, da Constituição, garante aos trabalhadores o direito à proteção em face da automação, na forma da lei.

A *quarta assertiva* está errada. O art. 7º, XXXII, da Carta Magna, prevê que é direito dos trabalhadores a proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos.

O gabarito é a letra D.

98. (UFMT / UFMT – 2014) Para o cidadão, o Projeto Esporte e Lazer da Cidade (PELC), de acordo com a Constituição Federal brasileira de 1988, é:

a) Dever Social.

b) Direito Social.

c) Direito Político.

d) Dever Político.

Comentários:

O art. 6º da Constituição prevê que o lazer é um *direito social*. O gabarito é a letra B.

99. (UFPR / Progepe – 2014) Sobre os direitos e garantias fundamentais na Constituição Federal, considere as seguintes afirmativas:

1. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

2. As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais não têm aplicação imediata, sendo necessária a edição de leis regulamentadoras.

3. São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.

Assinale a alternativa correta.

a) Somente a afirmativa 1 é verdadeira.

b) Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.

c) Somente as afirmativas 1 e 3 são verdadeiras.

d) Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.

e) As afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.

Comentários:

A *primeira assertiva* está correta. Essa é a redação do "caput" do art. 5º da CF/88.

A *segunda assertiva* está errada. O § 1º do art. 5º da Carta Magna determina que "as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm *aplicação imediata*". Isso significa que essas normas devem ser interpretadas de modo a terem a maior eficácia possível.

A *terceira assertiva* estava correta quando da aplicação da prova, mas hoje está errada. O transporte passou a constar do "caput" do art. 6º após a entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 90, de 2015 e deveria estar nesse rol.

Após a reforma constitucional supracitada, o gabarito é a letra A.

100. (UFPR / TJ-PR – 2012) Conforme previsão constitucional acerca dos direitos dos trabalhadores urbanos, rurais e domésticos, os empregados domésticos não têm direito a:

a) adicional noturno.

b) salário mínimo.

c) aviso prévio proporcional ao tempo de serviço.

d) repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos.

Comentários:

O parágrafo único do art. 7º da Constituição sofreu importantes modificações pela Emenda Constitucional nº 72/2013, que assegurou importantes *direitos trabalhistas aos empregados domésticos*. Essa emenda inseriu o adicional noturno ao rol de direitos dos domésticos. Por isso, a questão está desatualizada.

101. (UFPR / TJ-PR – 2012) Considere as afirmativas abaixo, relativas à disciplina constitucional sobre sindicatos:

1. Ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato.

2. Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, salvo em questões judiciais.

3. O aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.

4. É vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.

Assinale a alternativa correta.

a) Somente as afirmativas 1 e 3 são verdadeiras.

b) Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.

c) Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.

d) Somente as afirmativas 1, 3 e 4 são verdadeiras.

Comentários:

A *primeira assertiva* está correta. O princípio da liberdade da inscrição sindical está previsto no art. 8º, V, da Constituição.

A *segunda assertiva* está errada. O inciso III do art. 8º da Constituição prevê que "ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, *inclusive em questões judiciais ou administrativas*".

A *terceira assertiva* está correta. A CF/88 *garante ao aposentado filiado ampla participação no sindicato* da categoria, podendo votar e ser votado (art. 8º, VII). Assim, o aposentado poderá ser eleito dirigente sindical.

A *quarta assertiva* está correta. O art. 8º, II, da Carta Magna, consagra o princípio da *unicidade da organização sindical*, que é um limitador da autonomia sindical. Segundo esse princípio, *não podem coexistir mais de um sindicato* da mesma categoria profissional (trabalhadores) ou econômica (empregadores) *dentro de uma idêntica base territorial*, que não poderá ser inferior à área de um Município.

O gabarito é a letra D.

102. (UFPR / FOZPrev – 2012) Tomando por base as previsões do art. 7º da Constituição da República, assinale a alternativa correta.

a) A irredutibilidade de salários é direito absoluto de empregados urbanos e rurais.

b) Os trabalhadores domésticos não têm direito à remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.

c) O adicional de remuneração para as atividades penosas tem o mesmo percentual do adicional por serviço extraordinário.

d) A contratação de seguro contra acidentes do trabalho, desde que arcada pelo empregador, exclui a correspondente indenização a que este estaria obrigado.

e) Trabalhadores urbanos e rurais têm direito a salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, saúde, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo incentivada a sua vinculação e indexação.

Comentários:

Letra A: errada. A irredutibilidade de salários não é um direito absoluto. A Carta Magna admite a redução de salário por convenção ou acordo coletivo (art. 7º, VI, CF).

Letra B: errada. O parágrafo único do art. 7º da Constituição sofreu importantes modificações pela Emenda Constitucional nº 72/2013, que assegurou importantes *direitos trabalhistas aos empregados domésticos*. Essa emenda inseriu o adicional noturno ao rol de direitos dos domésticos. Por isso, a alternativa, antes correta, passou a ser errada.

Letra C: errada. A Carta Magna não equipara os dois adicionais. Enquanto determina que o percentual do adicional por serviço extraordinário deverá ser superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal (art. 5º, XVI, CF), não fixa nenhum valor mínimo para o adicional de remuneração para as atividades penosas (art. 5º, XXIII, CF).

Letra D: errada. O inciso XXVIII do art. 7º da Constituição dispõe que é direito dos trabalhadores urbanos e rurais o "seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, *sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa*".

Letra E: errada. A Carta Magna veda a vinculação do salário-mínimo para qualquer fim (art. 7°, IV, CF).
A questão está desatualizada.

103. (UFPR / ITAIPU Binacional – 2011) No final da década de 1960, José Afonso da Silva desenvolveu uma classificação das normas constitucionais que tem sido amplamente adotada pela doutrina e pelos tribunais brasileiros. De acordo com a sua proposta, as normas constitucionais podem ser caracterizadas como normas de eficácia plena, normas de eficácia contida e normas de eficácia limitada. Levando em conta essa classificação, considere os dispositivos abaixo transcritos:

- Art. 5° (...) XIII – É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

- Art. 8° (...) VI – É obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.

- Art. 7° – São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: (...) XI – participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei.

Assinale a alternativa correta.

a) A norma prevista no art. 5°, XIII, é exemplo de norma de eficácia limitada.

b) A norma prevista no art. 5°, XIII, é exemplo de norma de eficácia contida.

c) A norma prevista no art. 8°, VI, é exemplo de norma de eficácia contida.

d) A norma prevista no art. 7°, XI, é exemplo de norma de eficácia plena.

e) A norma prevista no art. 7°, XI, é exemplo de norma de eficácia contida.

Comentários:

O art. 5°, XIII, apresenta norma de eficácia contida. A lei poderá estabelecer requisitos que restrinjam a liberdade de exercício profissional.
O art. 8°, VI, apresenta norma de eficácia plena, que produz todos os seus efeitos desde a entrada em vigor da Constituição, independentemente de regulamentação.
O art. 7°, XI, apresenta norma de eficácia limitada. Esse direito dos trabalhadores depende de regulamentação para ser exercido.

O gabarito é a letra B.

104. (UFPR / COCEL-PR – 2011) Sobre os direitos e garantias fundamentais do cidadão na Constituição de República de 1988, assinale a alternativa correta.

a) Os direitos sociais previstos no art. 6° da Constituição, tais como saúde e educação, não podem ser exigidos diretamente perante o Poder Judiciário, pois carecem de regulamentação legislativa.

b) A propriedade particular poderá ser requisitada pela Administração em casos de iminente perigo público, sendo garantido ao proprietário o direito à posterior indenização, se algum prejuízo lhe for ocasionado.

c) O direito fundamental ao contraditório e à ampla defesa é assegurado nos processos judiciais e facultado nos processos administrativos, salvo nos de natureza disciplinar, nos quais sua observância será obrigatória.

d) É admitida a identificação criminal do civilmente identificado, nas hipóteses expressamente previstas em lei ou decreto.

e) A ação popular poderá ser proposta por qualquer pessoa física ou jurídica para impugnar ato lesivo ao patrimônio público, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.

Comentários:

Letra A: errada. Os direitos sociais podem, sim, ser exigidos perante o Poder Judiciário. Cabe ao Estado efetivá-los, na medida do financeiramente possível.

Letra B: correta. A alternativa trata da "requisição administrativa". Nos termos do inciso XXV do art. 5° da Carta Magna, "no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano".

Letra C: errada. O direito fundamental ao contraditório e à ampla defesa é assegurado nos processos judiciais e administrativos (art. 5°, LV, CF).

Letra D: errada. O inciso LVIII do art. 5° da Constituição determina que "o civilmente identificado *não será submetido a identificação criminal*, salvo nas hipóteses previstas em lei".

Letra E: errada. A ação popular só poderá ser proposta pelo cidadão, em pleno gozo de direitos políticos (art. 5°, LXXIII, CF).
O gabarito é a letra B.

Lista de Questões

Direitos Sociais

1. (VUNESP/TJ-SP/2023)

O lazer:

a) integra os direitos sociais juntamente com a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho e outros.

b) não está contemplado constitucionalmente entre os direitos e garantias fundamentais, nem entre os direitos sociais.

c) consta expressamente previsto entre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

d) figura expressamente entre os direitos e as garantias fundamentais.

e) apesar de não estar previsto expressamente entre os direitos sociais, é direito garantido pela legislação infraconstitucional.

2. (VUNESP/TJ-SP/2023)

É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

a) é facultativa a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.

b) a lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato.

c) o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.

d) lei específica fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva.

e) é legal a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial.

3. (VUNESP / SEDUC-SP – 2019) São, entre outros, direitos sociais previstos na Constituição Federal:

a) a segurança, a previdência social, a alimentação e a sindicalização.

b) a previdência social, o transporte, a moradia e a reunião.

c) a educação, a saúde, a alimentação e o trabalho.

d) a sindicalização, a greve, a reunião e o trabalho.

e) a greve, a segurança, a saúde e a reunião.

4. (VUNESP / TJ-SP – 2018) São assegurados, nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil, (CRFB/88) à categoria dos trabalhadores domésticos os seguintes direitos:

a) jornada de seis horas para trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento.

b) reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho.

c) proteção em face da automação, na forma da lei.

d) piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.

e) participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, conforme definido em lei.

5. (VUNESP / TJ-SP – 2017) É direito constitucional dos trabalhadores urbanos e rurais:

a) remuneração do serviço extraordinário superior em, no mínimo, trinta por cento à do serviço normal.

b) seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado quando incorrer em dolo ou culpa.

c) assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até os 06 (seis) anos de idade em creches e pré-escolas.

d) licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e oitenta dias.

e) aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, no máximo de trinta dias, nos termos da lei.

6. (VUNESP / Prefeitura de São Paulo – 2016) Fulano da Silva tem 16 anos de idade e pretende conseguir um trabalho remunerado com registro em carteira. Considerando o que dispõe o texto constitucional, é correto afirmar que Fulano

a) somente poderá trabalhar, com essa idade, na condição de aprendiz.

b) não poderá trabalhar legalmente, uma vez que a Constituição Federal proíbe o trabalho de menores de dezessete anos.

c) poderá obter um trabalho formal, mas não poderá trabalhar no período noturno nem em trabalho perigoso ou insalubre.

d) poderá trabalhar, normalmente, não havendo qualquer restrição quanto ao tipo ou horário de trabalho.

e) poderá trabalhar formalmente, havendo somente restrição quanto ao trabalho perigoso.

7. (VUNESP / TJ-SP – 2015) É correto afirmar que a Constituição Federal

a) inseriu a propriedade entre os direitos sociais.

b) garantiu aos trabalhadores o seguro¬ desempre¬go, em caso de desemprego voluntário ou involuntário.

c) conferiu direitos sociais diferenciados aos trabalhadores urbanos e rurais, tendo em vista as particularidades do exercício de cada um desses trabalhos.

d) possibilitou o trabalho noturno, perigoso ou insa¬lubre apenas a maiores de 16 anos, proibindo-¬o aos maiores de 14 e menores de 16 anos que trabalham na condição de aprendiz

e) inseriu entre os direitos dos trabalhadores a irredutibilidade do salário, salvo, contudo, o disposto em convenção ou acordo coletivo.

8. (VUNESP /TJ-SP – 2013) A Constituição Federal estabelece como direito dos trabalhadores urbanos e rurais:

a) o décimo terceiro salário, com base no vencimento básico ou no valor da aposentadoria.

b) o repouso semanal remunerado aos domingos.

c) o gozo de férias anuais remuneradas com, no máximo, um terço a mais do que o salário normal.

d) a irredutibilidade do salário, salvo o disposto em contrato de trabalho.

e) a assistência gratuita aos filhos e dependentes, desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade, em creches e pré-escolas.

9. (VUNESP / PC-SP - 2013) É um direito do trabalhador urbano e rural a remuneração do serviço extraordinário superior à do normal, no mínimo, em:

a) cem por cento.

b) setenta por cento.

c) trinta por cento.

d) vinte por cento.

e) cinquenta por cento.

10. (VUNESP / TJ-SP – 2014) Assinale a alternativa em plena harmonia com a Constituição Federal no que tange a direito dos trabalhadores urbanos e rurais:

a) irredutibilidade do salário, nunca admitida sua diminuição.

b) remuneração pelo serviço extraordinário, que deve ser pelo menos um terço superior à do normal.

c) assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até cinco anos de idade em creches e pré-escolas.

d) seguro-desemprego em qualquer hipótese.

11. (VUNESP / DESENVOLVESP – 2014) Visando a proteção da mulher nas relações de trabalho, a Constituição Federal, no que diz respeito aos direitos sociais, prescreve que

a) a concessão de licença à gestante será de noventa dias, sem prejuízo do salário e do emprego.

b) é facultativa a dispensa da trabalhadora gestante, durante a gravidez.

c) não há possibilidade de permanência dos filhos da trabalhadora no local de trabalho, durante o período de amamentação.

d) deve haver a proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei.

e) é facultativa a diferença de salário, de critérios de admissão e de exercício de funções por motivo de sexo.

12. (VUNESP / TJ-SP – 2012) Himeneu Silva tem 17 anos de idade, casado e pai de dois filhos menores de cinco anos, e acabou de ser contratado para trabalhar na Empresa ABC Ltda. Com base nos dados fornecidos, assinale a alternativa que contempla corretamente um direito de Himeneu previsto na Constituição Federal.

a) Se for trabalhar no período noturno, deverá perceber remuneração superior à do diurno em, no mínimo, cinquenta por cento.

b) Participação nos lucros, ou resultados, vinculada à sua remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei.

c) Seguro contra acidentes de trabalho, a ser custeado em igual proporção entre Himeneu e a empresa ABC Ltda.

d) Garantia de que não poderá exercer trabalho perigoso ou insalubre.

e) Salário família, independentemente da renda que irá auferir como empregado.

13. (VUNESP / PC-SP – 2014) Assinale a alternativa que está de acordo com as disposições constitucionais sobre os direitos do trabalhador brasileiro.

a) É proibido o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos.

b) É direito do trabalhador jornada de doze horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento.

c) O trabalhador tem o direito de gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, duas vezes mais do que o salário normal.

d) O trabalhador tem direito a receber, anualmente, o décimo terceiro e o décimo quarto salários.

e) É proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de doze anos.

14. (VUNESP / DPE-MS – 2012) Tendo em vista o disposto na Carta Magna brasileira, assinale a alternativa que contempla corretamente os direitos sociais garantidos aos trabalhadores.

a) Participação nos lucros, ou resultados, vinculada à remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei; seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.

b) Duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro horas semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho; proteção em face da automação, na forma da lei.

c) Jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva; remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em sessenta por cento à do normal.

d) Proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa; salário-família pago em razão do dependente de todo trabalhador, nos termos da lei.

15. (VUNESP / Fundação CASA – 2010) O salário-mínimo deverá ser fixado em lei, sendo:

a) regionalizado, por pisos de categorias, havendo diferença de salários, para exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.

b) proteção contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, servindo, outrossim, de indenização compensatória.

c) demais, a remuneração do serviço extraordinário, no mínimo, sessenta por cento superior à do normal para jornadas de seis horas de trabalho.

d) que nele se incluirá o repouso semanal remunerado, preferencialmente aos sábados.

e) nacionalmente unificado, capaz de atender às necessidades vitais básicas do trabalhador e às de sua família, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo.

16. (VUNESP / CEAGESP – 2010) É um direito constitucional dos trabalhadores urbanos e rurais:

a) irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.

b) garantia de salário, nunca superior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável.

c) participação nos lucros e resultados, vinculada à remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei.

d) salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de qualquer renda, nos termos da lei.

e) remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em quarenta por cento à do normal.

17. (VUNESP / OAB-AM) Dentre os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais acolhidos pela Constituição Federal, encontra-se a irredutibilidade de salário, não podendo ser excepcionada nem por convenção ou acordo coletivo.

18. (VUNESP / Unesp - 2012) A Constituição da República garante, expressamente, aos trabalhadores, urbanos e rurais, além de outros direitos, a duração do trabalho normal:

a) não inferior a oito horas diárias e não superior a quarenta e quatro horas semanais.

b) superior a seis horas diárias e não inferior a quarenta horas semanais.

c) não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro horas semanais.

d) não inferior a oito horas diárias e quarenta e quatro horas semanais.

e) não superior a seis horas diárias e não inferior a quarenta horas semanais.

19. (VUNESP / OAB-AM - 2002) Dentre os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais acolhidos pela Constituição Federal, encontra-se o repouso semanal remunerado sempre aos domingos, salvo previsão em convenção ou acordo coletivo.

20. (VUNESP / DPE-MS - 2008) É direito fundamental do trabalhador assistência gratuita aos filhos e dependentes, desde o nascimento até sete anos de idade em creches e pré-escolas.

21. (VUNESP / DPE-MS - 2008) A lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, inclusive o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público, porém, a interferência e a intervenção na organização sindical.

22. (VUNESP / DPE-MS - 2008) Nas empresas com mais de cem empregados é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.

23. (FGV / TJ-AM – 2013) Com relação aos direitos dos trabalhadores, segundo o art. 7° da Constituição Federal/88, analise as afirmativas a seguir.

I. Garantia de salário-mínimo, fixado em lei, definido por regiões geoeconômicas, capaz de atender suas necessidades vitais básicas.

II. Garantia de remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal.

III. Garantia de salários e de critérios de admissão iguais, sendo vedada a discriminação por sexo, cor ou estado civil.

Assinale:

a) se somente a afirmativa I estiver correta.

b) se somente a afirmativa II estiver correta.

c) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.

d) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

e) se todas as afirmativas estiverem corretas.

24. (FGV / TJ-AM – 2013) Dentre os direitos sociais dos trabalhadores, previstos na Constituição, não se inclui:

a) a participação nos lucros ou resultados, desvinculada da remuneração.

b) duração do trabalho não superior a 40 horas semanais.

c) a proibição de diferença de salários por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.

d) a proibição de trabalho noturno a menores de 18 anos.

e) a extensão do fundo de garantia do tempo de serviço ao empregado rural.

25. (FGV / TJ-AM – 2013) Em relação ao disposto na Constituição da República Federativa do Brasil acerca dos direitos sociais dos trabalhadores, assinale a afirmativa incorreta.

a) É vedada a dispensa do empregado sindicalizado eleito para cargo de representação ou direção sindical, ainda que como suplente, até um ano após o final do mandato, salvo nos casos de redução justificada do número de empregados.

b) A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.

c) É obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.

d) É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam, por meio dele, defender.

e) Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria.

GABARITO

1. LETRA A
2. LETRA C
3. LETRA C
4. LETRA B
5. LETRA B
6. LETRA C
7. LETRA E
8. LETRA E
9. LETRA E
10. LETRA C
11. LETRA D
12. LETRA D
13. LETRA A
14. LETRA B
15. LETRA E
16. LETRA A
17. ERRADA
18. LETRA C
19. ERRADA
20. ERRADA
21. ERRADA
22. ERRADA
23. LETRA D
24. LETRA B
25. LETRA A

Lista de Questões

Direitos Sociais

1. CEBRASPE/CAPES/2024

No que diz respeito às disposições constitucionais acerca da educação, julgue o item seguinte.

O salário mínimo, direito do trabalhador urbano, rural e doméstico, deve ser capaz de atender suas necessidades vitais básicas e às de sua família, inclusive com educação.

2. CEBRASPE/CBM-PA/2024

Assinale a opção que apresenta corretamente exemplos de direitos sociais previstos na CF.

a) direito à liberdade de crença religiosa e de locomoção

b) direito ao contraditório e ao devido processo legal

c) direito à saúde, ao transporte e ao lazer

d) direito à liberdade e à propriedade

e) direito de herança e de livre associação

3. CEBRASPE/CNPq/2024

Acerca dos direitos constitucionais dos trabalhadores previstos na Constituição Federal de 1988, julgue o item seguinte.

É garantido o seguro-desemprego, cuja finalidade é assegurar assistência financeira temporária ao trabalhador dispensado voluntariamente.

C) Certo.

E) Errado.

4. CEBRASPE/CNPq/2024

Acerca dos direitos constitucionais dos trabalhadores previstos na Constituição Federal de 1988, julgue o item seguinte.

Diante do princípio constitucional da igualdade, a remuneração do trabalho noturno não poderá ser superior à do diurno.

C) Certo.

E) Errado.

5. CEBRASPE/CNPq/2024

Acerca dos direitos constitucionais dos trabalhadores previstos na Constituição Federal de 1988, julgue o item seguinte.

O texto constitucional garante o emprego da gestante mediante licença com a duração de cento e vinte dias, mas sem direito a salário nesse período.

C) Certo.

E) Errado.

6. CEBRASPE/CNPq/2024

Acerca dos direitos constitucionais dos trabalhadores previstos na Constituição Federal de 1988, julgue o item seguinte.

É permitido ao menor, entre dezesseis a dezoito anos de idade, realizar trabalho noturno.

C) Certo.

E) Errado.

7. CEBRASPE/CNPq/2024

Acerca dos direitos constitucionais dos trabalhadores previstos na Constituição Federal de 1988, julgue o item seguinte.

A assistência gratuita aos filhos em creches e pré-escolas é garantida pelo constituinte desde o nascimento até sete anos de idade.

C) Certo.

E) Errado.

8. CEBRASPE/CNPq/2024

Acerca dos direitos constitucionais dos trabalhadores previstos na Constituição Federal de 1988, julgue o item seguinte.

O texto constitucional prevê expressamente a possibilidade de redução do salário mediante acordo coletivo de trabalho.

C) Certo.

E) Errado.

9. CEBRASPE/CNPq/2024

Acerca dos direitos e deveres individuais e coletivos e dos direitos sociais, julgue o item que se segue, com base na Constituição Federal de 1988.

Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses tanto coletivos quanto individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.

10. FCC/TRT 18ª Região/ 2023

Francisca, trabalhadora rural, foi demitida de seu emprego, sem nunca ter recebido remuneração superior à do seu serviço normal, pela realização de serviço extraordinário. Nesse caso, de acordo com a Constituição Federal, conforme apenas as informações fornecidas, Francisca, para obter o que lhe é devido e que o empregador se recusa a lhe pagar,

A) terá direito de ajuizar ação, com prazo prescricional de cinco anos, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.

B) não terá direito de ajuizar ação, por se tratar de trabalhadora rural.

C) terá direito de ajuizar ação a qualquer tempo, pois os créditos resultantes das relações de trabalho são imprescritíveis.

D) não terá direito de ajuizar ação, pois recebeu remuneração pelo serviço extraordinário exercido.

E) terá direito de ajuizar ação, com prazo prescricional de dois anos, até o limite de cinco anos após a extinção do contrato de trabalho.

11. (IBFC / Prefeitura de Divinópolis – 2018) Apresenta-se como direito dos trabalhadores urbanos e rurais, constitucionalmente assegurado:

a) ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho

b) participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, vedada a participação na gestão da empresa

c) relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei ordinária, que deve prever ressarcimento e reintegração, dentre outros direitos

d) seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário

12. (IADES / CAU-RO – 2018) O Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao analisar o tema 982 dos recursos repetitivos, entendeu que, quando comprovada a necessidade de assistência permanente de terceiro, é devido o acréscimo de 25%, previsto no artigo 45 da Lei nº 8.213/1991, a todas as modalidades de aposentadoria pagas pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) (STJ – 1ª Seção, REsp: 1.720.805-RJ e 1648305-RS, Rel. para acórdão: Min. Regina Helena Costa, julgados em 23/8/2018).

A referida decisão aborda, de forma aplicada, a previdência social. A esse respeito, nos termos constitucionais, a previdência social é um

a) direito social.

b) dos fundamentos da República Federativa do Brasil.

c) dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

d) remédio constitucional.

e) direito de nacionalidade.

13. (IADES / Correios – 2017) O artigo 7° da Constituição da República Federativa do Brasil prevê que são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais a (o)

a) distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual.

b) irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.

c) seguro-desemprego, em caso de demissão voluntária.

d) repouso semanal remunerado, obrigatoriamente aos sábados e aos domingos.

e) remuneração do trabalho noturno equivalente à do diurno.

14. (IADES / PM-DF – 2017) A Constituição Federal prevê, como direitos sociais,

a) educação, transporte e lazer.

b) água, saúde e trabalho.

c) energia elétrica, segurança e previdência social.

d) assistência aos desamparados e proteção à maternidade e à juventude.

e) proteção à paternidade e à infância.

15. (IBFC / Polícia Científica-PR – 2017) Considerando as normas da Constituição Federal, assinale a alternativa correta sobre o prazo nela prevista para a licença gestante.

a) 150 dias para todas as trabalhadoras

b) 180 dias para todas as trabalhadoras

c) 120 dias para todas as trabalhadoras

d) 120 dias apenas para trabalhadoras do setor privado

e) 180 dias apenas para trabalhadoras do setor público

16. (IBFC / Polícia Científica-PR – 2017) Considerando as normas da Constituição Federal, assinale a alternativa correta sobre a liberdade de associação profissional ou sindical.

a) É obrigatória a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um estado ou território

b) É vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município

c) Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos da categoria, exclusivamente em questões judiciais

d) Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses individuais da categoria, exclusivamente em questões administrativas

e) Todo trabalhador será obrigado a filiar-se a sindicato

17. (IBFC / EBSERH – 2017) Considere as disposições da Constituição Federal de 1988 sobre os Direitos e Garantias Fundamentais e Direitos Sociais e assinale a alternativa INCORRETA.

a) São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos.

b) São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.

c) São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa.

d) São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.

e) São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, vedada qualquer disposição em contrário.

18. (IBFC / EBSERH – 2017) A Constituição Federal estabelece que é livre a associação profissional ou sindical, observadas certas regras. Com base nisso, assinale a alternativa correta.

a) A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, garantida ao Poder Público a interferência na organização sindical.

b) É vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Estado.

c) Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais e vedada no âmbito administrativo.

d) A assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva em equiparação de valores da contribuição prevista em lei;

e) É vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

19. (IBFC / TJ-PE – 2017) Assinale a alternativa que não indica Direitos Sociais dispostos no texto constitucional.

a) Repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos

b) Relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa

c) Irredutibilidade do salário, mesmo na existência de convenção ou acordo coletivo

d) Licença-paternidade

e) Participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa.

20. (IESES / ALGÁS – 2017) Sobre os direitos sociais dispostos na Constituição Federal de 1988, podemos afirmar:

a) É permitida a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

b) É facultativa a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.

c) Não é obrigatória e nem assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.

d) É livre a associação profissional ou sindical, observado que a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.

21. (IESES / CRMV-SC – 2017) São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, previstos na Constituição Federal:

a) A jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, não podendo ser aceito quaisquer negociações para sua majoração.

b) Duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta semanais, facultada a compensação de horários e o aumento da jornada, mediante somente tratado em dissídio coletivo de trabalho.

c) Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 7 (sete) anos de idade em creches e pré-escolas.

d) Relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos e o seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário.

22. (IESES / TJ-PA -2016) Quanto aos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais é correto afirmar que a:

a) Remuneração do trabalho diurno superior à do noturno.

b) Remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal.

c) Gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um quarto a mais do que o salário normal.

d) Jornada de oito horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento.

23. (IBEG / Prefeitura Teixeira de Freitas/BA – 2016) Os direitos sociais são aqueles que têm por objetivo garantir aos indivíduos condições materiais tidas como imprescindíveis para o pleno gozo dos seus direitos, por isso tendem a exigir do Estado uma intervenção na ordem social que assegure os critérios de justiça distributiva. Assim, diferentemente dos direitos a liberdade, os direitos sociais se realizam por meio de atuação estatal com a finalidade de diminuir as desigualdades sociais, por isso tendem a possuir um custo excessivamente alto e a se realizar em longo prazo.

São direitos sociais previstos expressamente como tais na Constituição Federal:

a) A educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.

b) A educação, a saúde, o trabalho, a liberdade, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância.

c) A educação, a saúde, o trabalho, a inviolabilidade do direito à vida e à liberdade e a proteção à maternidade e à infância.

d) A inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade privada.

e) A educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a inviolabilidade do direito à vida e à liberdade e a proteção à maternidade e à infância.

24. (IBFC / SAEB-BA – 2015) Assinale a alternativa INCORRETA com base nas regras da Constituição Federal brasileira de 1988 sobre os direitos sociais.

a) A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.

b) É vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Estado da federação.

c) Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.

d) Ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato e o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.

e) É vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

25. (IADES / CRC-MG – 2015) A Constituição Federal dispõe acerca dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, como o direito social. A esse respeito, assinale a alternativa que indica um direito social.

a) Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de 33 dias.

b) Licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de 180 dias.

c) Participação nos lucros, ou resultados, vinculada à remuneração.

d) Repouso semanal remunerado, preferencialmente aos sábados.

e) Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até cinco anos de idade em creches e pré-escolas.

26. (IBFC / SAEB-BA – 2015) Considere as regras da Constituição Federal brasileira de 1988 sobre os direitos sociais e assinale a alternativa correta.

a) O trabalhador tem proteção do salário na forma da lei, constituindo ilícito civil sua retenção intencional.

b) O trabalhador tem direito e proteção da duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e oito semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, apenas mediante acordo individual de trabalho.

c) O trabalhador tem direito a aviso prévio proporcional ao tempo de serviço até o máximo de trinta dias.

d) É prevista a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezesseis e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de doze anos.

e) O trabalhador tem direito a jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.

27. (IESES / TRE-MA – 2015) Nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

I. Fundo de garantia do tempo de serviço; salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim; e piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho e irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.

II. Décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria; remuneração do trabalho noturno superior à do diurno; proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa; e participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei.

III. Duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho; repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos; gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal; e licença-paternidade, nos termos fixados em lei.

IV. Duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho; repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos; gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal; licença-paternidade, nos termos fixados em lei; seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário.

V. Piso salarial proporcional à extensão, duração e à complexidade do trabalho.

Estão corretas apenas as afirmações:

a) Todas as afirmativas estão corretas.

b) II, III e IV estão corretas.

c) I, II e III estão corretas.

d) I, III, IV e V estão corretas.

28. (IESES / TRT 14ª Região – 2014) No tocante à associação sindical, considere:

I – A lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.

II – É vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.

III – O aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.

IV – Para empresas com cento e cinquenta empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.

De acordo com a Constituição Federal, está correto o que se afirma APENAS em:

a) I, II e IV.

b) I e III.

c) II, III e IV.

d) II e III.

e) I, III e IV.

29. (IBFC / SEDS-MG – 2014) NÃO é direito social expressamente previsto na Constituição Federal:

a) Saúde.

b) Previdência social.

c) Moradia.

d) Proteção à juventude.

30. (IBFC / SEDS-MG – 2014) No que se refere aos direitos sociais, indique a alternativa CORRETA:

a) Somente através de lei alguém poderá ser obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato.

b) É facultativa a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.

c) O aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.

d) É vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir da posse no cargo de direção ou representação sindical e, ainda que suplente, até seis meses após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

31. (IADES /EBSERH – 2014) No que se refere à efetividade na aplicação dos direitos sociais, conforme previsão do art. 6o da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

a) É assegurado ao trabalhador o gozo de férias anuais remuneradas com, no mínimo, um terço a mais do que o salário normal.

b) A localização dos direitos sociais no título constitucional destinado aos direitos e às garantias fundamentais não acarreta, por consequência, a subordinação à regra da autoaplicabilidade das normas definidoras dos direitos e das garantias fundamentais.

c) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político recém criado, organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.

d) A Constituição Federal estabelece como direito dos trabalhadores urbanos e rurais o repouso semanal, remunerado aos domingos.

e) É um direito do trabalhador urbano e rural a remuneração do serviço extraordinário superior à do normal, no mínimo, em 70%.

32. (IADES / CONAB – 2014) Entre os direitos sociais elencados na Constituição Federal, consta o da eleição de um representante dos empregados com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores. Esse direito social é previsto expressamente na Constituição Federal para o âmbito das empresas com mais de

a) 30 empregados.

b) 50 empregados.

c) 100 empregados.

d) 200 empregados.

e) 500 empregados.

33. (FEPESE / Prefeitura de Rio das Antas – 2018) São direitos sociais expressamente previstos na Constituição Federal de 1988:

a) o trabalho, a assistência social e a proteção ao idoso.

b) o transporte, o lazer e a ressocialização do apenado.

c) a educação, a saúde e a previdência social.

d) a segurança, a assistência aos desamparados e o direito de petição.

e) a proteção à maternidade e à infância, a moradia e a presunção de inocência.

34. (FUNRIO / AL-RR – 2018) NÃO se trata de um direito social, consagrado constitucionalmente, a/o

a) alimentação.

b) lazer.

c) propriedade.

d) proteção à maternidade e à infância.

35. (FUNRIO / CGE-RO – 2018) São inúmeros os projetos pertinentes à mudança dos direitos sociais quer utilizando a lei ordinária ou valendo-se da emenda constitucional. Dentre os direitos sociais previstos na Constituição encontra-se o:

a) fundo de desemprego.

b) fundo de propagação social.

c) fundo de preservação social.

d) fundo de trabalhadores.

e) fundo de garantia do tempo de serviço.

36. (FAFIPA / Fundação Araucária-PR – 2017) De acordo com o disposto expressamente no artigo 7° da Constituição Federal, são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

a) Relação de emprego protegida contra despedida por justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos.

b) Seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário.

c) Garantia de salário, podendo ser inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável.

d) Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré- escolas.

37. (FUNDATEC / Prefeitura de Viamão – 2016) Fábio trabalha na iniciativa privada como vendedor em uma loja de automóveis e recebe sua remuneração mensal somente com base nas vendas que realiza. No entanto, em decorrência da crise que também atingiu o setor automobilístico, Fábio tem recebido como remuneração, em média, o valor correspondente a quinhentos reais por mês. De acordo com a Constituição Federal, são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais:

I. Piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.

II. Garantia de salário nunca inferior ao mínimo para os que percebem remuneração variável.

III. Redução do salário nos casos em que ficar comprovado a incapacidade da empresa em manter a média salarial dos efetivos, em decorrência de crises econômicas generalizadas.

Quais estão INCORRETOS?

a) Apenas I.

b) Apenas II.

c) Apenas III.

d) Apenas I e II.

e) I, II e III.

38. (FEPESE / SJC-SC – 2016) Assinale a alternativa correta sobre os direitos sociais previstos na Constituição Federal.

a) É proibida a prática de qualquer espécie de trabalho a menores de dezoito anos.

b) É vedada a diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.

c) A distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos deverá ser aferida por meio de critérios objetivos e previamente estabelecidos.

d) O prêmio do seguro contra acidentes do trabalho contratado pelo empregador exclui a sua responsabilidade civil, mesmo quando incorrer em dolo ou culpa.

e) O empregador poderá descontar até o limite de dez por cento da remuneração do trabalhador em razão da restrição decorrente de sua deficiência, física ou motora.

39. (FUNCAB / PC-PA - 2016) Acerca dos direitos sociais, previstos na Constituição Federal, é correto afirmar:

a) É vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até o final do mandato.

b) É vedada à categoria dos trabalhadores domésticos o direito à remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.

c) O limite de idade para a inscrição em concurso público só se legitima em face da vedação constitucional de diferença de critério de admissão por motivo de idade, quando possa ser justificado pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido.

d) Admite-se a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um município.

e) A lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.

40. (FUNRIO / IFPA – 2016) Constituem direitos sociais conforme Constituição Federal de 1988, dentre outros, os seguintes:

a) a religião, o lazer e a segurança.

b) o voto, a cultura e a integração nacional.

c) o trabalho, a moradia e a segurança.

d) a igualdade tributária, a cultura e a segurança.

e) a cultura, a religião e o transporte.

41. (FUNDATEC / Prefeitura de Nova Bassano – 2015) São direitos assegurados aos trabalhadores urbanos e rurais, de acordo com o Art. 7°, da Constituição Federal, EXCETO:

a) Licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias.

b) Irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.

c) Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 6 (seis) anos de idade em creches e pré-escolas.

d) Remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.

e) Gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal.

42. (FUNCAB / MPOG – 2015) Entre as alternativas a seguir, assinale aquela que corresponde a um direito social constitucionalmente previsto.

a) Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de quarenta e cinco dias, nos termos da lei.

b) Igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.

c) Proibição de qualquer trabalho a menores de dezoito anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos doze anos.

d) Irredutibilidade de salário, mesmo em face de convenção ou acordo coletivo.

e) Seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário ou involuntário.

43. (FUNCAB / PC-AC – 2015) A alternativa que enumera corretamente quatro direitos sociais previstos expressamente na Constituição Federal vigente é:

a) vida, felicidade, educação e segurança.

b) paz, alimentação, propriedade e lazer.

c) alimentação, trabalho, moradia e lazer.

d) educação, saúde, seguridade social e felicidade.

e) alimentação, trabalho, moradia e propriedade.

44. (FEPESE / Prefeitura de Balneário Camboriú – 2015) Assinale a alternativa que indica corretamente um dos instrumentos por meio do qual é exercida a soberania popular.

a) aprovação

b) referendo

c) ratificação

d) medida provisória

e) decreto autônomo

45. (FUNRIO / IFBA – 2015) Constitui direito dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social,

a) o seguro desemprego, em caso de desemprego voluntário.

b) a garantia de salário, podendo ser inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável.

c) o décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.

d) a remuneração do trabalho noturno igual à do diurno.

e) a remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em trinta por cento à do normal.

46. (FUNRIO / IFBA – 2015) Quanto aos sindicatos e à associação sindical, a Constituição Federal de 1988 estabelece que

a) a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente.

b) a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho é facultativa.

c) todo trabalhador é obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato.

d) ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos da categoria, exceto em questões judiciais.

e) o aposentado filiado tem direito a votar, mas não pode ser votado nas organizações sindicais.

47. (FUNRIO / UFRB – 2015) Com relação aos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, nos termos da Constituição Federal de 1988, assinale a opção correta.

a) Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de quarenta dias, nos termos da lei.

b) Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 6 (seis) anos de idade em creches e pré-escolas.

c) Participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa.

d) Ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de três anos após a extinção do contrato de trabalho.

e) Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de doze anos.

48. (FUNRIO / UFRB – 2015) É livre a associação profissional ou sindical, nos termos da Constituição Federal, sendo correto afirmar que

I) a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical;

II) é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município;

III) ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas;

IV) a assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei;

V) ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato.

a) todas as opções estão corretas.

b) somente as opções I, II e III estão corretas.

c) somente as opções III, IV e V estão corretas.

d) somente as opções II, III e IV estão corretas.

e) somente as opções I, III e V estão corretas.

49. (FUNRIO / IFBA – 2014) Considerando o que prevê a Constituição Federal, um dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais está indicado na seguinte alternativa:

a) o aviso prévio, com antecedência de no mínimo de trinta dias, proporcional ao tempo de serviço, nos termos da lei.

b) a assistência gratuita aos filhos e dependentes, desde o nascimento até os sete anos de idade, em creches e pré-escolas.

c) a jornada de sete horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.

d) a irredutibilidade do salário, salvo o disposto em contrato de trabalho.

e) o repouso semanal remunerado, aos domingos.

50. (FEPESE / MPE-SC – 2014) Assinale a alternativa correta.

a) São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.

b) São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, participação nos lucros, ou resultados, vinculada à remuneração percebida na empresa e repouso semanal remunerado aos domingos.

c) Todas as gestantes têm direito à licença remunerada, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e oitenta dias.

d) É proibido o trabalho noturno, perigoso ou insalubre, a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 12 anos.

e) É livre a associação profissional ou sindical, observando-se que a lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, vedadas ao Poder Público, porém, a interferência e a intervenção na organização sindical.

51. (FEPESE / TCE-SC – 2014) Analise as afirmativas abaixo acerca dos direitos e das garantias fundamentais dos trabalhadores urbanos e rurais.

1. É vedada a distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos.

2. É assegurado o pagamento de seguro-desemprego, em caso de despedida por justa causa.

3. É assegurado o direito a ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de dois anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de cinco anos após a extinção do contrato de trabalho.

4. O repouso semanal remunerado deverá ocorrer preferencialmente aos sábados e domingos.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.

a) É correta apenas a afirmativa 1.

b) São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.

c) São corretas apenas as afirmativas 1 e 4.

d) São corretas apenas as afirmativas 2 e 4.

e) São corretas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

52. (FUNDATEC / Prefeitura de Vacaria – 2014) De acordo com Art. 6° da Constituição Federal de 1988, são direitos sociais, EXCETO:

a) Educação.

b) Saúde.

c) Alimentação.

d) Inviolabilidade da vida privada.

e) Moradia.

53. (FUNCAB / SEDS-TO – 2014) Entre os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais garantidos expressamente no artigo 7° da Constituição Federal de 1988 estão:

a) o fundo de garantia do tempo de serviço e a licença-paternidade.

b) o décimo terceiro salário e a igualdade na remuneração dos trabalhos noturno e diurno.

c) o seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário, e o aviso-prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias.

d) a garantia do salário mínimo, exceto para os que recebem remuneração variável, e a aposentadoria.

54. (FUNCAB / PC-ES – 2013 - Adaptada) São direitos sociais preceituados na Constituição de 1988:

a) a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.

b) a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.

c) a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.

d) o direito de herança, a intimidade, a privacidade, a informação dos órgãos públicos.

e) a livre locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer, ou dele sair com seus bens.

55. (FUNCAB / ANS – 2013) Acerca dos direitos sociais, é correto afirmar que:

a) a localização dos direitos sociais no título constitucional destinado aos direitos e garantias fundamentais não acarreta, por consequência, a subordinação à regra da autoaplicabilidade das normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais.

b) não cabe o ajuizamento do Mandado de Injunção, quando houver a omissão do Poder Público na regulamentação de alguma norma que preveja um direito social e, consequentemente, inviabilize seu exercício.

c) a Constituição Federal proclama serem direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.

d) os róis dos direitos sociais enumerados taxativamente no capítulo II do título II do texto constitucional esgotam os direitos constitucionais dos trabalhadores.

e) o direito de greve dos servidores públicos civis entra em vigor imediatamente, não dependendo seu exercício de lei ordinária específica.

56. (FUMARC/ PC-MG – 2013) A Constituição Federal de 1988 traz previsão expressa no sentido de que são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados. Logo depois, relaciona como direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, EXCETO:

a) Piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.

b) Repouso semanal remunerado, preferencialmente aos sábados e domingos.

c) Décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.

d) Licença paternidade, nos termos fixados em lei.

57. (FADESP / MPE-PA – 2012) São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais:

a) a relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, sem previsão de indenização compensatória.

b) a duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta semanais.

c) a proteção em face da automação, na forma da lei.

d) o repouso semanal remunerado, exclusivamente aos domingos.

58. (FUNDATEC / CEEERS – 2010) Assinale a alternativa que não está de acordo com os Direitos Sociais.

a) Seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.

b) Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas.

c) Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezesseis anos, e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz.

d) Licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário.

e) Salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei.

59. (FEPESE / Prefeitura Balneário Camboriú – 2010) Com base nas disposições constitucionais, constitui direito dos trabalhadores urbanos e rurais:

a) Irredutibilidade do salário, sem ressalva.

b) Seguro contra os acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.

c) Relação de emprego protegida contra a despedida, com ou sem justa causa, mediante previsão de indenização compensatória.

d) Licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e oitenta dias.

e) Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz.

60. (FADESP / Pref. Castanhal-PA – 2012) A respeito de associação profissional ou sindical, assinale a resposta correta.

a) É vedada a criação de mais de duas organizações sindicais, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um distrito Municipal.

b) É vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.

c) É vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Estado.

d) É vedada a criação de mais de duas organizações sindicais, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.

61. (FUNDATEC / Câmara de Porto Alegre – 2012) Considerando as regras da Constituição da República Federativa do Brasil sobre os Direitos Sociais, analise as seguintes afirmativas:

I. É vedada a redução de salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.

II. A duração do trabalho normal não deverá ser superior a oito horas diárias e quarenta horas semanais.

III. As férias serão remuneradas com pelo menos um terço a mais que o salário normal.

Quais estão corretas?

a) Apenas I.

b) Apenas II.

c) Apenas III.

d) Apenas I e III.

e) Apenas II e III.

62. (FUNDATEC / Advogado Pref. Sapucaia do Sul – 2012) – As chamadas 'ações afirmativas' ou 'discriminações positivas' são colocadas no Direito Constitucional como relacionadas ao princípio da:

a) legalidade.

b) igualdade ou isonomia.

c) proporcionalidade.

d) liberdade de expressão e de pensamento.

e) liberdade de iniciativa econômica.

63. (FUNDATEC / PROCERGS – 2012) Com a Constituição da República de 1988, o serviço extraordinário passou a ser remunerado com adicional de, no mínimo,

a) 30% (trinta por cento).

b) 35% (trinta e cinco por cento).

c) 40% (quarenta por cento).

d) 45% (quarenta e cinco por cento).

e) 50% (cinquenta por cento).

64. (FUNIVERSA / Seplag DF – 2010) É considerado direito social previsto na Constituição Federal de 1988:

a) a liberdade de associação e de religião.

b) a proteção do meio ambiente.

c) a proteção da saúde e da educação.

d) a proteção da paz mundial.

e) o mandado de segurança.

65. (FUNIVERSA / PC-GO – 2010 - Adaptada) Caracterizam-se os direitos e as garantias fundamentais como uma árdua conquista dos cidadãos no decorrer dos tempos, mas que, nem pelo fato de sua previsão, têm garantida sua efetividade no âmbito social, sendo este o maior problema vigente no que diz respeito à matéria posta. Acerca desse tema, assinale a alternativa correta.

a) Constam, exaustivamente, como direitos sociais expressos do texto constitucional vigente a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.

b) O salário-família é concedido aos dependentes de todos os trabalhadores, públicos ou privados, desde que estes tenham vínculo formal de emprego.

c) É pleno o exercício do direito de greve dos servidores públicos.

d) É proibido o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

66. (Instituto AOCP / UFPB – 2019) Considerando os direitos sociais expressamente previstos na Constituição Federal vigente, assinale a alternativa correta.

a) O aposentado filiado não tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.

b) São proibidos o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezesseis anos e qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz.

c) É direito do trabalhador a proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa.

d) É direito do trabalhador o repouso semanal remunerado, sem qualquer preferência quanto ao dia da sua concessão.

e) É livre a associação profissional ou sindical, cabendo ao sindicato a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, exclusivamente em questões administrativas.

67. (Instituto AOCP / PC-ES – 2019) Em relação aos Sindicatos, observada a legislação nacional a respeito da matéria, é correto afirmar que

a) é possível a criação de mais de um sindicato da mesma categoria em uma mesma base territorial.

b) os sindicatos não devem participar das negociações coletivas de trabalho da categoria que representam.

c) não há vedação à sindicalização dos militares.

d) é vedada, ao servidor público civil, a associação sindical.

e) segundo a Constituição da República Federativa do Brasil, é livre a associação profissional ou sindical, observados os termos constitucionais.

68. (Instituto AOCP / PC-ES – 2019) A Constituição Federal determina que é livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

a) a lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, sendo admitidas, ao Poder Público, a interferência e a intervenção na organização sindical nos casos previstos em lei.

b) é facultativa a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.

c) o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.

d) é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até dois anos após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

e) a assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, caso em que será dispensada a contribuição prevista em lei.

69. (Instituto AOCP / IPM-SP – 2018) Em concordância com a Constituição Federal, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, é direito do trabalhador urbano e rural

a) jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, ainda que haja negociação coletiva em sentido diverso.

b) ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de dois anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de cinco anos após a extinção do contrato de trabalho.

c) igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.

d) assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 6 (seis) anos de idade em creches e pré-escolas.

e) seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer somente com dolo.

70. (Instituto AOCP / TRT 1ª Região – 2018) Tício, Analista Judiciário – Área Administrativa no TRT, trabalha no setor de recursos humanos do tribunal e conhece as previsões constitucionais acerca dos direitos sociais. Sobre esse assunto, assinale a alternativa correta.

a) É permitido no texto constitucional, ainda que excepcionalmente, o trabalho para menores de dezesseis anos.

b) Em que pese ser proibida a diferença de critério de admissão por motivo de sexo, cor ou estado civil, é possível, na forma da lei, a diferença de critério de admissão por idade.

c) A Constituição Federal, apesar de prever a licença-maternidade como direito social, não garante, de forma expressa, o mesmo direito aos trabalhadores do sexo masculino.

d) É garantido o direito ao aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo de, no mínimo, oito dias, se o pagamento for efetuado por semana ou tempo inferior.

e) A Constituição Federal garante o direito à indenização por acidente de trabalho, a ser paga pelo empregador que incorrer em dolo ou culpa, salvo se este arcar com o seguro contra acidentes de trabalho.

71. (AOCP / CODEM-PA – 2017) Considerados essenciais para a efetivação dos direitos mínimos de existência, os direitos sociais são elevados a nível constitucional, de forma a auxiliar na garantia da efetivação da dignidade da pessoa humana. Considerando os direitos sociais expressos na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta sobre o direito dos trabalhadores urbanos e rurais.

a) Os trabalhadores têm direito à remuneração superior quando do serviço extraordinário, bem como a possibilidade de participação nos lucros, ou resultados da empregadora, sendo esta desvinculada da remuneração.

b) O piso salarial deve ser proporcional à extensão e à complexidade do trabalho. Além disso, a remuneração do trabalho diurno deve ser superior à do noturno.

c) Os trabalhadores têm direito ao repouso semanal remunerado, dando-se preferência aos sábados e domingos, bem como a proteção contra a despedida por justa causa, à qual implicará indenização compensatória.

d) Os trabalhadores têm direito ao seguro contra acidentes de trabalho, cujo recolhimento fica a cargo do empregado, mas não afasta a responsabilização por dolo ou culpa, a qual recai sobre o empregador.

e) É proibido o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, desde que sejam realizados atos que reduzam os riscos inerentes à atividade desenvolvida, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.

72. (AOCP / Agepen-CE – 2017) É/são direito(s) dos trabalhadores urbanos e rurais, previsto(s) expressamente na Constituição Federal:

a) salário mínimo, fixado em lei complementar, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes semestrais que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim.

b) proteção em face da automação, na forma da lei.

c) salário mínimo, fixado em norma infralegal, regionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes anuais que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim.

d) licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e oitenta dias.

73. (AOCP / Prefeitura de Juazeiro – 2016) De acordo com a Constituição Federal de 1988, são exemplos de direitos sociais:

a) a educação, o trabalho, a greve.

b) o transporte, a segurança e o ir e vir.

c) a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.

d) a moradia, a família, a alimentação.

e) a educação, a segurança, a reunião.

74. (AOCP / EBSERH – 2016) São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, previstos expressamente na Constituição Federal, EXCETO

a) fundo de garantia do tempo de serviço.

b) remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.

c) aposentadoria.

d) remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em vinte por cento à do normal.

e) proteção em face da automação, na forma da lei.

75. (AOCP / IF-BA – 2016) Assinale a alternativa que apresenta um Direito Social garantido pela Constituição Federal.

a) Proteção em face da automação, na forma da lei.

b) Licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e oitenta dias.

c) Gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, dois terços a mais do que o salário normal.

d) Participação nos lucros, ou resultados, vinculada à remuneração e participação na gestão da empresa.

e) Seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário.

76. (AOCP / IF-BA – 2016) É Direito Social previsto na Constituição Federal

a) a remuneração do serviço extraordinário em valor equivalente à remuneração do serviço em horário normal.

b) a licença-paternidade sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias.

c) o seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregado, o qual excluirá a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.

d) o repouso semanal não remunerado, preferencialmente aos sábados.

e) a redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança

77. (AOCP / Pref. Vitória da Conquista/BA – 2013) De acordo com o que descreve a Constituição Federal, é proibido qualquer trabalho

a) a menores de dezoito anos.

b) a menores de dezoito anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos dezesseis anos.

c) a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

d) a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de doze anos.

e) a menores de quinze anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos dez anos.

78. (AOCP / BRDE – 2012) Constituem-se direitos sociais previstos pela atual Constituição Federal:

a) educação e proteção quanto à demissão arbitrária.

b) proteção à maternidade e irredutibilidade salarial.

c) remuneração não inferior ao salário mínimo e saúde.

d) trabalho e respeito à integridade física e moral.

e) previdência social e moradia.

79. (AOCP / TCE-PA – 2012) Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas. De acordo com a Constituição Federal, a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

I. Plebiscito.

II. Referendo.

III. Iniciativa Popular.

IV. Audiência Pública.

a) Apenas I, II e III.

b) Apenas II e III.

c) Apenas I e II.

d) Apenas II, III e IV.

e) I, II, III e IV.

80. (CONSULPLAN / Câmara Municipal de Belo Horizonte – 2018) De acordo com a Constituição Federal de 1988 no Título II, Capítulo II, são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, EXCETO:

a) Fundo de garantia do tempo de serviço.

b) Seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário.

c) Relação de emprego protegida contra despedida arbitrária, exceto sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos.

d) Salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim.

81. (CONSULPLAN / TRE-RJ – 2017) Considere que Clécio, empregado de uma fábrica de automóveis, candidatou-se ao cargo de representante sindical de sua categoria profissional, vindo a ser eleito ao final do pleito." No que se refere às garantias sociais constitucionais, é correto afirmar que Clécio

a) pode ser dispensado até a divulgação oficial de sua eleição, adquirindo a estabilidade no emprego a partir daquela data, até um ano após o retorno ao trabalho.

b) pode gozar da estabilidade sindical, instituto que se assemelha com a estabilidade dos servidores públicos, já que se adquire após três anos de efetivo exercício do cargo ou emprego.

c) tem direito de não ser dispensado do emprego, desde o registro da candidatura até um ano após encerrado o mandato de representante sindical, a não ser que cometa falta grave.

d) tem direito à estabilidade sindical porque trabalha em fábrica de automóveis, já que o direito restringe-se ao trabalho urbano e não abrange, por exemplo, a atividade junto a um sindicato de colônia de pescadores.

82. (CONSULPLAN / Prefeitura de Cascavel – 2016) No que tange aos direitos sociais na Constituição Federal de 1988, são considerados direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, EXCETO:

a) Não redução do salário em hipótese alguma.

b) Remuneração superior do trabalho noturno em relação ao diurno.

c) Proteção do salário na forma da lei, sendo considerado crime sua retenção dolosa.

d) Duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais.

e) Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo, no mínimo, de trinta dias de acordo com a lei.

83. (CONSULPLAN / CODERN – 2014) Segundo José Afonso da Silva, os direitos sociais "disciplinam situações subjetivas pessoais ou grupais de caráter concreto". Sobre tais direitos, assinale a alternativa INCORRETA.

a) Estão consagrados como fundamentos da República Federativa do Brasil.

b) Os direitos sociais são considerados direitos humanos de terceira geração.

c) São exemplos de direitos sociais, a educação, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.

d) Têm aplicação imediata e podem ser implementados, no caso de omissão legislativa, pelas técnicas de controle, quais sejam: o mandado de injunção ou a ação direta de inconstitucionalidade por omissão.

e) Apresentam-se como prestações positivas a serem implementadas pelo Estado (Social de Direito) e tendem a concretizar a perspectiva de uma isonomia substancial e social na busca de melhores e adequadas condições de vida.

84. (CONSULPLAN / TRT 13ª Região – 2013) Luzia, empregada doméstica, procura na Constituição Federal seus direitos. Assinale a alternativa que apresenta direito a que Luzia faz jus, conforme a CF/88.

a) Luzia será obrigada a aposentar-se aos 70 anos.

b) Luzia terá todos os direitos derivados de convenções de trabalho.

c) Luzia terá direito a 14° salário.

d) Luzia, desejando rescindir seu contrato de trabalho, terá que cumprir sempre 30 dias de aviso prévio.

e) A cada ano trabalhado, Luzia terá direito a férias remuneradas.

85. (CONSULPLAN / TRT 13ª Região – 2013) Anderson, empregado de uma empresa particular de alimentos que possui 600 empregados, resolve criar um sindicato para representar esses trabalhadores. Diante do exposto, é correto afirmar que

a) para que Anderson funde o sindicato será necessário que haja lei autorizando sua constituição.

b) o sindicato formado por Anderson e demais companheiros poderá defender os interesses coletivos e individuais da categoria.

c) a negociação coletiva de trabalho entre empregador e os empregados da empresa de alimentos não necessitará da intervenção do sindicato constituído.

d) o empregado aposentado e filiado ao sindicato fundado por Anderson não pode ser votado para síndico nas eleições sindicais.

e) mesmo Anderson sendo síndico, poderá ser dispensado pela empresa a qualquer momento sem justa causa.

86. (CONSULPLAN / TRT 13ª Região – 2013) Descreve o Art. 7º da CF/88 que "são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição". Sobre tais direitos, assinale a alternativa correta.

a) É direito do trabalhador urbano e rural o seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário.

b) É direito do trabalhador urbano e rural proteção do salário na forma da lei, constituindo contravenção penal sua retenção dolosa.

c) É direito do trabalhador urbano e rural o salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei.

d) É direito do trabalhador urbano e rural a licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de noventa dias.

e) Nem a todos os trabalhadores urbanos e rurais é garantido o direito de aposentadoria.

87. (UPENET / IAUPE-UPE – 2019) São direitos sociais dos trabalhadores urbanos e rurais, EXCETO

a) salário mínimo regionalizado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhes preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim.

b) piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.

c) irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.

d) garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável.

e) remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.

88. (UERR / SETRABES – 2018) É assegurada a eleição de um representante dos empregados com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores, nas empresas que possuam:

a) mais de duzentos empregados.

b) mais de cinquenta empregados.

c) mais de cem empregados.

d) ao menos dez mulheres e cem homens, empregados.

e) empregados laborando no exterior.

89. (NC-UFPR / UFPR – 2017) Assinale a alternativa que indica apenas direitos sociais na Constituição Federal.

a) Educação, lazer e previdência social.

b) Trabalho, propriedade e inviolabilidade de domicílio.

c) Educação, moradia e acesso à jurisdição.

d) Trabalho, liberdade de expressão e lazer.

e) Acesso à jurisdição, propriedade e saúde.

90. (UFG / TJ-GO - 2017) Nos termos do artigo 6º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, são direitos sociais:

a) a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, o meio ambiente, a previdência social, a proteção a maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.

b) a educação, a saúde, o meio ambiente, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.

c) a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer e o meio ambiente e os direitos humanos.

d) a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social e os direitos humanos.

e) a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.

91. (UFG / TJ-GO - 2017) O artigo 7º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 prescreve a melhoria dos direitos sociais dos trabalhadores. Dessa forma, de acordo com o mencionado artigo, são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais:

a) participação nos lucros ou resultados, vinculada à remuneração e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa.

b) piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho, além, da remuneração do trabalho diurno superior à do noturno.

c) duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, proibida a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.

d) jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.

e) assistência gratuita em creches e pré-escolas aos filhos e dependentes desde seu nascimento até os 6 (seis) anos de idade.

92. (COMPERVE-UFRN / Câmara de Natal – 2016) Os direitos sociais fundamentais, também apelidados pelos juristas como direitos de segunda dimensão ou de segunda geração, têm, em sua ontologia, a intenção de reduzir desigualdades para fins de concretização da igualdade material, substancial ou isonômica. Uma das ideias que os permeia é a de tratar

igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na proporção de suas desigualdades. O constituinte brasileiro, visualizando a importância desses direitos, tratou de expressamente tutelá-los. Nesse sentido, a Constituição Federal prevê direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, tais como

a) a ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de sete anos.

b) o reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho e a proteção em face da automação, na forma da lei.

c) o gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, dois terços a mais que o salário normal.

d) a remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em quarenta por cento relativamente à do normal.

93. (COMPERVE-UFRN / Câmara de Natal – 2016) A liberdade do indivíduo, direito fundamental tradicionalmente caracterizado como de primeira dimensão ou geração, possui desdobramentos e se expressa em variadas espécies no âmbito do atual Estado Constitucional Democrático, sendo possível falar em liberdade de ir e vir, liberdade religiosa, liberdade profissional, dentre outras. No que diz respeito especificamente à liberdade de associação sindical, de acordo com as diretrizes constitucionais, é possível observar que no Brasil é livre a associação sindical, cabendo aos sindicatos a defesa dos

a) direitos individuais da categoria em questões judiciais, excluídas as questões administrativas e de ordem internacional.

b) interesses individuais da categoria, excluídos os coletivos, inclusive em questões judiciais ou administrativas.

c) direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.

d) interesses coletivos da categoria em questões judiciais, excluídos os interesses individuais e as questões administrativas e incluídas as questões internacionais.

94. (UPENET / PM-PE – 2016) Acerca dos direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1988, analise as seguintes afirmativas:

I. O direito à irredutibilidade do salário do trabalhador não é absoluto, podendo ocorrer a redução salarial, desde que ela seja aprovada em convenção ou acordo coletivo.

II. A assistência aos desamparados não integra os direitos sociais previstos na CF/88.

III. É assegurado o direito a piso salarial proporcional à extensão e complexidade do trabalho.

IV. É obrigatória a autorização estatal para a fundação de sindicato.

Estão CORRETAS somente

a) I e IV.

b) II e IV.

c) I, II e III.

d) III e IV.

e) I e III.

95. (UPENET / PM-PE – 2016) Considerando os Direitos Sociais expressamente assegurados na Constituição Federal de 1988, analise as afirmativas abaixo:

I. A remuneração do serviço extraordinário deve ser superior em, no mínimo, cem por cento da remuneração normal.

II. É assegurada a igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.

III. É assegurado o direito de repouso semanal remunerado, preferencialmente aos sábados e domingos.

IV. Constitui-se como um dos direitos sociais previstos na CF/88 a proteção à maternidade e à infância.

Estão CORRETAS

a) I e II, somente.

b) I e III, somente.

c) II e IV, somente.

d) III e IV, somente.

e) I, II, III e IV.

96. (UPENET / PM-PE – 2016) Ainda sobre os direitos sociais, assinale a alternativa CORRETA.

a) A filiação ao sindicato é obrigatória, conforme a respectiva categoria profissional.

b) Não é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.

c) A aposentadoria não extingue o direito à filiação das organizações sindicais.

d) O sindicato não pode defender interesse coletivo da categoria em questões administrativas.

e) O sindicato não pode defender interesse individual da categoria em questões judiciais.

97. (UFMT / TJ-MT – 2016) Considerando o disposto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em relação aos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, marque V para os itens verdadeiros e F para os falsos.

( ) Piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.

( ) Remuneração do trabalho noturno igual à do diurno.

( ) Proteção em face da automação.

( ) Permissão de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual.

Assinale a sequência correta.

a) F, V, F, V

b) V, F, F, V

c) F, V, V, F

d) V, F, V, F

98. (UFMT / UFMT – 2014) Para o cidadão, o Projeto Esporte e Lazer da Cidade (PELC), de acordo com a Constituição Federal brasileira de 1988, é:

a) Dever Social.

b) Direito Social.

c) Direito Político.

d) Dever Político.

99. (UFPR / Progepe – 2014) Sobre os direitos e garantias fundamentais na Constituição Federal, considere as seguintes afirmativas:

1. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

2. As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais não têm aplicação imediata, sendo necessária a edição de leis regulamentadoras.

3. São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.

Assinale a alternativa correta.

a) Somente a afirmativa 1 é verdadeira.

b) Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.

c) Somente as afirmativas 1 e 3 são verdadeiras.

d) Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.

e) As afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.

100. (UFPR / TJ-PR – 2012) Conforme previsão constitucional acerca dos direitos dos trabalhadores urbanos, rurais e domésticos, os empregados domésticos não têm direito a:

a) adicional noturno.

b) salário mínimo.

c) aviso prévio proporcional ao tempo de serviço.

d) repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos.

101. (UFPR / TJ-PR – 2012) Considere as afirmativas abaixo, relativas à disciplina constitucional sobre sindicatos:

1. Ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato.

2. Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, salvo em questões judiciais.

3. O aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.

4. É vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.

Assinale a alternativa correta.

a) Somente as afirmativas 1 e 3 são verdadeiras.

b) Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.

c) Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.

d) Somente as afirmativas 1, 3 e 4 são verdadeiras.

102. (UFPR / FOZPrev – 2012) Tomando por base as previsões do art. 7° da Constituição da República, assinale a alternativa correta.

a) A irredutibilidade de salários é direito absoluto de empregados urbanos e rurais.

b) Os trabalhadores domésticos não têm direito à remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.

c) O adicional de remuneração para as atividades penosas tem o mesmo percentual do adicional por serviço extraordinário.

d) A contratação de seguro contra acidentes do trabalho, desde que arcada pelo empregador, exclui a correspondente indenização a que este estaria obrigado.

e) Trabalhadores urbanos e rurais têm direito a salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, saúde, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo incentivada a sua vinculação e indexação.

103. (UFPR / ITAIPU Binacional – 2011) No final da década de 1960, José Afonso da Silva desenvolveu uma classificação das normas constitucionais que tem sido amplamente adotada pela doutrina e pelos tribunais brasileiros. De acordo com a sua proposta, as normas constitucionais podem ser caracterizadas como normas de eficácia plena, normas de eficácia contida e normas de eficácia limitada. Levando em conta essa classificação, considere os dispositivos abaixo transcritos:

- Art. 5° (...) XIII – É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

- Art. 8° (...) VI – É obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.

- Art. 7° – São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: (...) XI – participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei.

Assinale a alternativa correta.

a) A norma prevista no art. 5°, XIII, é exemplo de norma de eficácia limitada.

b) A norma prevista no art. 5°, XIII, é exemplo de norma de eficácia contida.

c) A norma prevista no art. 8°, VI, é exemplo de norma de eficácia contida.

d) A norma prevista no art. 7°, XI, é exemplo de norma de eficácia plena.

e) A norma prevista no art. 7°, XI, é exemplo de norma de eficácia contida.

104. (UFPR / COCEL-PR – 2011) Sobre os direitos e garantias fundamentais do cidadão na Constituição de República de 1988, assinale a alternativa correta.

a) Os direitos sociais previstos no art. 6º da Constituição, tais como saúde e educação, não podem ser exigidos diretamente perante o Poder Judiciário, pois carecem de regulamentação legislativa.

b) A propriedade particular poderá ser requisitada pela Administração em casos de iminente perigo público, sendo garantido ao proprietário o direito à posterior indenização, se algum prejuízo lhe for ocasionado.

c) O direito fundamental ao contraditório e à ampla defesa é assegurado nos processos judiciais e facultado nos processos administrativos, salvo nos de natureza disciplinar, nos quais sua observância será obrigatória.

d) É admitida a identificação criminal do civilmente identificado, nas hipóteses expressamente previstas em lei ou decreto.

e) A ação popular poderá ser proposta por qualquer pessoa física ou jurídica para impugnar ato lesivo ao patrimônio público, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.

GABARITO

1. CERTO
2. LETRA C
3. ERRADO
4. ERRADO
5. ERRADO
6. ERRADO
7. ERRADO
8. CERTO
9. CERTO
10. LETRA A
11. LETRA A
12. LETRA B
13. LETRA A
14. LETRA C
15. LETRA B
16. LETRA E
17. LETRA E
18. LETRA C
19. LETRA D
20. LETRA D
21. LETRA B
22. LETRA A
23. LETRA B
24. LETRA E
25. LETRA E
26. LETRA C
27. LETRA D
28. LETRA D
29. LETRA C
30. LETRA A
31. LETRA D
32. LETRA C
33. LETRA C
34. LETRA E
35. LETRA D
36. LETRA C
37. LETRA B
38. LETRA C
39. LETRA C
40. LETRA C
41. LETRA B
42. LETRA C
43. LETRA B
44. LETRA C
45. LETRA A
46. LETRA C
47. LETRA A
48. LETRA A
49. LETRA A
50. LETRA A
51. LETRA D
52. LETRA A
53. LETRA A
54. LETRA C
55. LETRA B
56. LETRA C
57. LETRA C
58. LETRA B
59. LETRA B
60. LETRA D
61. LETRA B
62. LETRA E
63. LETRA C
64. LETRA D
65. LETRA C
66. LETRA E
67. LETRA C
68. LETRA C
69. LETRA A
70. LETRA A
71. LETRA B
72. LETRA C
73. LETRA D
74. LETRA A
75. LETRA E
76. LETRA C
77. LETRA E
78. LETRA A
79. LETRA C
80. LETRA C
81. LETRA A
82. LETRA B
83. LETRA E
84. LETRA B
85. LETRA C
86. LETRA A
87. LETRA A
88. LETRA A
89. LETRA E
90. LETRA D
91. LETRA B
92. LETRA C
93. LETRA E
94. LETRA C
95. LETRA C
96. LETRA D
97. LETRA B
98. LETRA A
99. DESATUALIZADA
100. LETRA D
101. DESATUALIZADA
102. LETRA B
103. LETRA B

ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE:
PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.

1.

Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.

2.

Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).

3.

Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).

4.

Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).

5.

Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).

6.

Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).

7.

Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.

8.

O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.

Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.